

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Julho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1076 • Director: Carlos Brito

Carvalhas visitou terras abandonadas e trabalhadores sem trabalho, em Pias

O ALENTEJO NÃO É POBRE!

Págs. 4 e 5



«A corda de Vila Franca»

CAPITALISMO À SOLTA

Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

Editorial **Golpes de Verão**

O PS contra a liberdade de propaganda

Pág. 6

Crónica Lusitana

• Artigo de José Casanova

Pág. 10

A festa! / Avante!
Director: Carlos Brito
SUPLEMENTO n.º 1
28 de Julho de 1994
Não pode ser vendido separadamente
AMORA-SEIXAL
2, 3 e 4 SETEMBRO



COMPRAR JÁ A EP

festa (Avante!)

JOHNNY CLEGG & SAVUKA

Novidades

Johnny Clegg
Holmes Brothers
Band of Hope
Carlos do Carmo
Sétima Legião

com

Gaiteiros de Lisboa

... e muito mais

Suplemento



Carlos Carvalho visita a margem esquerda do Guadiana e considera intolerável o abandono do Alentejo

RESUMO

20

Quarta-feira

Os eurodeputados eleitos pela CDU solicitam à Comissão Europeia que acompanhe a situação em Timor-Leste e tome as medidas necessárias para evitar a continuação do genocídio ■ O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) contesta prazo de 40 dias concedido pelo governo para consulta pública sobre ponte entre Lisboa e Montijo ■ Nelson Mandela inicia uma visita oficial de três dias a Moçambique, a primeira viagem a um país estrangeiro desde a sua tomada de posse como presidente da África do Sul ■ O Hezbollah libanês desmente qualquer implicação no atentado contra o centro da comunidade judaica em Buenos Aires.

21

Quinta-feira

Estudo do Banco de Portugal revela uma diferença entre os salários dos homens e das mulheres de 15 por cento ■ Cavaco Silva, na Rússia, afirma apoiar "o processo de reformas em curso" neste país ■ Alunos do 12º ano apresentam à Comissão das Provas Específicas um protesto pelo conteúdo e o "ambiente insólito" que rodeou uma das provas ■ Parlamento Europeu aprova, por escassa margem de votos, o nome de Jacques Santer para o lugar de presidente da Comissão Europeia ■ Savimbi aceita dialogar com Nelson Mandela para falar da paz em Angola ■ Epidemia de cólera alastra entre refugiados ruandeses nos campos do Zaire.

22

Sexta-feira

A barragem do Alqueva é objecto de discussão pública em Villanueva del Fresno ■ A Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Évora reclama dos poderes públicos "medidas que contrariem o definhamento do Alentejo" ■ Relatório do Comité Antitortura do Conselho da Europa denuncia maus tratos nas esquadras de polícia portuguesas ■ O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, lança apelo à comunidade internacional para levar ajuda humanitária aos refugiados ruandeses ■ O presidente da África do Sul, Nelson Mandela, avista-se com dirigente da Renamo ■ Os Estados Unidos e a Coreia do Norte confirmam que as negociações bilaterais sobre a questão nuclear serão retomadas a 5 de Agosto, em Genebra.

23

Sábado

Em visita à margem esquerda do Guadiana, Carlos Carvalho critica o "espectáculo das esmolhas" e classifica de "intolerável" o abandono das terras no Alentejo ■ Greve dos controladores aéreos franceses provoca perturbações no tráfego aéreo que afectaram mesmo aeroportos portugueses ■ Pescadores espanhóis da

costa atlântica ameaçam bloquear vários portos comerciais se Madrid não tomar medidas adequadas ■ Responsáveis políticos e empresários italianos são detidos sob a acusação de corrupção ■ O Zaire fecha a fronteira com o Ruanda, impedindo o regresso dos refugiados ■ Mostar, capital da Herzegovina, é desmilitarizada e entregue à administração europeia ■ Golpe militar na Gâmbia.

24

Domingo

Dois estudantes universitários timorenses são presos e torturados em Timor-Leste pelas tropas indonésias ■ Realiza-se, na Foz do Douro, o maior desfile militar de sempre em Portugal ■ O Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) reúne, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, representantes de cerca de 50 associações de estudantes do ensino superior ■ Onze mil professores da região de Luanda iniciam uma greve por tempo indeterminado por aumentos salariais ■ A ajuda humanitária começa a chegar aos campos de refugiados ruandeses, enquanto o Zaire anuncia a reabertura da fronteira com o Ruanda.

25

Segunda-feira

Os pescadores da Póvoa e de Vila do Conde ameaçam fazer greve, protestando pelo facto de estarem proibidos de pescar em águas portuguesas onde pescam os espanhóis ■ CGTP propõe que o início das negociações para eventual celebração de um acordo económico e social seja depois de Agosto ■ O rei Hussein da Jordânia e o primeiro-ministro israelita, Rabin, assinam em Washington uma declaração conjunta que põe fim a 46 anos de estado de guerra entre os dois países ■ O procurador de Milão pede uma pena de 11 anos de prisão para o antigo primeiro-ministro italiano Bettino Craxi ■ O actual presidente do Ruanda desloca-se à ilha Maurícia para conversações com o presidente zaireense, Mobutu Sese Seko.

26

Terça-feira

A Comunicação Social anuncia que o Banco Comercial Português pretende lançar uma Oferta Pública de Aquisição na bolsa, oferecendo mais 50% do valor das acções do Banco Português do Atlântico, para assim comprar 40% do até agora maior banco comercial português ■ A ministra da Educação anuncia para o novo ano lectivo uma nova alteração do sistema que coloca em causa toda a filosofia imposta pelo anterior ministro e obriga a modificar de novo o sistema de avaliação em vários graus do ensino ■ É anunciada a programação da próxima Festa do «Avante!» ■ Explode um carro armadilhado em Londres num atentado contra entidades israelitas, que se segue a outros ocorridos no sul do Líbano e em Buenos Aires.

Golpes de Verão

Constitui uma conhecida prática cavaquista a de aproveitar o período remansoso do Verão e das férias para desferir os golpes que mais afectam os interesses populares e assim tentar reduzir as reacções de indignação e de protesto.

Este ano, o menu dos golpes de Verão tem como prato forte a chamada «concertação social», na versão do «acordo a médio prazo», do Primeiro-Ministro, embora inclua outros números, como o aumento das portagens da Ponte e a própria revisão da Constituição.

Em relação à concertação, o Governo engendrou uma teia de reuniões e procedimentos que deviam concentrar, em pleno mês de Agosto, uma parte essencial das negociações e das decisões, procurando assim encostar os sindicatos à parede, no desamparo do apoio das massas.

Oportunamente, a CGTP veio denunciar este estratagema, ao tornar público que «não está disposta a transformar o mês de Agosto, num mês de grandes negociações».

Entretanto, foram tomadas conhecidas as propostas dos diferentes parceiros sociais.

Completamente absurda e reveladora de má-fé, é a encenação do Governo, que foi autor da ideia do «acordo», de não revelar agora as suas propostas e de se remeter a um papel de árbitro, no estilo do «Estado corporativo», como aqui comentámos na semana passada.

A quem é que o Governo quer enganar?

Pois não se sabe que está comprometido com as orientações que prevalecem na União Europeia (especialmente desenvolvidas em Corfu) e que se subordina às recomendações da OCDE, do Grupo dos 7 e do FMI?

Pois não está já claro que todas estas importantes instâncias liderantes do capitalismo o que hoje têm para oferecer aos povos é mais exploração e a degradação das condições de vida?

Quem é que duvida que as verdadeiras propostas de Cavaco Silva e do seu Governo são essencialmente parecidas com as «leoninas» propostas apresentadas pela CIP, visando a flexibilização dos horários, a eliminação de feriados, a contracção das férias e da sua remuneração, a redução dos salários reais, a liquidação do salário mínimo nacional e a diminuição da segurança e da protecção social?

É evidente que tudo isto não pode ser tomado como proposta para um acordo, mas como um provocador desafio que tem que ser enfrentado com muita determinação e muita luta e que se pode fazer andar para trás!

Em contrapartida, a proposta apresentada e tornada pública pela CGTP impressiona pela posição patriótica em que se coloca e pela permanente preocupação que revela com os interesses nacionais e o desenvolvimento do país.

A proposta formula naturalmente as grandes reivindicações do movimento sindical, nomeadamente o fim dos despedimentos, a criação de postos de trabalho, o aumento da qualificação do emprego, a redução da duração do trabalho, a garantia dos direitos dos trabalhadores, o aumento do poder de compra dos salários, a repartição mais justa do rendimento nacional, a garantia e a melhoria da protecção social, a melhoria da prevenção e reparação dos acidentes de trabalho, a reforma da política fiscal no sentido da unicidade e progressividade.

Este ano, o menu dos golpes de Verão tem como prato forte a chamada «concertação social», na versão do «acordo a médio prazo», do Primeiro-Ministro, embora inclua outros números, como o aumento das portagens da Ponte e a própria revisão da Constituição.

Estas reivindicações são, no entanto, enquadradas com, entre outras, a exigência de se promover o desenvolvimento e o crescimento económico, parar a destruição do aparelho produtivo e de se fazer a reforma do sistema de ensino.

A propósito do emprego salienta a CGTP: «é necessário apostar na competitividade da economia, que não seja baseada na desvalorização da força de trabalho (moderação salarial, redução ou eliminação de direitos sociais), mas tenha como vectores fundamentais a formação e a qualificação, a qualidade e a inovação dos produtos, a criação de infra-estruturas materiais e sociais básicas, a aposta na investigação e no desenvolvimento tecnológico e social».

Compare-se esta forma de conceber o progresso do país com a mesquinhez e a desumanidade das preocupações de que está eivada a proposta da CIP. Dois exemplos reveladores:

- O primeiro, em relação ao horário de trabalho, quer a «previsão de que o trabalhador, findo o seu horário normal, pode continuar no seu posto até ser substituído pelo trabalhador do turno seguinte

te dentro de limites de tempos razoáveis». O que serão tempos «razoáveis» para estes modernos «negreiros»?

- O segundo, em relação aos despedimentos, quer «não fazer depender obrigatoriamente a validade do despedimento do prévio pagamento da compensação ao trabalhador». Isto é, nunca mais pagavam.

E é gente destas Confederações patronais que está à frente da economia do país.

Relativamente aos outros golpes de Verão já mencionados, o contestado aumento da portagem da Ponte 25 de Abril volta, desde já, para a primeira linha da actualidade política com a anunciada decisão governamental sobre um emaranhado projecto de novas modalidades, tabelas e percentagens de aumento.

A principal preocupação do Governo parece ser a de fixar, embora recuando muito em relação ao objectivo inicial, o princípio de que há portagem e de que vai haver aumento, «agora mais razoável», e de iniciar com isto uma «preparação psicológica» para o concretizar.

Mas o Governo não ignora que os dois princípios que pretende fixar são contestados de fundo pela grande massa dos utentes que entendem, e bem, que a ponte já está paga e que não lhes compete pagar a nova ponte, que não tencionam usar.

Assim, o Governo querendo passar por «razoável», começa a trilhar de novo, não procurando nenhum diálogo com os utentes, o caminho do facto consumado e da confrontação.

É isso talvez que explica o aparecimento em alguns jornais de textos do tipo dos que costumam ser fabricados pelos serviços de contra-informação, pelo SIS, designadamente onde se fazem provocatórias ligações entre a data do recomeço do pagamento das portagens e a data tradicional da realização da Festa do «Avante!», aliás, há muitos meses confirmada.

É claro que cabem ao Governo, e só a ele, as responsabilidades pela insistência em aumentar a portagem, ignorando o estado de espírito da grande massa dos utentes, e também por um certo «labor» provocatório que aparece em jornais que lhe são especialmente afectos.

A revisão da Constituição, que é muito mais do que um golpe de Verão e que se pode tornar um golpe contra o regime democrático se não forem sustados alguns projectos, aparece neste elenco lamentavelmente por responsabilidade especial do PS, que tudo tem feito para que o processo se inicie pela calada das férias e com o País o mais possível distraído.

Como se vê, também em matéria de conspiração nas costas do povo e contra os seus interesses, não há grande diferença entre PS e PSD.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

370 Milhas a oeste de Cabo Verde

Na qualidade de Comissário-Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, Vasco da Graça Moura encabeçou há dois dias um acontecimento que projecta o seu nome para todo o sempre na História Pátria e que grava a sua figura aos anais da própria Civilização Humana.

À frente de extensa e luzida comitiva da Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos e da congénere espanhola, com a participação de sete navios (sendo dois da Armada portuguesa, dois de Espanha, um do Brasil, outro da Venezuela e mais um da Argentina), Vasco da Graça Moura partiu de Belém do Pará, e rumou para o ponto de Latitude 00o 30' Norte e de Longitude 47o 30' Oeste. E aí deu execução à última (e incumprida) cláusula do Tratado de Tordesilhas, com a marcação do meridiano de partição da Terra pelas coroas de Portugal e de Castela.

Apesar do carácter aleatório do ponto do mar escolhido - que atendeu, segundo a comunicação social, às conveniências de deslocação dos navios dos países próximos e às facilidades de acesso a partir de Belém do Pará; consideradas, também, as irritantes falhas do programa turístico que a comitiva cumpriu na ilha de Marajó, na foz do Amazonas e do Tocantins, e que obrigou à sua evacuação aérea antecipada; apesar, ainda, do atraso de quinhentos anos no cumprimento da vontade de D. João II e dos Reis Católicos - o acontecimento foi digno de ser visto.

Com os olhos perdidos na imensidão do mar, enquanto prosseguia a marcação (a tinta...) da raia oceânica e o lançamento festivo de balões, Vasco da Graça Moura lembrava, o rosto grave e as palavras lentas e imperativas de Cavaco Silva, em S. Bento, à

partida: "Vai e conclui o Tratado de Tordesilhas!" E ele, fiel como nenhum ao seu amo, panegirista supremo e braço infatigável da sua vontade, novo herói da pátria dos poetas e dos marinheiros, ali estava a devolver a glória à nação, descrente com o cavaquismo, donde partira.

Há perguntas que, no contexto, "histórico" e "estival" deste episódio, poderão parecer demasiado sérias. Quanto custou a "execução" da última cláusula do Tratado de Tordesilhas? Quem foram os convidados que participaram na "façanha"? Quem envolveu a Armada nesta história cómica-marítima? Resumiremos, por isso, o comentário: Vasco da Graça Moura, cavaquista fundamentalista, Comissário-Geral da Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos, vai nu.

■ Edgar Correia

O «primo» quer ser ministro

Primo - foi assim que Herman José, depois de algumas fintas para despistar, acabou por tratar o Secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, ao entrevistá-lo como convidado especial, no programa «Parabéns», do passado sábado.

Até agora eram as palavras padrinho (e as derivadas apadrinhar e apadrinhado) e compadre (de onde proveio o compadrio) que pareciam especialmente indicadas para referir o tráfico de influência.

Claro, em tempos de poder laranja, tem também um largo uso a expressão nepotismo, para traduzir a excessiva protecção de certos governantes aos seus parentes.

Mas o achado «primo», graças ao esforço comum do entrevistador e do entrevistado, parece destinado a largo consumo futuro. Lá diz a cantiga:

«Na minha aldeia / Todos são primos e primas»...

Que governante não gostaria de ser «primo» de Herman José e ser alvo de tão cerrada promoção, perante uma tão grande audiência e ouvir da parte do actor tamanhos elogios e «apologios» e outras expressões incensadoras do parente e do Secretário de Estado?

Santana Lopes foi contido a agradecer os louvores, mas foi guloso a aproveitar as deixas. Pareciam combinados. Qual Raposo da «Reliquia», de Eça de Queiroz, anunciou que rezava duas vezes por dia pelos deserdados - a sua virtude. Mas não escondeu o seu pecado - as mulheres. Negou tudo em relação à Torloni, mas quis deixar pairar uma fama de namorado, o que dá para desconfiar.

Em certo momento, percebeu-se que a promoção dos «Parabéns» não era nada fortuita, ocasional, gratuita ou abstracta. Tinha objectivo concreto: é que o «primo» Lopes quer ser promovido a ministro e já tem pasta debaixo de olho. E o «primo» Herman ajuda muito.

Foi o actor que mais uma vez suscitou a questão. Assim: «um dia disseste-me que gostavas de ser ministro da Saúde...»

«Não, não foi bem assim», replicou Santana Lopes e envolveram-se os dois numa conversa sobre o exercício do cargo de secretário de Estado da Cultura. Ficámos a saber, pela boca do dito, que o desempenho há 4,5 anos. «Muito tempo», sublinhou o actor, que ainda perguntou: «não costuma ser tanto?...»

O governante anuiu e salientou significativamente que no Conselho da União Europeia para a Cultura é agora o decano. Tudo isto dito com algum cansaço.

Só depois voltou à sua grande aspiração: «ser ministro da saúde». Ele confessa abertamente que gostava. Acha que «falta amor na política de saúde, sobretudo em relação às crianças».

Que pensará de tudo isto o ministro da Saúde, Paulo Mendo?

Como é sabido, não lhe faltam problemas e buracos, incluindo a possibilidade de apanhar o ricochete das suas precipitadas declarações, ao tentar descarregar as responsabilidades para o Hospital Maria Pia, da utilização de sangue contaminado com o vírus da sida, nesta unidade hospitalar, para crianças, do Porto.

Que saberá mais Santana Lopes?

É o que conheceremos nos próximos capítulos.

Para já fiquemos com três conclusões:

- a primeira, é a de que a luta pelo poder entre o pessoal laranja se mete em tudo, até nos «Parabéns»;
- a segunda, é a de que a brincar a brincar se pode desfazer e fazer um ministro;
- a terceira, é proverbial quanto mais primo melhor arrimo.

■ Carlos Brito

Vendaval de hipocrisia

Com uma muito generalizada benevolência, cumplicidade e simpatia dos mais influentes meios de comunicação social, o que se anuncia em torno da revisão constitucional e das propostas do PS, do CDS e do PSD para as alegadas «reformas» do sistema político e do sistema eleitoral é um verdadeiro vendaval de hipocrisia.

Imperturbáveis face a todas as sensatas objecções e pertinentes críticas, implacavelmente empenhados não em discutir ou confrontar ideias mas em matraquear os dogmas que instituíram como do interesse geral, os partidos das ideias e dos interesses dominantes (PSD, CDS, PS) e os comentadores e jornalistas situados na mesma área continuam, semana após semana, a insistir na articulada e sofisticada cantilena da «despartidarização» da vida política, da «aproximação» dos deputados aos eleitores, da «personalização»

do voto e dos mandatos, da defesa de círculos uninominais acompanhada, como se tornou moda, de juras de respeito pela proporcionalidade que, no caso do PS, se não fossem o recorde nacional do cinismo e da má-fé seriam então o recorde nacional da ignorância.

Com este vendaval de hipocrisia pretende-se soterrar a evidência de que, em nome da «aproximação» dos eleitos aos eleitores, o que se prepara e congemma são esquemas e soluções legislativas antidemocráticas que, provocando gravosas distorções na conversão de votos em mandatos pelas diversas forças, dando a algumas delas deputados que correspondem aos votos que pertencem a outras, instituindo diferentes e desiguais eficácias de voto entre os cidadãos, inutilizando a tradução institucional da vontade concretamente manifestada por importantes segmentos do eleitorado, conduzem a situações de

parcial expropriação da soberania popular, a repugnantes lesões na democracia representativa, à intolerável expulsão, marginalização e afastamento do sistema político de faixas consideráveis da população.

Pretende-se também escamotear que, em nome de retirar poder aos partidos e dar mais poder e capacidade de intervenção aos cidadãos, o que, se prepara, naquilo que é substancial e decisivo, é exactamente o contrário.

É, a este respeito, muito elucidativa a proposta do PS para acabar com a eleição directa das Câmaras Municipais, passando o Presidente da CM a ser o primeiro candidato da lista vencedora para a Assembleia Municipal e passando o executivo municipal a ser constituído, no fundo, por quem aquele eleito quiser, salvo no caso previsivelmente pouco fácil e pouco provável, de a sua proposta de nomes ser rejeitada

por uma moção de censura aprovada por maioria de dois terços (!) de membros da AM que indique de imediato uma equipa alternativa.

Salta à vista que não só esta proposta decorre de toda uma inaceitável lógica de homogeneização e extrema partidarização do poder local e da sua gestão e de eliminação desse aspecto positivo da experiência nacional que constitui o facto de, sem prejuízo das responsabilidades da força mais votada, diversas forças poderem estar associadas à gestão municipal, como a ser aprovada - corresponderia a retirar aos cidadãos o importante direito que hoje têm de determinarem e saberem quem são os vereadores que os representam, em vez de, como pretende o PS, se tornarem meros espectadores da acção de um executivo constituído a bel-prazer de um partido.

■ Vítor Dias

HAITI

Raízes dum drama

Sobre o Haiti pesa há meses a ameaça da invasão e intervenção militar dos EUA. Planeada ao pormenor nos seus aspectos logísticos, também tem sido cuidadosamente preparada em termos de opinião pública. Não apenas no sentido de aparecer como um acontecimento normal, mas transformando-a numa medida necessária e até desejada. Em nome do regresso à democracia.

Estranha preocupação de quem durante 28 anos apoiou a ditadura dos Duvalier...

Independente desde 1804, o Haiti tem vivido neste século períodos bem negros da sua história. Invadido pelos "marines", foi ocupado durante 19 anos pelos americanos. Mais tarde sofreu o longo período de terror de "Papa" e "Baby" Doc. A queda dos Duvalier (1986) não conduziu entretanto o país a um verdadeiro processo de democratização. Mantendo as mesmas instituições e estruturas socioeconómicas, o poder foi assegurado por uma junta civil-militar. Período de grande instabilidade, de golpes e contragolpes, de aprovação de uma Constituição revogada 16 meses depois, de eleição de 2 presidentes rapidamente depostos pelo exército. É assim que Jean Bertrand Aristide, padre, eleito em finais de 1990 com cerca de 70% dos votos, afastado pelos militares, é internacionalmente reconhecido como o Presidente do Haiti. O que para a ONU, OEA e EUA lhes dá o "direito" de intervir para o seu regresso...

Do seu exílio estado-unidense, Aristide participa nas negociações que se têm realizado. Dos vários acordos estabelecidos, apenas um - o da Ilha de Governador - fixou uma data para o seu regresso (30 Outº 93) que acabaria por não se verificar. Apoiando o embargo, Aristide tem-se pronunciado ora a favor, ora contra a intervenção dos EUA. Tal atitude tem sido aproveitada pelos militares, que contam com o apoio das grandes famílias locais e dos traficantes de droga do Cartel de Cali, para ampliar a repressão - cuja cifra é de 3 assassinatos políticos/dia - e reforçar posições.

Por sua vez, os EUA, enquanto aguardam a autorização do Conselho de Segurança para as operações, procuram contornar a contestação interna à intervenção.

Entretanto, o martirizado povo haitiano, esgotado pela fome, açoitado pelo terror, continua a concentrar algumas das suas energias na fuga. Os 200 mil refugiados da última década e os 20 mil do último mês são sinais evidentes da profunda e prolongada crise. O drama dos refugiados também é, mediaticamente, utilizado para favorecer a intervenção americana que, assim, poria fim a um problema interno dos EUA - o do acolhimento de milhares de emigrantes.

A soberania nacional e a situação política, económica e social do Haiti assume o carácter de grande desastre. De importante exportador de açúcar, café, cacau e algodão nos séculos passados, tornou-se hoje no 2º país com menor PIB/per capita do mundo. Os salários reais sofreram em 1993 uma quebra de 30%. Mais de metade da população encontra-se desempregada. A extrema miséria, a doença, a fome atroz e a morte por inanição fazem parte do quotidiano entre as massas populares. Entretanto, 1% da população detem 45% da riqueza. O Estado, em desagregação, é o principal responsável por este gritante desequilíbrio, pela destruição do aparelho produtivo, a ruína dos agricultores, a quebra dos investimentos, o endividamento externo.

Sem dúvida que importa mudar radicalmente tal situação. A solidariedade activa dos povos, nomeadamente da América Latina, pode contribuir para tal objectivo. Mas não a invasão pelos EUA que antes frustraria, uma vez mais, a possibilidade e o desejo do povo haitiano de decidir sobre o destino do seu país.

M.B.

Carlos Carvalhas em Pias

«Há terras abandonadas e trabalhadores sem trabalho»

Da intervenção do secretário-geral do PCP, proferida no passado sábado no Cine-Teatro de Pias, publicamos os extractos mais importantes

(...)

Vimos hoje de manhã alguns exemplos chocantes de uma política de destruição e de regressão social. Um crime. Um crime, quer se olhe para a vertente social quer para a vertente da economia nacional.

Terras, vinhas, alfaias abandonadas. São milhares de hectares com silvas e ervas.

E esta é que é a questão central do Alentejo e um libelo acusador ao Governo. Há imensas terras, e boas terras, abandonadas, e outras tantas subaproveitadas, e há milhares de trabalhadores agrícolas sem emprego.

Terras abandonadas e trabalhadores sem trabalho. Esta é uma situação intolerável, que não se resolve com mezinhas nem com demagogia, nem com operações mediáticas tipo Somália. Quando aqui chegou a ajuda alimentar da Cruz Vermelha Portuguesa, a maioria dos presentes era composta, não por desempregados, mas por jornalistas! E por isso, os presentes, desempregados e jornalistas, foram unânimes em repudiar o espectáculo das esmolas.

As pessoas têm dignidade, têm direito a ser respeitadas, têm direito ao trabalho, que é, aliás, um direito constitucional. E é por isso que os trabalhadores e eleitos autárquicos têm dito e repetido que, sendo bem vindas as acções de solidariedade, do que os trabalhadores mais precisam é de trabalho.

A situação no Alentejo e os dramas dos trabalhadores e das suas famílias são sérios de mais para serem usados para campanhas de propaganda ou para servirem de arma de arremesso político.

O Alentejo não é pobre. O que tem, ao contrário de outras zonas do País, é a sua maior riqueza - a terra - na posse de uns poucos que não a trabalham, em prejuízo dos muitos capazes e desejosos de a trabalhar.

A situação no Alentejo não é diferente da situação que se verifica em praticamente todo o interior do País no que concerne ao envelhecimento e à desertificação, ou em relação a situações de carência e extrema carência que também se verificam noutras zonas do País.

A especificidade da região reside nas estruturas fundiárias, no peso da agricultura, na posse e uso da terra. Quadro que é agravado, a nível nacional, pela execução da Política Agrícola Comum (PAC) e das políticas de Maastricht e pela subversão às «ordens» de Bruxelas.

É caso para se perguntar aos agricultores portugueses, com destaque para os agricultores do Norte do País, que de sol a sol trabalham por vezes parcelas de terreno inferiores a um hectare, para arrancarem o seu sustento, se podem estar de acordo com um governo que promove no Sul o parasitismo e o absentismo, e que dá subsídios para não se produzir, deixando herdades com milhares de hectares de terra, algumas com possibilidades de regadio, absolutamente abandonadas, quando há tanta gente que as quer trabalhar e quando o País importa 70% daquilo que consome. Certamente que os agricultores do Norte não estão de acordo e ficariam profundamente chocados se pudessem ver as terras não cultivadas, abandonadas e subaproveitadas.

São precisas medidas de fundo e medidas de emergência. O anúncio das recentes medidas para o combate ao desemprego (1 milhão de contos), e que é o resultado da luta e da denúncia que se tem feito da situação, é uma resposta pontual, mas não resolve os problemas estruturais do Alentejo.

A questão do desenvolvimento do Alentejo passa pela resolução da questão da posse e uso da terra, pela irrigação, pela industrialização e pela agro-indústria, pelo reforço financeiro do Poder Local e pela regionalização.

Na verdade, a questão do atraso do interior e da sua perda de população está também ligada à asfixia do Poder Local e às possibilidades que este tem na resolução de problemas, naturalmente que à sua escala.

O Poder Local democrático, participando embora em apenas 7% da despesa pública, propiciou 18% do total do emprego público e 25% do total do seu investimento! Mas o que se tem assistido é ao

estrangulamento financeiro, à tentativa de imposição de mais encargos sem recursos e à paralisação das grandes reformas, tudo no quadro de uma política de autoritarismo e de centralização, com uma crescente usurpação e ingerência por parte das Comissões Coordenadoras Regionais (CCR), quando o que era necessário era precisamente o contrário.

Mas não é às autarquias que cabe definir a política agrícola, a política industrial, a política de desenvolvimento.

Um crescimento equilibrado para o País exige uma nova política que, abandone os critérios da União Económica e Monetária, defenda e valorize a produção nacional e não as actividades especulativas e parasitárias. Uma política que promova a produção e a modernização do aparelho produtivo e não a concentração da riqueza e o clientelismo.

Uma política que, em relação à agricultura, defenda a produção nacional e facilite o escoamento de produtos, uma política que dê apoio técnico e estabeleça preços dos factores de produção e do crédito que possam permitir o desafogo dos agricultores. O Governo fala nos fundos estruturais mas há cada vez mais agricultores endividados.

Para quem e com que consequências para o emprego e para o desenvolvimento da região e do País foram os 600 milhões de contos que o Governo diz ter atribuído à agricultura?

Seria bom que o sr. Primeiro-Ministro informasse o povo português sobre esta questão. Fica aqui o desafio, assim como o desafio para vir ao País real, e não apenas ao Alentejo turístico, para pôr de parte, uma vez por todas, o País virtual que usa na sua propaganda demagógica. Desafiamo-lo a vir ao terreno ver as consequências ruins da sua política e a vir proferir à zona da margem esquerda da Guadiana, frente aos autarcas e às populações, os insultos e as mentiras que tem proferido nos seus monólogos em família...

O PSD e também o PS são os responsáveis pela liquidação, vio-

te ao que tinha afirmado, não só não escapámos à recessão, como sofremos mais com ela que os nossos parceiros comunitários.

Não há disfarce possível

É inegável que a política das auto-estradas não consegue disfarçar que nos encontramos no terceiro ano em que nos atrasamos em relação à média comunitária. Não consegue disfarçar o facto de o poder de compra das famílias ter caído 2,5 pontos no ano passado e de ir cair mais este ano. Não consegue disfarçar o facto de os trabalhadores da Administração Pública terem este ano uma redução de 3 a 4 pontos no seu poder de compra, o que atingirá cerca de um milhão e meio de pessoas. Não consegue disfarçar a grave situação dos reformados, pensionistas e idosos e da preocupante deterioração dos serviços de saúde, as taxas moderadoras e outros entraves geradores de crescentes desigualdades no acesso a esses cuidados. Não consegue disfarçar a política do actual tutelar desse ministério que, apesar da torrente de declarações à comunicação social, nada fez, ao fim de mais de sete meses, para enfrentar os graves e inadiáveis problemas que atingem os serviços de saúde, a não ser o anúncio da sua privatização e a introdução do negocismo à custa da saúde dos cidadãos. Não consegue disfarçar também a crise que atinge a escola e o sistema educativo, e a generalizada insatisfação de professores e de estudantes, e as constantes lutas a que têm tido de recorrer.

É, por isso, cada vez mais urgente uma política de desenvolvimento e modernização das actividades produtivas, em contraposição ao actual processo de desindustrialização e da entrega das alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro. Uma política em que a aposta na competitividade da economia seja baseada, não na desvalorização da força de trabalho (moderação salarial, redução ou eliminação de direitos sociais), mas que tenha como vectores fundamentais a formação e a qualificação, a qualidade da produção, a inovação e a investigação, e uma política de efectiva diminuição das taxas de juro reais dos empréstimos, na medida em que são elas que mais directamente influenciam o nível do investimento e, portanto, também o crescimento económico e o emprego.

Para nós, terão de constituir preocupações e tarefas nacionais prioritárias, o relançamento da actividade económica, com a melhoria do nível, qualidade e condições de vida das populações, a modernização do aparelho produtivo nacional e a defesa da produção nacional, o decidido combate à pobreza e o urgente estabelecimento de um rendimento mínimo de subsistência, um empenho especial na modificação da grave situação em vivem reformados e pensionistas, a valorização e dignificação de quem trabalha e a salvaguarda dos direitos e regalias dos trabalhadores, uma firme intervenção pela moralização da vida pública e por uma profunda reforma do Estado, o avanço corajoso para profundas reformas na saúde, na educação, na habitação, no apoio ao Poder Local e na concretização da regionalização.

Um Portugal moderno e solidário não é um Portugal resignado perante o desemprego, o emprego precário, os baixos salários, as bolsas de pobreza e as incertezas do dia de amanhã.

Precisamos de uma estratégia de desenvolvimento que vá ao encontro das aspirações dos trabalhadores, dos produtores e da juventude, que crie postos de trabalho e concretize uma verdadeira coesão económica e social e um sistema de protecção social através de solidariedades múltiplas.

O «Bloco Central» da Revisão Constitucional

A ofensiva do Governo contra os trabalhadores é acompanhada por uma cada vez maior governamentalização do Estado e por uma consequente degradação da própria democracia e do regime democrático, e pelo autoritarismo, a violência repressiva e pela crescente e ilegal intervenção dos serviços de informação na legítima participação dos cidadãos e das suas associações na vida nacional.

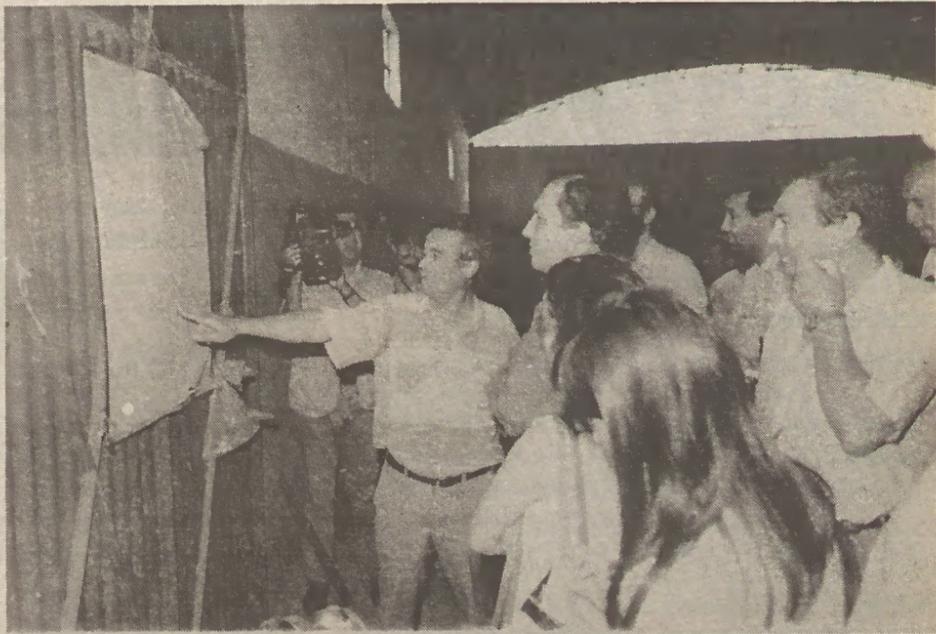


lenta e à margem da própria lei, de milhares de hectares cultivados e de mais de 50 mil postos de trabalho na agricultura, com a extinção das Cooperativas da Reforma Agrária que mudaram a vida do Alentejo. Assim como são os responsáveis pelos sucessivos atrasos da realização do Alqueva e da irrigação do Alentejo.

Os eleitos e os activistas da CDU têm afirmado e reafirmado a sua disposição para, na sua qualidade de eleitos e de homens e mulheres profundamente inseridos na região, tudo fazerem e dialogarem séria e responsabilmente com o poder central, para encontrarem os caminhos necessários ao desenvolvimento do Alentejo e ao bem-estar das suas gentes.

Mas o que não estão dispostos é a dar cobertura a gestos de demagogia, a operações mediáticas humilhantes, ao desdobramento do PDR em fantasiosas acções de propaganda, quando ainda por cima se sabe que o Alentejo é penalizado no 2º Quadro Comunitário de Apoio.

O sr. Primeiro-Ministro pode continuar a lavar as mãos como Pilatos, mas o seu Governo é o principal responsável pela queda do rendimento dos agricultores e pelo seu crescente endividamento, e o principal responsável pela crise que o País atravessa. Contrariamen-



E todo este clima e a promiscuidade entre o aparelho de Estado, interesses privados e interesses no partido no poder, e a fuga ao controlo democrático, facilitam e criam o «caldo de cultura» à corrupção, com os exemplos vindos de cima, o que vai gangrenando as instituições e minando a sociedade. Aliás, é caso para perguntar em que ficaram os famosos «fumos de corrupção» do Ministério da Agricultura acerca da Reforma Agrária!

O Governo procura passar, cada vez mais, a factura da sua política para cima dos trabalhadores e das camadas populares. Mas os trabalhadores resistem, lutam e mobilizam-se contra as políticas e acções que lesam os legítimos interesses, como se viu ainda recentemente com os utentes da ponte 25 de Abril, com os pescadores, com os trabalhadores da indústria naval, com os agricultores...

Crece o descontentamento e o mal-estar em cada vez mais amplas camadas da população. O Primeiro-Ministro é contestado e apupado. E, como resposta, o Governo, em vez de resolver os problemas do povo e do País, intensifica a propaganda, a demagogia, o clientelismo e a repressão. Criar expectativas, multiplicar promessas e usar os «sacos azuis» do Orçamento do Estado para as suas clientelas são os três grandes eixos da política do PSD.

No entanto, apesar das manobras demagógicas, a política anti-social do PSD vai continuar a ser contestada e o Governo vai reduzindo a sua base social de apoio.

Mas é também neste preciso momento, em que o Governo está mais desmascarado e desacreditado, e em que se intensifica uma ofensiva global contra os direitos e interesses dos trabalhadores, que o Partido Socialista, mais uma vez, atira uma bóia ao PSD ao impulsionar uma revisão constitucional com a gula de poder obter maiorias, na secretaria, que os votos não lhe dão. É de novo o «bloco central» a funcionar.

Em vez de concentrar esforços no combate à política do Governo, desvia as atenções e aparece de braço dado com o PSD a fazer uma revisão constitucional, quando não há nenhuma querela constitucional.

Pela nossa parte, tudo faremos para resolver os problemas das populações e para dar combate à política do Governo.

Com o PCP, não há combate ao PSD no plenário da Assembleia da República para o público ver e acordos de corredor ou por baixo da mesa, fora dos olhares e do conhecimento dos cidadãos.

Com o PCP, os trabalhadores e as populações podem contar com um combate firme e sem tréguas ao Governo e ao PSD, nas instituições e fora delas. Assumimos as nossas responsabilidades perante o povo e o País, com determinação, clareza e transparência. (...)

O Alentejo não é pobre

Em 1980, a autarquia de Serpa era obrigada a pedir às cooperativas que lhe dispensassem trabalhadores para as obras municipais. Hoje, o problema inverteu-se. Mão-de-obra não falta e as câmaras alentejanas são os maiores empregadores da região. Passados 14 anos, muita coisa mudou. O desemprego salta à vista de todos, as pessoas emigram e entre os que ficam fala-se de fome e desespero. O Alentejo, esse lá está, com a vasta e generosa planície à espera que a cultivem.

A gritante contradição entre o desemprego e o abandono das terras foi por várias vezes salientada pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, durante a sua deslocação a Pias, onde começou por visitar as instalações da antiga cooperativa «A Esquerda Vencerá», passando pelas herdades abandonadas da Capela e do Facho. Ainda em Pias, Carvalhas falou para muitas centenas de pessoas que enchiam completamente o Cine-Teatro de Pias (ver discurso ao lado).

A cooperativa «A Esquerda Vencerá» foi um exemplo de sucesso da Reforma Agrária. Nos terrenos ocupados pelos trabalhadores cultivava-se de tudo às toneladas. Um quadro afixado numa parede de um espaçoso armazém da UCP testemunha a quantidade e variedade da produção em 1988. Há quem recorde com saudade os tempos em que ali funcionava o mercado abastecedor. Agora os comerciantes são forçados a ir até Beja para se fornecerem.

«A Esquerda Vencerá» dispunha de muitos hectares de terra,

um parque de máquinas com 50 tractores, oficina de mecânica e serralharia, um escritório de contabilidade. Assegurava trabalho durante o ano inteiro a todos os homens e mulheres cabeças de casal. Os restantes eram chamados para tarefas sazonais. Chegou a ter 820 efectivos e na altura da colheita da azeitona este número ultrapassava os mil trabalhadores. Hoje ninguém trabalha na cooperativa, que já não tem terras, e os proprietários deixam os terrenos a criar mato.

Quase não se acredita. Olha-se em redor e nenhum campo está cultivado. Mesmo uma extensa vinha de muitos hectares que pertencera à cooperativa antes da devolução ao antigo proprietário, está ao abandono. As uvas que fazem o apreciado vinho de Pias estão nas plantas, mirradas devido à falta de cuidados, mas ninguém as colhe, nem deixam colher.

Denominada Herdade da Capela, a propriedade foi hipotecada à Caixa Geral de Depósitos que executou a hipoteca por falta de pagamento do agrário. A Junta de Freguesia já solicitou àquela instituição estatal que autorizasse a colheita da uva, o que sempre daria trabalho à população, mas a resposta foi negativa. Os rumores indicam que a CGD está mais interessada nos subsídios da CEE que oferece entre 400 e 800 contos por cada hectare de vinha arrancada.

Aliás, o mesmo esquema já tinha sido utilizado pelo antigo proprietário que arrancou 20 hectares de vinha a troco de subsídios comunitários. Ninguém parece importar-se com o facto de Pias ser uma região vinícola demarcada e que a continuar a destruição da vinha em breve desaparecerá o precioso nectar.

Água não falta

A Herdade do Facho é mais um caso, entre muitos, da triste

história recente do Alentejo. Devolvida aos antigos donos, a herdade actualmente nada produz. Um dos fundadores da cooperativa, que acompanhou a visita de Carlos Carvalhas, não conseguiu evitar a emoção ao explicar que naqueles 540 hectares se produzia tudo: «Tomate, feijão, tudo... Depois que nos tiraram as terras nunca mais se cultivou nada».

Uma particularidade pouco comum desta herdade é que nem água falta. Duas barragens armazenam qualquer coisa como 3500 milhões de metros cúbicos do líquido, que só por si resolveriam o problema do abastecimento de água no concelho de Serpa.

Porém, mais uma vez a propriedade privada sobrepôs-se ao interesse público. Sabendo que aquela água não era utilizada para nenhum fim, a Câmara Municipal de Serpa apresentou um projecto aos proprietários com o objectivo de aproveitá-la para consumo do concelho. As intenções da Câmara não foram, no entanto, bem recebidas e não foi possível encontrar um mecanismo legal que fizesse prevalecer o interesse das populações: contra tudo e todos, a propriedade passou mesmo a ser sagrada.

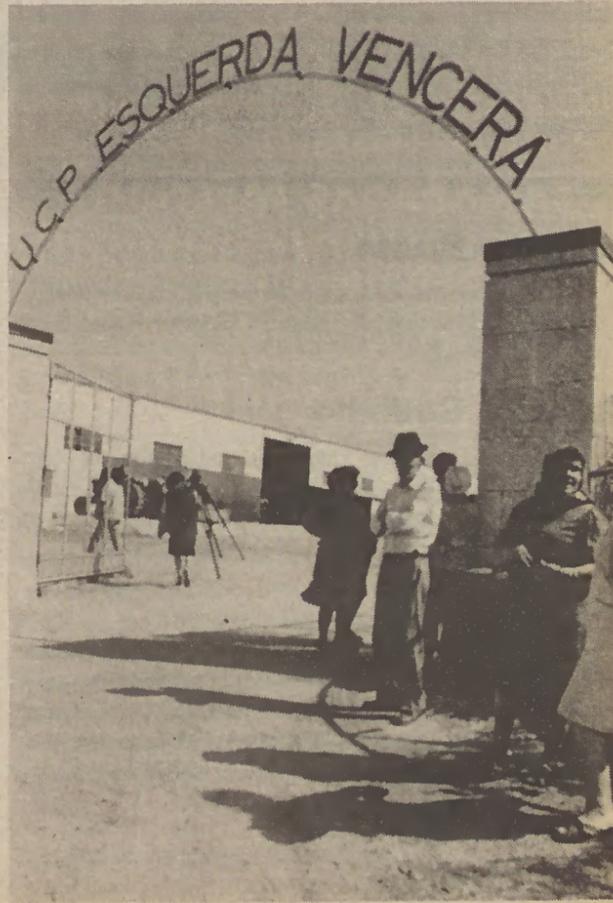
O trabalho está na terra

Depois do almoço, a população de Pias encheu o Cine-Teatro local, para participar no comício que contou com a presença de Carlos Carvalhas, do deputado comunista António Murteira, José Rita e António Vitória, ambos do Comité Central, entre muitos outros dirigentes locais do partido e autarcas da CDU.

A abrir a sessão, subiu ao palco o Rancho Coral de Vila Verde de Ficalho, seguindo-se o período de intervenções, em que usaram da palavra José Jacinto, do secretariado da comissão concelhia de Serpa e vereador da Câmara Municipal, Neves Jorge, do Secretariado Distrital das UCP's, encerrando a sessão o secretário-geral do PCP.

Das intervenções proferidas, uma questão ficou clara, se é que ainda havia dúvidas: a solução dos problemas do Alentejo tem de passar obrigatoriamente pela reforma agrária. Como sublinhava um interveniente, «mesmo que construam o Alqueva, será preciso resolver o problema da terra. Tanta água não pode ser só para meia dúzia de agrários».

■ CN



Em Cascais e Marinha Grande PS contra a liberdade de propaganda

Dois casos atentatórios da liberdade de propaganda vieram recentemente a público na Marinha Grande e em Cascais, onde os respectivos presidentes de Câmara ordenaram a retirada de pendões do PCP a anunciar a Festa do «Avante!»

Nos últimos dias, centenas de pendões da festa do «Avante!» foram retirados nos concelhos da Marinha Grande e de Cascais, ambos sob gestão de autarcas do PS, que se socorrem de argumentos vagos que vão desde a necessidade de preservar o ambiente ao facto de classificarem o anúncio da Festa como publicidade comercial.

O presidente da CM da Marinha Grande mandou retirar pendões em S. Pedro de Moel para, segundo disse, preservar a «qualidade» da estância balnear e «atrair cada vez mais visitantes». Contudo, esta preocupação alegadamente «ecológica» não é entendida pela a Comissão Concelhia do PCP que considera que «a atitude é ilegal e prepotente e contrasta com o apreço do diálogo que o sr. Alvaro Órfão tem sempre na boca. E ainda é mais ilegal quando a famigerada atitude não é precedida de comunicação ao PCP».

Os comunistas não vão desistir dos pendões e acusam o presidente da Câmara e o Vereador Armando Constâncio, que também é responsabilizado pela decisão, de estarem a discriminar o PCP, uma vez que o «o concelho está inundado da propaganda mais diversa» que nunca foi retirada.

Por seu turno, a JCP da Marinha Grande manifesta em comunicado «a sua mais profunda indignação pela atitude antidemocrática, ilegal e into-

lerante. A festa do «Avante!» é o maior acontecimento cultural e desportivo que se realiza no nosso país. Que o digam as centenas de jovens nossos conterrâneos, que todos os anos lá se deslocam. Só a dor de cotovelo de quem tal não sabe fazer, pode levar à destruição da propaganda da nossa Festa», afirma a JCP.

Os jovens comunistas perguntam ao presidente «se não tem mais nada que dar a fazer ao pessoal da Câmara» e sublinham que «não é com prepotência deste género que deixaremos de encher a excursão que levaremos à festa do «Avante!» nos dias 2, 3 e 4 de Setembro».

Recorde-se que, ainda há poucos meses, o mesmo autarca pretendeu remover um painel da CDU que estava a ser utilizado pelo PCP numa campanha de divulgação do nosso jornal.

Judas não autoriza

Em Cascais, tal como é prática corrente, a colocação dos pendões da Festa foi previamente comunicada pelo PCP ao presidente da edilidade. Contudo, inesperadamente, José Luís Judas, eleito pelo Partido Socialista, exigiu uma autorização com base no regulamento de propaganda municipal.

Considerando que a exigência de autorização não tinha fundamento legal, os comunistas colocaram os pendões, à

semelhança dos anos anteriores. Porém, o edil não gostou e mandou os serviços recolherem cerca de duas centenas de pendões espalhados pelo concelho.

A concelhia do PCP «lamenta que, pela primeira vez depois do 25 de Abril, o actual elenco do PS com responsabilidades na Câmara de Cascais tenha tomado a atitude ilegal que tomou», afirmou aos jornalistas Manuel Clemente, que adiantou que o Partido vai pedir ao Tribunal Constitucional que se pronuncie sobre a inconstitucionalidade do artigo que determina a necessidade de autorização prévia, pois, segundo disse, «a Festa do Avante é uma iniciativa política e de aniversário».

Entretanto, os comunistas estão decididos a repor nas ruas de Cascais a propaganda apreendida, apesar da Câmara ter ameaçado aplicar coimas e voltar a retirar pendões.

Norma inconstitucional

Em declarações ao «Avante!», a jurista Ana Serrano,

membro da Comissão Nacional de Eleições, disse que estas práticas pretendem ser justificadas com o decreto-lei 97/88 sobre afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, o qual, em sua opinião «contraria o artigo 37 da Constituição que garante, sem restrições, a liberdade de expressão política».

Acontece que o referido decreto, que nunca foi declarado inconstitucional, prevê critérios para o exercício de propaganda política mas só pode ser aplicado mediante regulamentação aprovada pelas assembleias municipais.

No caso da Câmara de Cascais, o respectivo regulamento municipal estabelece a necessidade de uma autorização prévia para afixar propaganda, não fazendo, no entanto, distinção entre publicidade comercial e propaganda política. Segundo Ana Serrano, aquela norma aplicada à propaganda política é «inconstitucional» uma vez que «não faz sentido pedir autorização para uma coisa que a Constituição declara ser livre».

Aliás, como recordou, o Tri-



bunal Constitucional já teve oportunidade de declarar inconstitucional o regulamento aprovado pela Assembleia Municipal do Funchal, que limitava o direito de propaganda política a espaços designados pelo executivo camarário.

Num comentário final,

podemos legitimamente interrogar-nos se o PS, caso amanhã fosse Governo, não iria pura e simplesmente acabar com toda a propaganda política. É que, seguindo a lógica e os argumentos destes seus autarcas, não faltam razões para proibi-la...

Tejo Internacional

Na visita ao Distrito de Castelo Branco, a propósito da polémica questão da criação do Parque Tejo Internacional, o deputado comunista António Murteira esteve em Idanha-a-Nova e Castelo Branco, onde estabeleceu contactos com os autarcas da Região e participou em acalorados debates, nomeadamente no Rosmaninhal, em Monforte e Malpica do Tejo.

As populações participaram em peso, condenaram a atitude do Governo e da Quercos, disseram não ao projecto regulamentador que visa a criação do Parque Natural e apoiaram, com entusiasmo, os pontos de vista e propostas do PCP.

No final da visita, em declarações aos órgãos de comunicação social, António Murteira defendeu a suspensão de todo o processo e respeito pelos interesses e pontos de vista das populações, tendo acrescentado que, tratando-se de uma região em desertificação e de muito fraca pressão demográfica, não se compreende que o Governo e a Quercos queiram impor um regulamento para a criação de um Parque que conduziria ao acelerar da desertificação e que pelo seu carácter restritivo e até repressivo traduz uma completa falta de respeito e de consideração por quem trabalha e pelas populações de Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

Revisão constitucional esconde objectivos obscuros

Favorecer a bipolarização artificial, afectando simultaneamente a representação proporcional, constitui um dos objectivos que animam PSD e PS com o processo de revisão constitucional. O deputado Lino de Carvalho, autor da acusação, proferida em recente conferência de imprensa, acha mesmo que na mira dos dois partidos está o redesenho dos círculos em função do seu objectivo político, ou seja, obter em mandatos o que não conseguem em votos.

Para o parlamentar do PCP, que estava acompanhado por Eulália Miranda e António Foito, da DOREV, não passam, pois, de falsas questões o alegado desconhecimento dos deputados relativamente à vida do País, ou o afastamento destes em relação à vida política. O problema é outro, disse, e não está na Constituição nem no sistema eleitoral. «Está no projecto de sociedade, nos interesses de classe e nas práticas de cada partido e dos seus deputados», concluiu.

Desenvolvendo este tema, Lino de Carvalho

lembrou ainda que não é o sistema político e eleitoral que bloqueia o conhecimento dos problemas do País pelos deputados, mas sim a atitude do PSD (muitas vezes com o acordo e o apoio do PS e do CDS) que, com a sua maioria absoluta, «faz a Assembleia aprovar iniciativas que violam direitos e interesses fundamentais dos portugueses».

No decorrer da conferência de imprensa foi ainda abordada a situação de grave crise económica e social que afecta o Alentejo, onde relevam problemas de despovoamento, desertificação e desemprego, idênticos aos que atingem outras regiões, como Trás-os-Montes e Beira Interior. Para Lino de Carvalho, que defendeu a realização da Reforma Agrária, a responsabilidade é das políticas que têm vindo a pautar a acção do Governo, a quem acusou de não promover um adequado ordenamento do território, mantendo as assimetrias regionais, designadamente com o modelo de litoralização do País e consequente marginalização do interior.

Acampamento "Verde" na Lousã

Tem início amanhã, prolongando-se até ao próximo dia 2 de Agosto, um acampamento na Lousã, distrito de Coimbra, organizado pela Ecolojovem, organização juvenil do Partido Ecológico «Os Verdes».

Actividades de animação orientadas para um melhor conhecimento da região e para a sensibilização dos participantes com vista à defesa e conservação da Natureza constituirão um dos pontos fortes deste acampamento, aberto a todos os jovens que nele queiram participar.

Para além dos momentos de convívio que vai oferecer, esta iniciativa não deixará seguramente de constituir também uma oportunidade para abrir espaços de reflexão em torno de matérias tão interessantes como sejam a florestação, a eucaliptização, os fogos florestais ou o rio Mondego.

As inscrições ou qualquer outra informação poderão ser feitas através do telefone 315 45 92 ou pelo fax 315 45 91, da rede de Lisboa.

CAMARADAS FALECIDOS

António Bento

Faleceu recentemente António Bento, que contava 76 anos. Estava organizado no Casal da Charneca - Almoester, no concelho de Santarém, onde residia.

António Godinho

Faleceu, em 18 de Maio, António Peleja Godinho, que estava organizado na concelhia de Beja. Camarada com ligações ao Partido antes do 25 de Abril, participou nas campanhas eleitorais de Humberto Delgado e esteve preso no Aljube durante seis meses.

José Sutil

Faleceu, no passado dia 18 do corrente mês, José António Vaz Sutil, que contava 93 anos e era natural de Campo Maior. Participou activamente nas campanhas eleitorais de Norton de Matos, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, militou na organização de Beja, colaborando na instalação do Murpi nesta cidade e mais tarde em Campo Maior.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Os novos descobridores do Alentejo

■ Lino de Carvalho

1. O Alentejo está na moda dos cronistas da nossa praça, das reportagens de televisão e de tudo quanto lá vai falar.

Uns, como Cavaco Silva, conhecem do Alentejo os relatórios dos seus serviços, o — aliás, lindíssimo — Pulo do Lobo onde se refugia como pretexto para não ouvir as críticas e os protestos dos portugueses, as estradas quando de Lisboa ruma à sua vivenda Mariani na cosmopolita Algarve. Faz-me lembrar um outro antigo Primeiro-Ministro que em pleno período de Reforma Agrária afirmava que conhecia muito bem o Alentejo porque passava por lá sempre que ia para a Praia do Vau...

Mas outros, como Miguel Sousa Tavares (1), descobriram o Alentejo quando seguindo a nova moda do novo riquismo lisboeta e dos novos senhoritos, construiu um «monte» em Mora. Com uma aprendizagem rápida também já debita — seguramente a alguns bons milhares de escudos a linha — análises e conselhos sobre esse «Alentejo profundo», onde, diz ele, a «Reforma Agrária sucumbiu à demagogia, ao oportunismo ou à tentação do roubo». Não percebo é porque, assim sendo, pediu já, no local onde se instalou, apoios à Cooperativa e à Câmara Municipal...

Outro ainda, Adelino Gomes (2) descobriu que «a seca, o desemprego, a pobreza é uma questão de ciclos que se repetem desde há séculos», uma espécie de sete pragas do Egipto e que por isso há que, patrioticamente, salvar o Alentejo que os portugueses herdaram.

Até o sr. António Guterres perorou sobre o Alentejo e o desemprego esquecendo-se (há esquecimentos virtuosos) das responsabilidades do seu partido na criação desse desemprego com a destruição da Reforma Agrária.

Uns, com ar autoritário, outros paternalmente, lá vão dando alguns conselhos aos alentejanos. Há até uma alta responsável do PS que aproveita para acusar a «mentalidade político-social... ainda dominante no Alentejo» que, segundo ela, «é necessário começar a mudar» (3). Descodificando, é preciso que os alentejanos deixem de votar no PCP, como também insinua um tal Forum Alentejano, nascido nas sedes do PS.

Ora aí está um pensamento «profundo», que muitos vão querendo, mais ou menos explicitamente, insinuar criando uma espécie de condicionamento subliminar na hora de se pedirem contas aos responsáveis pelo desemprego e a fome.

E é por isso que todos ficam propositadamente pela aparência das coisas, pela análise superficial, pelas propostas que vão pouco mais além do que soluções provisórias, de remendo, de curto prazo.

O PS, esse, limitou-se a propor na Assembleia da República a criação de uma Comissão Eventual para fazer o diagnóstico dos problemas que assolam o Alentejo.

Só que o diagnóstico existe há muito e as soluções estruturais estão, também, de há muito apontadas. Chama-se sistema de economia latifundiária, ausência de industrialização, falta de investimento público central no Alentejo, marginalização do interior.

2. Importa dizer, contudo, que os problemas de despovoamento, desertificação e desemprego não são exclusivos do Alentejo, que não é nenhum gueto num oásis de progresso e bem-estar.

Trás-os-Montes e Beira Interior têm visto, tal como o Alentejo, a maioria dos seus concelhos e aldeias envelhecer e perder população atrás de população num processo hemorrágico que em determinadas zonas atinge valores muito superiores aos do Alentejo. E, naquelas regiões, as autarquias municipais são constituídas por maiorias que vão do PS ao CDS passando pelo PSD, não constando que seja alguma de gestão comunista.

A responsabilidade é, pois, de políticas e de governos, em particular do PSD, que não tem uma política de ordenamento do território, de desenvolvimento equilibrado das várias re-

giões, que tem promovido a litoralização do País e marginalizado o interior onde, face à maior debilidade das estruturas económicas, se impunham fortes políticas públicas com investimento acentuado, sistemas especiais de incentivos que atraíssem o investimento privado, políticas integradas de desenvolvimento rural com forte peso da componente agrícola e que promovessem as diversas potencialidades e especificidades regionais.

Nada disso tem acontecido e por isso têm-se acentuado as assimetrias entre o interior e o litoral, entre as regiões menos e mais desenvolvidas como está demonstrado no balanço feito da aplicação do I Quadro Comunitário de Apoio pelo próprio Governo.

É verdade que no Alentejo os problemas de desemprego têm vindo a assumir contornos mais graves que só não são piores devido à acção do poder local e das poucas cooperativas da Reforma Agrária que ainda subsistem. Aliás, os indicadores que dependem da acção do poder local (saneamento básico,



distribuição de água ao domicílio, despesas com a educação e a cultura, implantação de parques industriais e outras infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento) são dos melhores do País. Os indicadores que dependem da acção do poder central (investimento público, distribuição dos apoios comunitários, emprego, estruturas fundiárias) são dos mais negativos do País.

É necessário, pois, perceber por que é que no Alentejo certos traços da crise social assumem aspectos mais graves.

3. Há, realmente, uma explicação de fundo para os problemas existentes que os novos descobridores do Alentejo, em geral, passam ao largo, como gato por brasa, para não se queimarem. Chama-se economia do latifúndio, reconstruída com a destruição da Reforma Agrária e cujo modelo extensivo e absentista é hoje suportado pela própria Política Agrícola Comum. Aliás, os grandes proprietários alentejanos andam felizes, devem mesmo ser dos poucos que andam felizes com a PAC. É que aquilo que era, e é, um factor de estrangulamento e de paralisação do desenvolvimento, condenado socialmente, é premiado pela PAC. Pela primeira vez, o «pousio», as terras abandonadas, agora chamado de *set-aside*, é subsidiado como subsidiada é a agricultura extensiva.

No Alentejo, a agricultura tem um peso dominante na estrutura económica e social.

47% da superfície agrícola útil do País situa-se no Alentejo

onde a agricultura representa 27% do Valor Acrescentado Bruto da região, enquanto no País o seu peso é só de 4,6%.

Emprega 22,7% da população activa enquanto no Continente essa percentagem anda pelos 10%. E estes valores apresentam logo outra dimensão quando analisamos o peso relativo das áreas rurais ou quando passamos da estatística à vida real.

Para além da importância directa da agricultura, grande parte dos outros sectores de actividade, a montante e a jusante — empresas de factores de produção e de máquinas, oficinas, comércio de produtos agrícolas (palhas, cereais, gado) — na região dependem da actividade agrícola.

A depressão no sector implica, pois, depressões e crise em toda a economia regional.

A solução passa, portanto, pela recuperação e dinamização da actividade agrícola e do mundo rural mas esta só é possível com a solução da questão agrária numa região marcada por uma concentração das explorações 5 vezes superior à média nacional (dados oficiais do INE), pelo sistema extensivo e absentista e por um peso dos assalariados rurais que representam 66% do total da população activa agrícola.

Sistema de posse e uso da terra.

Esta é que é, pois, verdadeiramente a causa dos problemas existentes no Alentejo como, aliás, reconhece o próprio Programa Operacional da Região do Alentejo, no âmbito do PDR, da responsabilidade do Ministério do Planeamento e Administração do Território: «A questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso...»

É a solução para esta questão que o Alentejo reclama e não meras operações de caridade que, podendo e devendo resolver situações de carências alimentares, acabam por ofender a dignidade de Homens e Mulheres que sabem e querem trabalhar, que estão parados meses e anos seguidos quando, paredes meias com a sua aldeia, há milhares de hectares de terra abandonados.

A solução chama-se Reforma Agrária, a terra a quem a trabalhe.

Só com a alteração das estruturas fundiárias será possível dar sentido e plena eficácia económica e social às transformações que se impõem nos sistemas culturais, ao aproveitamento dos recursos hídricos com particular relevo para Alqueva, à implantação de agro-indústrias.

Os resultados alcançados com a Reforma Agrária estão aí para o demonstrar: mais emprego, mais produção, mais justiça social.

As consequências da sua destruição também estão à vista de todos: desemprego e emigração, quebra da produção, crescimento dos desequilíbrios e das injustiças sociais.

Os responsáveis da situação existente hoje têm um nome e uma cara chama-se PSD. Mas também se chama PS: que iniciou a destruição da Reforma Agrária e com ela a destruição da agricultura e a criação de desemprego.

Os problemas existentes não constituem pois «uma pescadinha de rabo na boca», como foi afirmado num recente Telejornal. Tirar o rabo da boca da pescadinha significa resolver a questão da terra e terminar com a economia do latifúndio, implantar políticas de ordenamento do território e desenvolvimento rural, promover a industrialização, acrescentando valor a produções como a cortiça, as rochas ornamentais e outros recursos do subsolo, regionalizar, aproveitar as potencialidades regionais designadamente nas produções com denominação de origem e no turismo, apostar na educação e na formação, promover a justiça social.

É isto que o PSD, o PS e tantos analistas da nossa praça não querem «descobrir».

(1) O «Alentejo profundo», MST, Público — 03.06.94

(2) «Reformas dos idosos alimentam alentejanos», AG, Público — 04.07.94

(3) «Cavaco, 2 — Alentejo, 0», Maria Carrilho, Visão — 14.07.94

CP DO COBRE VAI PAGAR FORÇADA PELA LUTA

Até amanhã deverão ser pagos, na totalidade, os salários do mês de Julho aos cerca de 500 trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre. O compromisso foi assumido pela administração, depois do repúdio demonstrado pelos trabalhadores quando, no dia 21, lhes foi comunicado que não iriam receber as remunerações deste mês nem os subsídios de férias. De imediato, relata uma nota do sindicato dos Metalúrgicos do Porto, o pessoal da CPC concentrou-se à porta da administração e uma delegação dos trabalhadores levou aos responsáveis da empresa a exigência de pagamento dos salários e subsídios a tempo e horas. É que já os salários de Junho tinham sido pagos com atraso.

A administração da CPC - empresa que enfrenta «um processo difícil de recuperação, devido à má vontade de alguns credores, entre os quais a banca», como refere o sindicato - comprometeu-se a pagar até amanhã os salários do mês. Segundo o «DN» de sábado passado, na reunião com os representantes dos trabalhadores foi ainda decidido elaborar um novo plano de férias, de modo a que a empresa possa garantir o pagamento dos subsídios, o que levou grande parte dos operários a adiar as férias marcadas para o final de Julho. António Marques, da comissão de trabalhadores da CPC, disse àquele matutino que este é «o último bónus» oferecido à administração e que, se o compromisso não for respeitado, serão definidas «formas de luta bem mais duras».

Recentemente o sindicato dos Metalúrgicos do Porto denunciou também atrasos no pagamento de salários nas empresas José Costa - Metalomecânica e Crauler. No final da primeira semana de Julho, estavam ainda por pagar os salários desde Maio. O sindicato acusava a administração do grupo José Costa de «chantagear os trabalhadores com a ameaça de encerramento da empresa Crauler, para venda das instalações e indemnização aos trabalhadores que aceitem a suspensão do seu contrato».

LUPI CONTINUA

«Um grande sentimento de revolta» levou os 70 trabalhadores da Luís Pimenta Machado, de Guimarães, a decidir sexta-feira passada continuar a greve iniciada a 11 de Julho pelo pagamento das remunerações em dívida (salários de Junho e metade do subsídio de férias do ano passado). De acordo com uma nota do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, por responsabilidade da administração da Lupi as dívidas atingem já os 480 mil contos e a empresa foi colocada «às portas da falência». Os trabalhadores recusaram suspender os contratos (ao abrigo da lei dos salários em atraso) e decidiram «prosseguir a luta pela defesa do emprego, pelo pagamento dos salários e subsídios ainda em dívida, acusando a administração de irresponsabilidade», informa o sindicato.

FALTAM ENFERMEIROS EM MIRANDA DO CORVO

Em vez de admitirem mais enfermeiros, os responsáveis da tutela decidiram eliminar 6 camas do sector de internamento do Centro de Saúde de Miranda do Corvo. Segundo a delegação de Coimbra do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, havia necessidade de mais 8 profissionais de enfermagem para o concelho, se fossem respeitadas as orientações da Organização Mundial de Saúde, que o Governo português diz valorizar e pretender aplicar. Mesmo segundo o mapa de pessoal, que o sindicato considera desactualizado, faltam em Miranda do Corvo 4 enfermeiros. O centro de saúde continua a laborar e houve até um aumento do número de utentes inscritos para atendimento (que deverá aumentar mais ainda com a chegada de emigrantes em férias). Só que, denuncia o SEP, isto é feito à custa dos enfermeiros (que não gozam folgas, tolerâncias nem férias) e da qualidade dos cuidados e do atendimento.

O SEP propôs à sub-região de Saúde de Coimbra medidas urgentes e a médio prazo para resolver o problema. Mas a solução foi diminuir o número de camas, via que o sindicato afirma ser a mais penalizadora para os utentes e também a que sai mais cara aos contribuintes: «Não admitindo mais enfermeiros, reduzem as despesas com pessoal. No entanto, o custo médio diário dos utentes internados nos hospitais centrais é mais caro que o custo diário dos utentes internados no centro de saúde».

ÉVORA CONTRA O DESEMPREGO

A implementação de medidas estruturais que façam retroceder definitivamente a alta taxa de desemprego (que em Junho atingia, segundo o IEFP, 19 por cento da população activa) é exigida pela União dos Sindicatos do Distrito de Évora, cujo conselho distrital considera que as medidas anunciadas recentemente pelo Governo, «sendo insuficientes, são resultado da luta desenvolvida pelos desempregados e pelo movimento sindical». Reafirmando que «o desenvolvimento e o crescimento económico são determinantes para a criação de emprego» e que «a defesa do emprego passa pela salvaguarda dos postos de trabalho existentes», o CD da USDE propõe uma série de medidas para a criação de novos postos de trabalho, nomeadamente para trabalhadores desempregados e para as populações do interior.

Fenprof divulga hoje prioridades reivindicativas

Em Setembro, serão entregues à ministra da Educação um *dossier* de problemas por resolver e um calendário para negociação

A Federação Nacional dos Professores convocou para hoje uma conferência de imprensa em que, de acordo com as decisões da recente reunião do Secretariado Nacional, vai fazer o balanço do ano lectivo que agora termina e apresentar as «prioridades reivindicativas» que a Fenprof vai propor aos docentes para 1994/95. A federação deveria hoje também responder à comunicação ao país, anunciada para anteontem, da ministra Manuela Ferreira Leite.

«O grau de cumprimento» dos compromissos assumidos pela ministra com os sindicatos seria também tratado no encontro de hoje com os jornalistas, onde - segundo a nota que convoca a conferência de imprensa - seria ainda denunciada a intenção do Ministério de «mover processos disciplinares a professores, por razões cuja principal responsabilidade reside na Avenida 5 de Outubro e na política adoptada por quem ali lidera».

As linhas gerais do balanço que a federação faz do ano lectivo 1993/94 foram já adiantadas na reunião de dia 21 do Secretariado Nacional. Numa informação divulgada à imprensa após a reunião, são apontadas quatro ideias:

- a «continuada ausência de negociações com o Ministério da Educação, não podendo considerar-se como negociações os espaçados encontros (...), aliás sem grandes resultados práticos»;

- a «persistência de numerosas questões relacionadas com a aplicação do Estatuto da Carreira Docente, que se traduzem em prejuízos profissionais para os professores e educadores»;

- «uma permanente instabilidade, de que os sinais mais gravosos foram a prolongada greve às horas extraordinárias, os conflitos em torno das provas globais e das propinas e, no final, as precipitadas alterações à avaliação no ensino secundário e o total desconcerto que caracterizou algumas provas específicas»;

- «uma grave ameaça à educação pré-escolar, face às públicas intenções governamentais de se desresponsabilizar neste sector».

O Secretariado Nacional da Fenprof analisou ainda o recente despacho do ME sobre créditos para apoios pedagógicos - considerando-o «extemporâneo», prejudicial para o trabalho já desenvolvido para o lançamento do próximo ano lectivo e «uma forte restrição numa área indispensável ao sucesso escolar» -, as alterações anunciadas para a formação contínua dos professores e a revisão salarial para 1995.

Por decisão do SN da Fenprof, vai ser entregue em Setembro à ministra da Educação um *dossier* «sobre questões que exigem solução rápida para o normal funcionamento das escolas e respeito dos direitos dos professores», documento que será acompanhado de uma proposta de calendário para negociação.



Paulo Sucena, presidente do SPGL, foi recentemente eleito para o cargo de secretário-geral da Fenprof

Trabalhadores e utentes pagam desmantelamento da DGV

Na semana passada, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública levou a cabo uma acção pública de denúncia dos prejuízos que a desastrosa reestruturação da Direcção-Geral de Viação está a causar aos trabalhadores e aos utentes.

O que mais salta à vista é a recente subida brutal de todas as taxas cobradas pelos serviços da DGV. A FNSFP aponta alguns exemplos de taxas alteradas no início de Julho:

- uma licença de aprendizagem, que custava 400 escudos, custa agora 2 contos;

- uma matrícula de ciclomotor passou de 500 para 2500 escudos;

- antes estava incluído no custo do exame final o preço da emissão da carta de condução; agora o *boletim* passou a custar 3 mil escudos;

- por uma certidão, que custava 100 (cem) escudos, paga-se agora 3 contos.

A federação denunciou ainda o caos que a reestruturação tem provocado nos serviços, referindo especialmente o destacamento de mais de uma centena de trabalhadores, necessários na DGV, para as esquadras do Comando Geral

da PSP, onde pouco ou nenhum trabalho lhes é distribuído.

O pessoal da DGV, afirma a federação da Função Pública, é hoje tratado «de forma desumana e discriminatória, sem respeito pela dignificação profissional», o ambiente é «desgastante» devido a «más condições e ritmos de trabalho acelerados».

Na ordem do dia foram também colocadas as questões que têm a ver com o novo Código da Estrada, a vigorar a partir de 1 de Outubro próximo, «com profundas alterações, desde regras de trânsito, a multas que podem chegar aos 500 contos». Para a FNSFP, a DGV tem obrigação de promover uma campanha esclarecedora para informar os automobilistas acerca de todas as modificações. Mas não o tem feito, deixando que as dúvidas se mantenham.

A reestruturação da Direcção-Geral de Viação, para a federação e os trabalhadores, é uma tentativa de esvaziamento das funções sociais do Estado e tem por objectivo entregar serviços à iniciativa privada. Por isso, a FNSFP reafirma que tal reestruturação «serve de capa para negócios rentáveis». E, para cúmulo, são os trabalhadores e os utentes que estão a pagar para que o negócio substitua o serviço público.

Função Pública exige melhores salários

A comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicati-

va para a Administração Pública deslocou-se terça-feira, ao fim da tarde, à Secretaria de Estado do Orçamento, para exigir a negociação da revisão salarial intercalar para o corrente ano. Também anteontem foi aprovada, em plenário de sindicatos, a proposta reivindicativa para o próximo ano, exigindo aumentos de 12 por cento para os salários e pensões.

O documento - segundo a agência Lusa - reclama um subsídio de refeição de 750 escudos, um aumento de 12 por cento nas ajudas de custo, a actualização das participações da ADSE e a recuperação das pensões degradadas.

Os sindicatos reivindicam ainda a actualização imediata do índice 100 do regime geral (46 950 escudos) para um valor não inferior ao do salário mínimo nacional (49 300 escudos).

A plataforma reivindicativa, que foi entregue no gabinete do Secretário de Estado do Orçamento, defende também a actualização das restantes prestações pecuniárias (abonos de família, subsídios de casamento, de funeral, aleitamento e de apoio a crianças e jovens deficientes) e a redução da carga fiscal sobre as pensões e os rendimentos do trabalho.

No âmbito da defesa do emprego e de uma correcta gestão de recursos humanos, os sindicatos defendem a consagração na lei do direito de participação sindical em todos os processos de extinção ou reestruturação orgânica de serviços e a revogação da lei dos dis-

Famalicão conta 7 mil desempregados

No concelho de Vila Nova de Famalicão há actualmente 7 mil desempregados, alerta a comissão concelhia do PCP, que considera esta «a nódoa mais negra de uma situação preocupante». Num comunicado aos trabalhadores do concelho, os comunistas famalicenses denunciam as «cada vez maiores» dificuldades que assalariados e estratos mais carenciados estão a viver: «Aumenta a precariedade e a exploração do trabalho. Persistem os baixos salários e os salários em atraso. Mas os lucros dos patrões sobem. Crescem as ameaças e limitações aos direitos dos trabalhadores e à liberdade de acção sindical nas

empresas. Intensifica-se a perseguição e repressão patronal.»

No comunicado o Governo é acusado de conceder o aval para o patronato de Famalicão reduzir postos de trabalho (são citados as empresas Sampaio Ferreira, Oliveira Ferreira, TMG, Riopole, Têxtil Eléctrica, ATMA, ITA, Reguladora e Continental Mabor), declarar falências (Valentex, Fiação de Vermoim, Sotex, Lacerda e Sampaio, Têxtil Limiana, Tinturaria Egara, Calçado IN) e até manter encerradas empresas viabilizadas (como a Carides, Fábrica de Tecidos de Delães, J. Ferreira Braga, Serves e Malhas Silma), nas quais há máquinas e equipamentos a deteriorar-se.

CGTP quer que o Governo dê a cara na Concertação

Depois do conluio com a CIP vem a chantagem com os salários

Cavaco e seus ministros ameaçam propor reduções salariais se não forem aceites mudanças na legislação laboral.

A CGTP acusou segunda-feira o Governo de chantagem, afirmando que o executivo prepara-se para propor a redução dos salários reais em vários sectores, caso não sejam aceites as alterações à legislação laboral exigidas pelas confederações patronais. Em conferência de imprensa dada após a reunião da Comissão Executiva da Inter, Carvalho da Silva acusou a banca de estar concertada com o Governo ao propor o congelamento dos salários no sector para o próximo ano.

Para o coordenador da CGTP, «a redução salarial já começou,

com a proposta de aumentos de zero por cento feita aos bancários» e que, «até pelo sector onde é feita», indicia a concertação de posições entre a banca e o Governo, para «preparar os trabalhadores para a inexistência de aumentos», caso «não sejam aprovadas as alterações à lei dos despedimentos».

«O Governo quer submeter os sindicatos à sua concertação ou, então, vem a chantagem dos salários», afirmou Carvalho da Silva.

A central voltou a acusar o Governo de estar a querer «fazer de árbitro em causa própria»,

acobertando-se nas propostas da CIP, que apontam para uma desregulamentação absoluta nas relações laborais. A sintonia entre as posições do Governo e do grande patronato, denuncia a CGTP, é «total», intercalando-se as declarações generalistas dos governantes com as exigências leoninas dos patrões da indústria. «Quais são as propostas concretas do Governo? E qual é a sua responsabilidade neste processo?» - questionou Carvalho da Silva, exigindo do executivo e do primeiro-ministro a explicitação do que pretendem incluir no «acordo social e eco-

nómico até 1999» em que tão empenhados se mostram.

Negociar mas não em férias

A Comissão Permanente de Concertação Social reuniu ontem para definir a metodologia de trabalho a adoptar nas negociações para o «acordo a médio prazo». Iniciou-se assim a segunda fase do processo iniciado a 21 de Junho pelo próprio primeiro-ministro, e só agora surgem propostas concretas por parte dos parceiros sociais (à excepção do Governo). A data que aponta como limite para a conclusão das negociações está subordinada à

apresentação na AR do Orçamento de Estado para 1995, o que terá de ser feito até dia 15 de Outubro.

A CGTP - que teve segunda-feira um encontro com o Presidente da República - manifestou já a sua oposição a qualquer aceleração das negociações, tanto mais que se entra agora num período de férias. A central, pelo que adiantou Carvalho da Silva na conferência de imprensa que se seguiu ao Plenário Nacional de Sindicatos de dia 20, pretende alargar às empresas a discussão das suas propostas para este acordo. «Esperamos agora é que o patronato não coloque limitações ilegais à acção dos sindicatos nas empresas», alertou então o coordenador da Inter.

Sobre o processo de concertação social, a CGTP entende que se confirma que o patronato quer uma crescente desregulamentação do trabalho, uma redução dos salários e uma redução, também, da protecção social. Para a central, a Confederação da Indústria Portuguesa pretende a desregulamentação completa dos regimes de trabalho, obtendo, para isso, o apoio governamental. A CAP e a Confederação do Comércio Português, apoiando discretamente as propostas da CIP, mostram-se mais interessadas em reclamar subsídios estatais e não avançam com ideias muito sólidas e estruturadas sobre o enquadramento das relações laborais.

O que falta ao «acordo»

A iniciativa do Governo, tomada por Cavaco Silva em 21 de Junho, na Comissão Permanente da Concertação Social, de negociar um acordo em sete domínios «até 1999» (data em que conclui o 2º Quadro Comunitário de Apoio), carece de credibilidade, de consistência e de seriedade política - afirma-se na resolução político-sindical que foi aprovada na semana passada pelo Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP.

Para o órgão máximo da central, entre congressos, a ideia de Cavaco Silva carece de efectiva credibilidade porque este Governo não honra os seus compromissos e viola os acordos estabelecidos. A resolução recorda que o acordo de 1991 está por cumprir em matérias de decisiva importância (como a redução progressiva dos horários de trabalho para fixação, no início de 1995, do limite máximo legal das 40 horas semanais; a reforma do sistema de segurança social; a higiene e segurança nos locais de trabalho; a melhoria da fiscalização e justiça laborais; o crescimento do salário mínimo acima da média dos salários) e que apenas aquilo que corresponde aos interesses do patronato foi levado à prática.

Além disso, e à margem da Concertação, o Governo alterou normas da lei da greve, da segurança social e do subsídio de desemprego.

A proposta de Governo, afirma-se na resolução, carece de consistência e seriedade política, pois os sete domínios apontados por Cavaco Silva não incluem as duas principais condicionantes da evolução da situação económica e social, ou seja, não é aberta a discussão sobre a política macroeconómica do Governo (que continua a favorecer os critérios financeiros em prejuízo do sector produtivo real) nem sobre a aplicação dos recursos previstos no Quadro Comunitário de Apoio e as iniciativas comunitárias que vão vigorar de 1994 a 1999.

Para a CGTP, não se pode concretizar medidas sociais e laborais positivas no quadro de uma política económica desastrosa, que conduz à desertificação do aparelho produtivo, ao encerramento e falência de empresas, à diminuição da capacidade produtiva.

Reafirmando que não há pactos de progresso com políticas sem futuro e não há futuro sem presente, a central sublinha que a gravidade dos problemas e as carências com que os trabalhadores e suas famílias se debatem não se compadecem com ilusórias promessas.

A resolução afirma que, na discussão com os trabalhadores e com base na análise dos problemas concretos, a CGTP adoptará as posições que melhor respondam aos problemas existentes e perspectivem soluções para o desenvolvimento e progresso do País. Esta atitude traduz o propósito de concretizar a participação dos trabalhadores, que a central pretende ver devidamente respeitada pelo patronato e o Governo, nomeadamente no que se refere à realização de reuniões nos locais de trabalho.

Não obstante a caracterização negativa que faz do quadro em que se trava a discussão do «acordo a médio prazo», a CGTP entende que a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores passa pela intervenção no plano institucional.

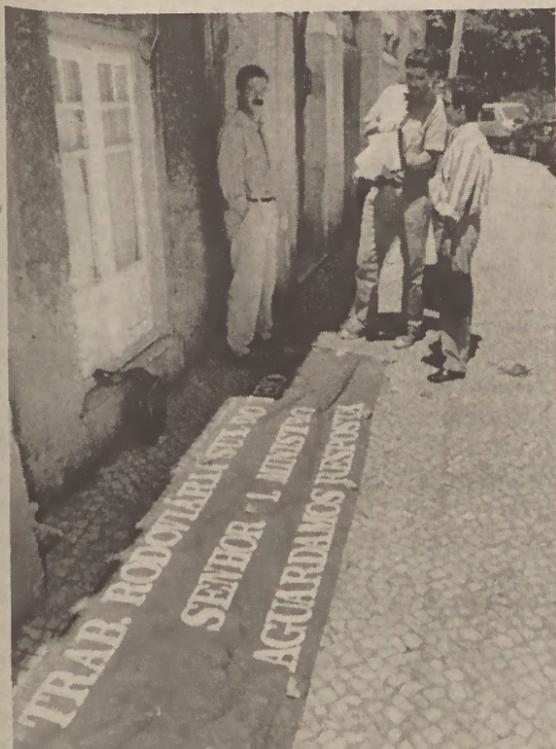
Assim, o Plenário Nacional de Sindicatos aprovou a proposta «Por uma política de desenvolvimento e emprego», documento que expressa as posições da Intersindical Nacional sobre os caminhos para a defesa e promoção de emprego; a modernização e desenvolvimento do aparelho produtivo; a melhoria da situação socioprofissional dos trabalhadores da Administração Pública; a melhoria dos rendimentos do trabalho nas vertentes salarial e fiscal; a defesa e reforço da Segurança Social e a reformulação do seu financiamento; a melhoria do sistema de saúde; a adopção de medidas legais para dar eficácia à protecção da saúde, higiene e segurança nos locais de trabalho; a garantia da efectividade dos direitos dos trabalhadores e da eficácia da justiça do trabalho; a necessidade de desenvolver o interior do País e combater a desertificação e as assimetrias regionais.

Cama de enganos nos Seguros?

A Associação Portuguesa de Seguradores e o Instituto de Seguros de Portugal mantêm a sua proposta de revisão salarial para 1994: se os sindicatos aceitarem discutir as pensões complementares de reforma, admitem aumentos de 3 por cento; caso contrário, propõem o congelamento dos salários (também conhecido por aumento zero, como se zero por cento fosse algum aumento).

Protestando contra esta situação, o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, em comunicado recente, sublinhava que «temos todo o direito à actualização salarial anual, no mínimo em função do diferencial da inflação e da partilha da produtividade» e denunciava a contínua redução dos salários reais no sector, onde a «novíssima política dita de gestão dos recursos humanos» provoca «acções de infracção sistemática e deliberada das normas em vigor», enquanto há «inúmeros exemplos de violência psicológica». É neste quadro, refere o STSN, que a APS e o ISP pretendem que os sindicatos subcrevem os documentos «que congeminam e que se destinam a consagrar tal política».

No entanto, alerta o sindicato, «há movimentações em curso nestes últimos dias que suscitam sérias preocupações e que, naturalmente, não podem nem poderão contar com a nossa passividade nem com a nossa colaboração». Assim, é «indispensável que cada colega e a classe como um todo se assumam na luta sindical geral e específica em que temos de nos empenhar para defesa dos direitos laborais e sociais, a começar pelos mais elementares desses direitos».



Representantes dos trabalhadores rodoviários falam ao «Avante!» junto a uma das faixas rasgadas pela polícia à porta do Primeiro-Ministro

Rodoviários exigem negociação

Depois de terem permanecido durante uma semana à porta do ministro dos Transportes, dirigentes do Sindicato dos Rodoviários do Sul e da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos estão desde segunda-feira junto à residência oficial de Cavaco Silva. Os sindicalistas exigem uma resposta às cartas entregues ao primeiro-ministro e, antes, a Ferreira do Amaral, protestando contra o «bloqueio total na contratação colectiva» no sector, especialmente na Rodoviária do Sul do Tejo.

Na RST, como na Rodoviária de Lisboa e na Rodoviária da Estremadura, os conselhos de administração recusam-se a negociar a revisão dos acordos de empresa e decretaram aumentos salariais que o sindicato e a Festru consideram «insignificantes» e que vão reduzir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores. A actualização salarial de 2,5 por cento imposta na Rodoviária do Sul do Tejo são ainda mais gravosos, referem as estruturas sindicais, pois na RST são praticados os salários mais baixos do sector, embora a empresa

tenha obtido cerca de 2 milhões de contos de lucros nos últimos três anos.

Os dirigentes sindicais exigem «uma negociação séria e eficaz» e pretendem ser recebidos urgentemente pelo primeiro-ministro «de forma a podermos encontrar plataformas capazes de garantir a estabilidade e o consenso que os trabalhadores das empresas desejam».

O ministro dos Transportes não respondeu aos trabalhadores rodoviários. Cavaco Silva, logo na segunda-feira, primeiro dia de permanência da delegação junto ao palácio de São Bento, deu logo mostras do diálogo que está disposto a travar, como relatou a Festru numa informação à imprensa: «Inesperadamente e sem qualquer justificação, a força policial presente investiu sobre os representantes dos trabalhadores, destruindo as faixas que transportaram para o local.»

Apesar do incidente, os sindicalistas mostraram-se dispostos a continuar o protesto. «Temos é que ser poucos, senão correm-nos daqui por acharem que já é uma manifestação» - explicaram-nos no local.

Eurodeputados aprovam Santer... mas pouco

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada, por escassos 22 votos, o nome de Jacques Santer para presidente da Comissão Europeia. O ainda primeiro-ministro do Luxemburgo foi aceite por 260 votos a favor, 238 contra e 23 abstenções, numa eleição que, não sendo vinculativa, abre caminho ao processo que culminará com a votação de uma moção de confiança, já com valor jurídico, e a tomada de posse da nova Comissão Europeia a partir de Janeiro de 1995.

Ao contrário dos eurodeputados socialistas e sociais-democratas portugueses, que na generalidade votaram a favor de Santer (com um voto contra e uma abstenção cada um, respectivamente de Barros Moura e Carlos Lage, no primeiro caso, e Helena Vaz da Silva e Carlos Pimenta, no segundo), e dos três eurodeputados centristas, que votaram todos de maneira diferente, os eurodeputados comunistas portugueses votaram todos contra Jacques Santer. As conhecidas posições federalistas do futuro novo presidente da Comissão Europeia são fundamento suficiente para justificar o sentido do voto.

Ainda na semana passada, o PE elegeu o seu novo presidente, o alemão Klaus Haensch. Socialista, de 55 anos, Haensch foi eleito por 365 dos 534 votos. Nesta votação, os eurodeputados comunistas votaram em branco. Uma posição que o camarada Luís Sá explicou, ao explicitar na sua intervenção, que publicamos em separado, a postura dos comunistas face à União Europeia.

Pela Europa social *Intervenção de Luís Sá

A presidência alemã ocorre num momento em que se avolumam as inquietações dos povos da Europa com o desemprego, a pauperização e marginalização social. Está aberto o debate, por outro lado, acerca do futuro institucional da União Europeia. Finalmente, o GATT coloca a questão de saber se a resposta da Europa à liberalização do comércio a nível mundial deve ser a resposta ao *dumping* social e ecológico com o corte de direitos, de regalias e com a degradação dos equilíbrios ambientais.

Pela nossa parte, entendemos que é urgente que a convergência real das economias e o combate ao desemprego e à miséria sejam colocados no primeiro plano das nossas preocupações. A Convergência

nominal e a rigidez dos critérios e do prazo da sua aplicação não podem ser mais importantes do que os problemas dos trabalhadores e das famílias europeias. Pedimos ao Conselho uma posição clara sobre esta questão, com uma real prioridade aos problemas humanos dos nossos povos.

Quanto ao futuro institucional da União Europeia é urgente dizer que a Europa confidencial, a Europa construída nas costas dos povos, a Europa que não respeita por igual os pequenos e médios países, é uma Europa que não desperta adesões, mas sim forças centrípetas e dissolventes, o nacionalismo e a xenofobia. Queremos ir mais longe, na realidade essa Europa desperta interrogações na opinião pública e em muitos povos. Pelo

contrário, as políticas de coesão económica e social, de igualização no progresso das condições de vida e de trabalho, de igualdade de direitos e de vantagens, são as que podem despertar a adesão dos povos europeus e dar sentido e futuro à União Europeia. A democraticidade no processo de revisão do Tratado da União Europeia é outra questão central, em que tem de imperar a transparência e a participação desde o seu início, em que tem que haver uma real participação do Parlamento Europeu, dos parlamentos nacionais e dos povos da Europa.

Quanto à questão da nova fase do comércio internacional, rejeitamos que se pretenda utilizá-la para penalizar os assalariados e reduzir os níveis de exigência da legislação ambi-

ental. Ao contrário, a União Europeia deve agir com firmeza para que seja abandonado qualquer projecto de chegar ao crescimento e à competitividade por meio da penalização dos assalariados ou da baixa do nível de exigências ambientais. A política social tem que ser uma preocupação primeira da União Europeia, deste Parlamento Europeu, da Europa que queremos construir e é convicção do nosso Grupo que os compromissos assumidos na ECO 92 no Rio devem ser integralmente cumpridos.

A presidência contará com a nossa colaboração em tudo o que for neste sentido e com a nossa oposição, leal mas firme, em tudo o que for em sentido contrário aos interesses dos nossos povos.

Perguntas à Comissão

Enquanto se espera a resposta da Comissão, sempre se pode adiantar que a contribuição portuguesa para o 'livro branco' de Delors foi "esquecida" no resumo do mesmo saído de Corfu.

Plano Hidrológico

O Plano Hidrológico de Espanha tem motivado justa inquietação, em particular tendo em conta o seu reflexo em rios internacionais como o Douro e Guadiana. Parece evidente, por exemplo, que o impacto ambiental não pode medir-se apenas em Espanha, antes tem que abranger todo o curso dos rios e que há interesses a salvaguardar. Isso mesmo foi lembrado pelo eurodeputado Luís Sá, que a propósito colocou à Comissão duas perguntas concretas: A Comissão tem acompanhado a elaboração do citado Plano? Tenciona intervir, em caso de necessidade, para salvaguarda dos vários interesses e, em particular, da plena aplicação da legislação comunitária, em particular na área do ambiente?

Espera-se que a resposta chegue antes de Portugal se ver confrontado com factos consumados.

Obrigações

Outra preocupação de Luís Sá tem a ver com os critérios de avaliação do cumprimento de obrigações pelos Estados-membros. É que tem sido frequente, como fez notar o eurodeputado à Comissão, que a transposição de directivas para o direito interno se limite à sua trans-

crição, sem reflexos na realidade. A área ambiental, em particular, tem sido afectada por este comportamento, como testemunha "a avaliação das águas doces superficiais e a reciclagem de resíduos sólidos em Portugal, em que não há conhecimento de medidas para a situação anterior ser verdadeiramente alterada".

Face à situação exposta, a Comissão é solicitada a responder a duas questões: Que critérios utiliza para avaliar o cumprimento das normas e como garante que tenham um efeito real? Que procedimento tenciona adoptar se se confirmar que o cumprimento real das normas não se verifica efectivamente?

A resposta é capaz de demorar...

A mais ou a menos?

Para uns, a Administração comunitária tem uma dimensão excessiva; para outros, há uma escassez de recursos humanos, embora a referida Administração se sirva das administrações nacionais para executar as normas e decisões comunitárias. Também vários aspectos do estatuto do funcionalismo da Comunidade tem vindo a ser questionados, em particular no respeitante a questões de remuneração. Luís Sá, recém-chegado ao Parlamento Europeu, quer saber afinal como é, pelo que questionou a Comissão sobre a avaliação que faz da presente situação nos aspectos considerados, bem como que estudos existem eventualmente em curso nesta matéria e com que orientações estão a ser elaborados. Aguarda-se o resultado da iniciativa.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conselho de Fiscalização do SIS Demissões foram uma atitude saudável

— considera Octávio Teixeira

A recente renúncia ao cargo de dois membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações de Segurança foi considerada pelo Grupo Parlamentar do PCP como uma "saudável atitude", face ao quadro de desprestígio e incapacidade a que aquele órgão foi votado, em virtude da falta de meios e poderes de que dispõe.

Fundamentando melhor a sua posição, dada a conhecer pelo líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, na última reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, o PCP recorda ainda a ausência de poderes reais por parte do Conselho de Fiscalização do SIS, o qual estava limitado a anotar os

elementos que o Governo e o próprio SIS lhe forneciam", não realizando por conseguinte "qualquer verdadeira fiscalização".

Invocado por Octávio Teixeira foi ainda o facto de a manutenção em funções do Conselho de Fiscalização ter objectivamente "o carácter de uma «cho-

cante absolvição» das actuações do SIS, dando-lhe uma cobertura e uma «credibilidade» totalmente inaceitáveis".

Negócio da nova Ponte

Mas a necessidade de ser conferida transparência no plano da actividade pública e das instituições não se circunscrevem, na opinião de Octávio Teixeira, à actuação do SIS. Outras esferas e situações, observou, carecem igualmente de "esclarecimento cabal e público", citando a propósito as acções e decisões governamentais relacionadas com os aconte-

cimentos registados na Ponte 25 de Abril.

Referia-se o deputado comunista às razões económico-financeiras que levaram o Executivo a escolher o consórcio a quem foi atribuída a concessão da nova Ponte sobre o Tejo - um esclarecimento que apelidou de "imperativo da transparência e ética da vida pública", uma vez que as condições económico-financeiras de adjudicação com ele acordadas são mais gravosas do que as condições oferecidas pelo concorrente excluído, quer em termos de custo de construção, quer em termos de preços das portagens.

Motivo de preocupação, a exigir esclarecimento, do ponto de vista de Octávio Teixeira, são igualmente as determinações por parte de membros do Governo que terão envolvido as Forças Armadas em acções de segurança interna por ocasião dos acontecimentos na Ponte em 24 de Junho.

A este respeito, assinala-se, o Grupo comunista chegou a solicitar a intervenção de Barbosa de Melo no sentido de serem convocados os ministros da Defesa e da Administração Interna para estarem presentes na reunião da Comissão Permanente com vista ao esclarecimento do caso. Tal não viria a

ser possível, porém, dada a indisponibilidade manifestada pelo Governo, «em razão de notícias vindas nos meios de comunicação social», que apenas se prestou a esclarecer a situação na Comissão de Defesa, «logo que sejam retomados os trabalhos respectivos».

Ou seja, o Governo não quis ir à Comissão Permanente, que é pública, mas admite ir à Comissão Especializada, que pode ser fechada, o que levou Octávio Teixeira a concluir que "não são pois as notícias publicadas que parecem estar em causa, mas a natureza pública ou reservada dos esclarecimentos do Governo".

Guatemala

A igreja católica denunciou, em relatório recentemente divulgado, a continuação de uma política que põe em causa direitos humanos elementares.

O documento refere mais de 160 assassinatos políticos e 30 desaparecimentos, no primeiro semestre de 1994.

Opção zero

"O nosso país deveria eliminar todos os seus armamentos nucleares", afirmou o general Charles Horner, que dirige o comando espacial americano.

"Sou a favor da opção zero - sublinhou. Se nós e os russos nos

pudéssemos libertar de todas as nossas armas nucleares, imaginem a contribuição que uma tal decisão representaria, nomeadamente para os nossos esforços pela paz".

Alemanha

Dois engenhos incendiários foram lançados contra dois restaurantes turcos em Berlim.

Um «cocktail Molotov» foi lançado através das janelas de um restaurante turco no bairro de Kreuzberg, ferindo seis pessoas, três gravemente.

Num outro restaurante turco da cidade, que se encontrava já encerrado, desconhecidos partiram a porta de vidro do estabelecimento e lançaram outro engenho incendiário no bar, causando prejuízos materiais.

Grã-Bretanha

O novo líder do partido trabalhista britânico, Tony Blair, será o melhor primeiro-ministro para o país, indicaram 61 por cento dos inquiridos numa sondagem à opinião pública divulgada pelo jornal "Sunday Telegraph".

Na sondagem, Tony Blair figura bem à frente do actual primeiro-ministro conservador John Major, que recolheu somente 23 por cento das opiniões favoráveis dos inquiridos. A sondagem foi efectuada pelo Instituto Gallup num universo de 752 pessoas escolhidas de acordo com o método de quotas.

Brasil

O Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil solicitou à justiça que proíba as sondagens de intenção de voto das eleições presidenciais de Outubro feitas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

O PT alega na petição que o IBOPE é parcial nos seus inquéritos. O texto utilizado nas sondagens incluiu frases sobre o líder do PT como "Lula está cercado por radicais que defendem as greves, as invasões de terras e a violência" ou "Lula diz que luta pelos trabalhadores, mas nunca ajudou os seus irmãos que são pobres".

Ainda segundo o deputado do PT, o questionário apresenta, por outro lado, Fernando Cardoso como uma pessoa que "luta por mudar o Brasil, com ordem, estabilidade, de forma que o Brasil possa desenvolver-se sem confusão, greves ou violência" e afirma que o ex-ministro das Finanças "é a mão para conduzir o Brasil ao futuro".

Itália

Silvio Berlusconi obrigado a recuar

O primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi foi obrigado a recuar, por força de ampla contestação da opinião pública, na sua tentativa de adopção do "decreto Biondi", que limitava a prisão preventiva nos casos de corrupção, pondo na verdade em causa a operação "mãos limpas" que abalou profundamente o poder político italiano.

Após toda uma campanha eleitoral em que se tentou apresentar como desligado de um poder corrupto de que se afirmou como alternativa, Berlusconi surge agora com a sua verdadeira cara.

O governo italiano acabou por adoptar um projecto de lei sobre a prisão preventiva, segundo o qual os suspeitos de corrupção voltam a ser passíveis de prisão até ao julgamento.

O novo texto vai de encontro ao principal argumento da contestação ao anterior decreto: os suspeitos de actos graves de corrupção no âmbito do inquérito "mãos limpas" poderão ser deti-

dos enquanto aguardam a abertura do processo.

No projecto de lei a prisão preventiva é entretanto condicionada ao número de anos de detenção em que o suspeito incorre: se a pena for inferior a quatro anos, o suspeito não pode ser colocado sob detenção preventiva, devendo, em alternativa, ficar sob prisão domiciliária ou ser libertado.

O primeiro-ministro, Silvio

Berlusconi, comprometeu-se com a data de 8 de Agosto para aprovação do projecto de lei pelo Parlamento.

A polémica em torno do decreto teve um efeito imediato na popularidade de Berlusconi. Segundo uma sondagem encomendada pelo Partido Democrático da Esquerda (PDS), registou-se uma baixa de 18 por cento no mês em curso.

Entretanto, a polícia italiana emitiu novos mandados de detenção por evasão fiscal, alguns dos quais dirigidos a responsáveis financeiros do grupo de comunicação Fininvest, pertencente ao chefe do governo italiano, Silvio Berlusconi.

No quadro do inquérito "mãos limpas" sobre a evasão fiscal verificada em grandes sociedades financeiras do país e a corrupção de membros dos serviços fiscais (Guarda das Finanças), foram emitidos um total de 20

mandados de prisão e efectuada uma vistoria fiscal à sede do grupo Fininvest.

Entre os financeiros que receberam mandados de prisão por corrupção figuram Felice Vitali, director-geral do grupo Gemini (uma das mais poderosas sociedades financeiras italianas), Salvatore Sciascia, chefe dos serviços de contabilidade do grupo Fininvest, e Gianmarcio Rizzi, membro da brigada financeira fiscal e colaborador de Sciascia.

Entre as personalidades entretanto detidas pela polícia contam-se o director-geral da Guarda de Finanças, Giuseppe Cercello, o ex-presidente do Banco Popular de Novara, Piero Bongianino, e dois coronéis das brigadas financeiras do Estado.

Factos que bem confirmam o comentário de Ettore Gallo, ex-presidente do Tribunal Constitucional, ao considerar o "decreto Biondi" como "um "decreto de

classe" que uma vez mais favorece certas camadas da sociedade italiana: os ricos, os que detêm o poder".

Nestas últimas semanas, Berlusconi mostrou a sua verdadeira face. Primeiro com os ataques a uma televisão independente. Depois com a reorganização dos serviços secretos, onde colocou os seus homens de confiança. Sem falar já de um plano de austeridade, que uma vez mais penaliza os trabalhadores, e que estrategicamente foi imposto quando múltiplas atenções se centravam no mundial de futebol...

A forte reacção entretanto registada a um decreto que de facto punha em causa a operação "mãos limpas", indica que o actual governo de direita não tem campo aberto ao prosseguimento de uma política que tenderá a afirmar-se cada vez mais claramente com o seu cunho antipolítico.

Acordo israelo-jordano

O fim do estado de guerra num quadro de instabilidade

"É ainda muito cedo para falar de um tratado de paz entre a Jordânia e Israel", declarou o ministro jordano da Informação, Jawad Anani, à rádio egípcia Saout Al-arab.

Segundo Anani, "a delimitação da fronteira jordano-israelita poderá durar mais de seis meses" e "a Jordânia pretende que a paz inclua todas as questões". "Sem uma regularização global em todas as frentes, a paz estará incompleta e ameaçada pela instabilidade", disse.

Esta a questão de fundo, subjacente a todas as negociações em curso, aos acordos e documentos delas resultantes. E em particular, neste momento, à declaração conjunta israelo-jordana, assinada dia 25 em Washington.

O rei Hussein da Jordânia e o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, assinaram em Washington uma declaração conjunta pondo fim a 46 anos de estado de guerra entre os dois países. Um documento que foi também assinado pelo presidente norte-americano Bill Clinton, na presença de cerca de 140 convidados reunidos na Casa Branca.

Segundo a declaração comum, em seis pontos, "depois de anos de animosidade, de luta e de lágrimas (...) o rei Hussein e o primeiro-ministro, Yitzhak Rabin, exprimem a sua determinação em pôr fim ao sangue e à dor".

Nesta declaração de Washington, o rei Hussein e Rabin afirmam que "Israel e a Jordânia trabalham para uma paz justa, durável e global entre os países árabes, os palestinianos e Israel".

"Na base desta declaração (...) os dois países não desencadearão acções susceptíveis de ter efeitos negativos sobre a

segurança de outro Estado ou que prejudiquem a situação final das negociações", acrescenta o texto.

O presidente da OLP, Yasser Arafat, saudou a assinatura da declaração conjunta entre Israel e a Jordânia e felicitou os seus signatários.

Em declarações à imprensa em Gaza, Arafat disse apreciar "o que foi conseguido" em Washington e apresentou felicitações ao presidente norte-americano, Bill Clinton, ao rei Hussein, da Jordânia, e ao primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin.

Arafat considerou que o documento constitui "uma continuação do processo de paz lançado em Outubro de 1991 em Madrid". Dois anos depois, a 13 de Setembro de 1993, Israel e a OLP assinaram uma declaração de princípios sobre a autonomia palestiniana, que entrou em vigor em Maio último em Gaza e Jericó (Cisjordânia).

O líder da OLP desejou ainda

que sejam alcançados progressos nas negociações com a Síria e o Líbano de forma a conseguir-se uma paz justa e durável em todo o Médio Oriente.

Israel, a Jordânia e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) assinaram entretanto em Oslo um documento para novas negociações sobre uma cooperação regional em matéria de água.

Delegações oficiais de alto nível das três partes assinaram um documento que constitui "uma boa base para novas negociações que poderão estabelecer uma cooperação regional em matéria de água", indicou um porta-voz do Ministério norueguês dos Negócios Estrangeiros.

Este encontro na capital norueguesa está ligado às negocia-

ções multilaterais para a paz no Médio Oriente, lançadas em Outubro de 1991 em Madrid.

A Síria e o Líbano foram igualmente convidados para este encontro, mas recusaram-se a participar.

O encontro oficial entre a Jordânia e Israel é o primeiro desde a guerra de 1967, e múltiplas são as questões em causa.

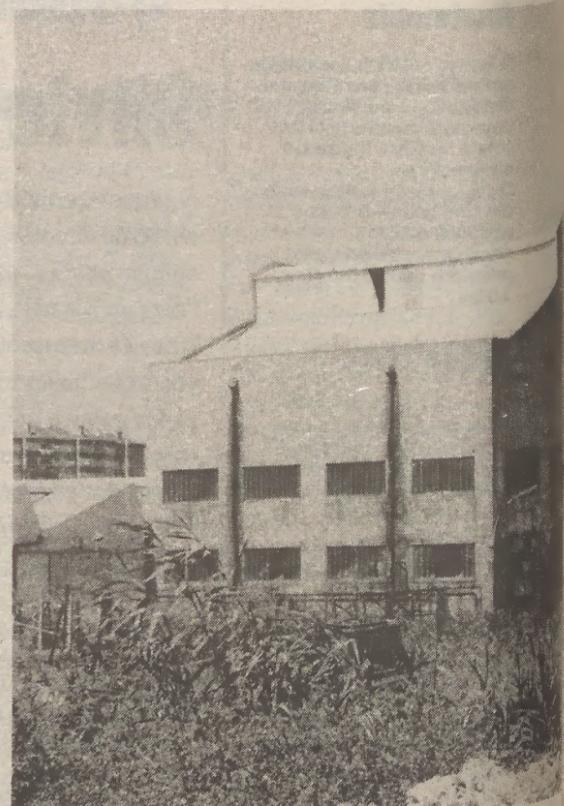
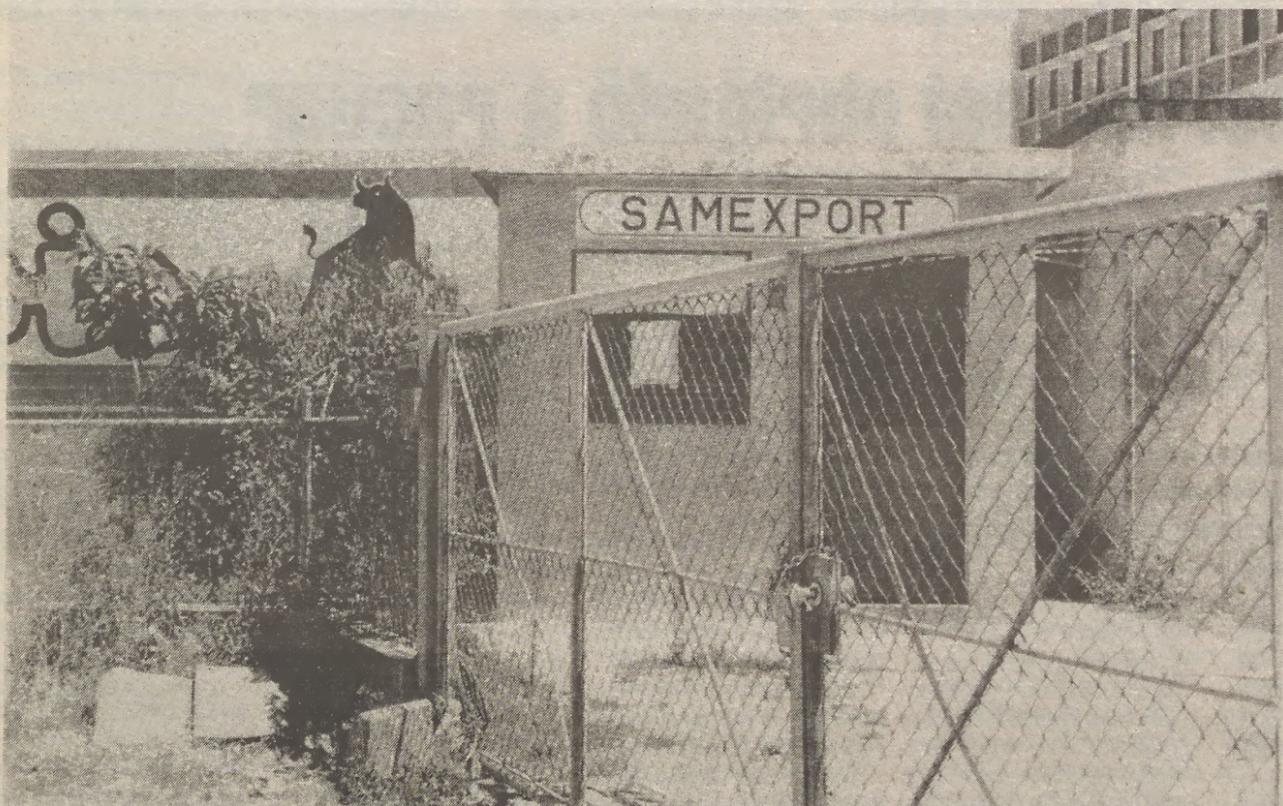
A Jordânia reclama a restituição dos territórios demarcados pelas fronteiras estabelecidas em 1922, pela potência ocupante de então - a Grã-Bretanha, e que marcavam o limite entre a Palestina e a Transjordânia (a actual Jordânia). Fronteiras reconhecidas por Israel em 1949, mas posteriormente violadas, quando da guerra dos "seis dias".

Coloca-se, por outro lado, a difícil questão dos cerca de um milhão de refugiados palestinianos, actualmente a viver na Jordânia.

Para Israel, estas negociações deveriam conduzir a uma paz separada, com o objectivo de pressionar a Síria e o Líbano. Beirute recusa qualquer diálogo com Israel sem a retirada das tropas israelitas do sul do país e Damascus exige a restituição dos Golan anexados por Tel-Aviv, o que tem vindo a ser recusado pelos ocupantes, apesar das resoluções da ONU. Em causa, nomeadamente, questões de ordem económica: o monopólio israelita sobre os recursos hídricos do Litani e do Jordão.



Milhares de refugiados ruandeses continuam a morrer no campo de refugiados de Munigi, a norte de Goma, no Zaire. A guerra somou-se agora a cólera. Uma catástrofe humana ligada também à tentativa, por parte dos homens da ditadura, agora derrotados, de criar situações irreversíveis, pressionando à fuga centenas de milhar de ruandeses. Finalmente abertas as fronteiras do Zaire, inicia-se entretanto o movimento de regresso



Portões encerrados e instalações desactivadas é o panorama geral da corda de Vila Franca, que o "sucesso cavaquista" parece querer transformar num imenso museu de arqueologia industrial

Desemprego na corda de Vila Franca

O desemprego alastra na "corda de Vila Franca", a grande zona industrial da zona ribeirinha do Tejo que tem Vila Franca de Xira como pólo central. Nos últimos anos, perderam-se 10 000 postos de trabalho só nas grandes empresas, estando por contabilizar os milhares que desapareceram com a volatização de pequenas e médias unidades de produção. Mas - assinalam os sindicatos - não menos grave que esta sangria é a generalização do trabalho precário, de ritmos desenfreados de exploração, da insegurança no emprego, quando o há. Ao lado do desemprego, prolifera o corte de direitos e regalias, o contrato a prazo, a subempreitada que encapota contratações semiesclavagistas. É o capitalismo na sua expressão selvagem. É o império do mal à solta.

Rosa da Saúde, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e responsável da delegação sindical de Vila Franca de Xira, juntamente com Luís Figueiredo, também dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e membro da delegação sindical de Vila Franca de Xira, resumiram-nos a trágica situação que se vive na corda de Vila Franca de Xira, só no sector metalomecânico e sem falar noutros sectores de actividade, igualmente em crise e enfrentando os mesmos problemas.

À cabeça do escândalo vem a MAGUE (ver peça ao lado). Aí, a multinacional A.B.B. está a destruir a que foi a maior empresa do concelho e das maiores do País. O sector de produção está a ser friamente desmantelado, sem que haja por parte dos Ministérios da Indústria ou Emprego qualquer atitude que impeça a destruição



Rosa da Saúde e Luís Figueiredo, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa

O império do mal

desta tão importante unidade de metalomecânica pesada, com prestígio em Portugal e no estrangeiro.

A MEVIL, em Vila Franca de Xira, está igualmente no estertor das "recuperações" à custa dos despedimentos, dos salários em atraso, da subcontratação à base de empreiteiros, o que abre caminho à exploração desenfreada e sem controlo de qualquer espécie.

A FRIMETAL, em Alverca, tem os bens penhorados por dívidas, salários em atraso e, neste momento, está com a produção parada.

A MOVEX, em Arruda dos Vinhos, mergulhou igualmente em profunda crise: está sob um plano de viabilização e sob o espectro do encerramento.

A GENERAL MOTORS é a excepção: apresenta uma boa situação financeira (ver peça ao lado) mas, em contrapartida, introduziu na região alucinantes regimes de exploração. É a expressão viva do capitalismo selvagem, com a sua administração a usar de crescente prepotência contra os trabalhadores, lesando-os nos mais elementares direitos. Chegaram ao ponto de proibir a realização de um plenário, tendo o Sindicato solicitado a intervenção do Ministério do Trabalho.

A FORD LUSITANA tem uma posição igual à da General Motors, tendo a empresa já sido punida depois da intervenção da Inspeção Geral do Trabalho.

Os sindicalistas assinalaram que, da análise feita à situação social do Concelho, verifica-se um traço comum na maior parte das empresas: uma forte ofensiva aos direitos dos trabalhadores e às suas organizações, impedindo-as, ilegalmente, de exercer a sua actividade.

Como tal, as direcções locais do Sindicato dos Metalúrgicos de Vila Franca de Xira não hesitam no caminho a seguir: os trabalhadores devem defender os seus direitos e reforçar a sua organização, numa luta que deve visar a criação de uma alternativa a esta política e a este Governo.

Desde

A região de Vila Franca desde o Paleolítico, dada a sua localização junto ao Tejo, conhecida desde o domínio romano com a principal via de acesso (o Tejo). Foi domínio dos Templários em 1510. A sua importância geográfica na comunicação entre Lisboa e o interior - se com a inauguração, em 1864, do caminho de ferro Lisboa-Carregado (o primeiro construído em Portugal) e a sua importância em vias de comunicação, com a construção de uma mão-de-obra barata, esteve na origem das primeiras indústrias e da

A vergonha da família Quina

A "família Quina" constituía uma das empáfias do fascismo, ao lado de "dos Champalimaud", "dos Mellos da CUF", e outros nomes onomásticos que encastavam a coroa empresarial que o regime gostava de ostentar. Pronunciar estes nomes era citar o poder absoluto e a competência indiscutível. A Revolução de Abril apeá-los - momentaneamente do comando da economia portuguesa, mas não faltaram vozes a louvar-lhes os "méritos" e as "capacidades", num saudosismo integrado no processo contra-revolucionário e no restauracionismo capitalista que acabariam por se impor no País.



A AEROFIL (encerrada, na foto) é um dos testemunhos vivos da indústria da família Quina

da festa!

AMORA-SEIXAL
2, 3 e 4 SETEMBRO

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 1
28 de Julho de 1994
Não pode ser vendido
separadamente



JOHNNY CLEGG & SAVUKA

**COMPRAR
JÁ A EP**
(Entrada Permanente)

é a solidariedade necessária
para garantir a realização
da Festa do "Avante!"

festa
Avante!

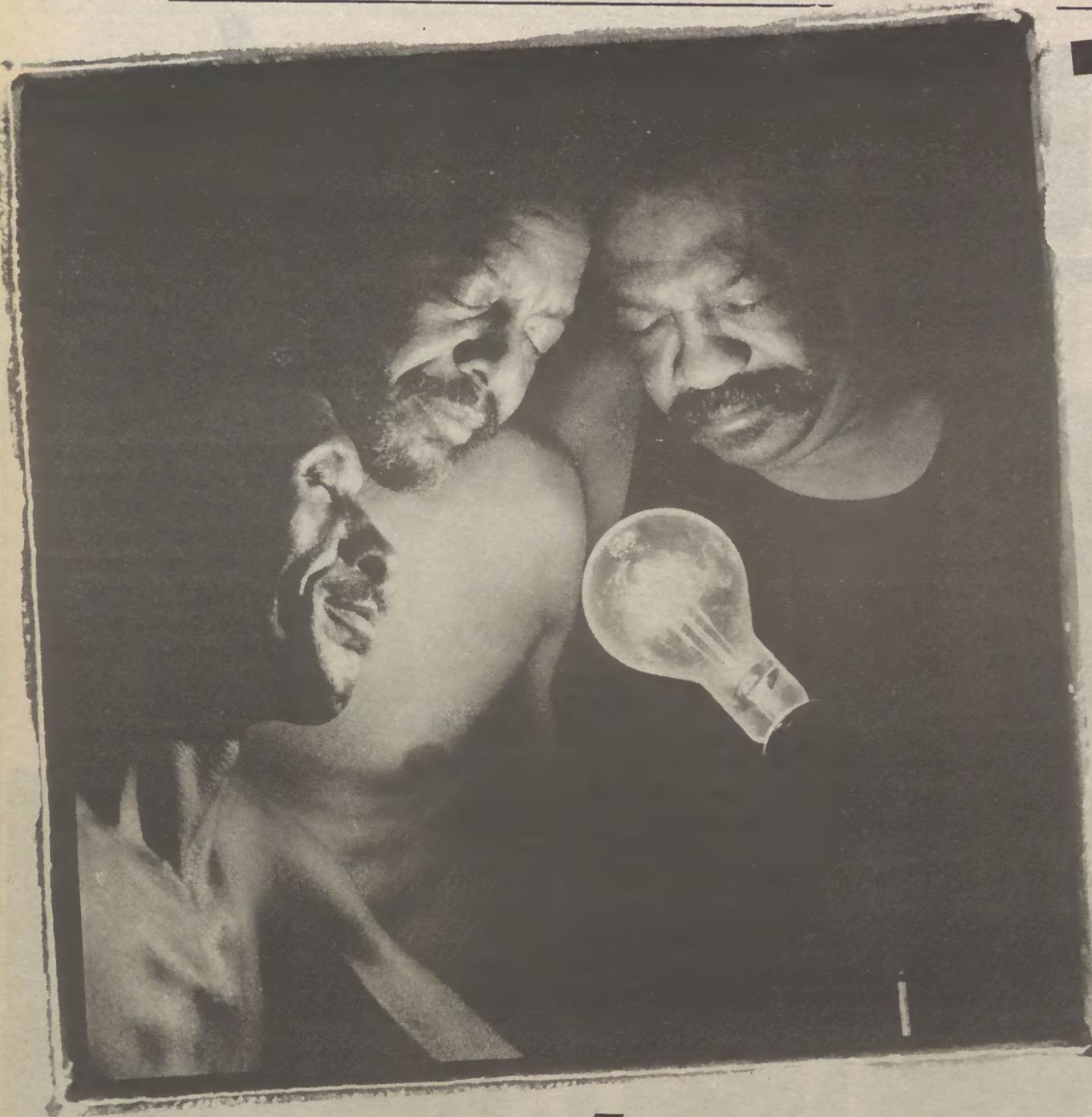
2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA • AMORA • SEIXAL

festa de Abril

A EP custa 1600\$00 e está
à venda em todos os Cúrculos do P.C.P.



Em conferência de imprensa dada na terça-feira passada no terreno da Atalaia, os responsáveis da organização da Festa do «Avante!», através de Henrique de Sousa, Ruben de Carvalho, Fernando Vicente e Margarida Silva, anunciaram a programação deste ano do maior acontecimento político e cultural, com carácter regular, realizado no nosso país.



The Holmes Brothers

num bordel do Texas»...

Depois dessa edição, os Holmes Brothers (Popsy Dixon, vocalista-baterista; Gid Wharton, guitarrista; Wendell Holmes, cantor-guitarrista e Sherman Holmes cantor-baixista) viram a sua popularidade na Europa crescer de tal forma que já há alguns meses que se encontram no Velho Continente em digressão para sucessivos espectáculos, enquanto duas anteriores gravações - os álbuns «In The Spirit» e «Where It's At» - foram reeditadas para alimentar um mercado que subitamente se apaixonou por esta música que, tendo o gospel por base, exprime as influências do R&B, country, soul e blues a fazer dos

MÚSICA DO

Johnny Clegg

A formação multi-racial que com Johnny Clegg «conquistou» os ouvidos europeus e norte-americanos no final dos anos 80, quando, na África do Sul, Nelson Mandela cumpria mais de 20 anos de prisão e o regime do apartheid insistia em sobreviver, foi um dos muitos contributos que a música popular deu para a denúncia e o alertar de consciências em todo o mundo para o aumento da pressão sobre o Governo sul-africano de minoria branca. Lembremos, apenas, a canção «Asimnonanga»: tratou-se de uma homenagem a Nelson Mandela, uma canção de Johnny Clegg que se transformou num verdadeiro hino, entretanto proibido na África do Sul - tal como muitas outras canções deste músico branco, filho de antropólogo, que desde criança conviveu e apreendeu a cultura Zulu - e cuja passagem massiva nas estações de rádio de todo o mundo fizeram com que Clegg adquirisse o estatuto de superestrela no mundo da pop. A confirmá-lo estão, desde 1987, as sucessivas vindas à Europa de Johnny Clegg com os Savuka, a arrastar multidões contagiadas por uma música que junta o ritmo, as vozes e os instrumentos da música zulu com uma transposição para uma linguagem pop capaz de tornar esta música

facilmente descodificada pelos ouvidos europeus e norte-americanos, sem nunca perder o horizonte das verdadeiras raízes em que se sustem.

Vamos pois ter na Festa uma verdadeira *superstar* da pop dos nossos dias, Johnny Clegg, vindo da África do Sul.

Holmes Brothers

A edição do álbum «Jubilation» pela etiqueta Real World, nascida da iniciativa de Peter Gabriel na sequência da organização do World of Music, Arts, Dance Festival (WOMAD), fez chamar a atenção do mundo da pop para um grupo de blues e gospel chamado Holmes Brothers. Música dos Estados Unidos da América, incluída numa colecção exclusivamente dedicada à chamada World Music, onde estão representados alguns dos mais importantes nomes da música africana, europeia ou latino-americana, poderia ser facto que à partida sugeriria qualquer tipo de estranheza, caso a audição dessa gravação «ao vivo» não confirmasse o que é dito na capa desse disco, onde se aponta para «a reinvenção de uma colecção de canções eternas». Versões de «Will the Circle Be Unbroken», «Amazing Grace» ou «All Night, All Day» surgem aos ouvidos mais afeitos ao mundo do gospel e do blues como que redescobertas

por uma electrificante, apaixonada e enérgica interpretação, a merecer da revista «Rolling Stone» uma curiosa definição: «uma mistura de canções gospel, tradicionais e originais, feita de tal forma que se sugere um serviço religioso celebrado

Holmes Brothers o exemplo quase completo de uma hipotética síntese genérica de toda a raiz popular da música norte-americana. Na Festa do «Avante!», o espectáculo dos Holmes Brothers vai trazer a Portugal um som simultaneamente novo e imediatamente



Dave Swarbrick

John Kirkpatrick

Roy Bailey

festa
Avante!

festa de Abril

rs Johnny Clegg

& Savuka

reconhecível, transportado das mais velhas tradições norte-americanas com uma encantadora capacidade de nos surpreender.

Band of Hope

Desde o início da Festa do «Avante!», a folk britânica ocupa um lugar de privilégio na sua programação: desde os tempos da folk/rock dos Fairport Convention, no já distante ano de 1977, até às mais recentes participações de outros supergrupos irlandeses como os Dubliners ou os Chieftains, passando pelas propostas inovadoras de uma June Tabor ou da Oysterband, sucessivas Festas foram

MUNDO

acompanhando todo o movimento de rejuvenescimento desta música popular. Agora chegou a vez da que seguramente é a formação mais importante nascida nos anos 90 no domínio da folk acústica, onde se reúnem alguns dos músicos mais dotados da



Martin Carthy

Steafán Hannigan

Band of Hope

Grã-Bretanha neste género de música. Roy Bayley, Martin Carthy, Steafan Hannigan, John Kirkpatrick e Dave Swarbrick (este último era o violinista da formação dos Fairport Convention que esteve na Festa do «Avante!») formam aquela que seguramente será a melhor combinação de

músicos que poderemos encontrar para levar a chama da música folk britânica até ao século XXI.

A biografia de cada um destes músicos faz deles, individualmente considerados, nomes de primeira linha da história recente da folk, com participações em algumas das formações que tornaram esta música popular em todo o mundo nos anos 70 e 80: Albion Band, Steeleye Span, Brass Monkey, Watersons, os já referidos Fairport Convention, são apenas algumas dessas formações, cuja importância indiscutível fazem prever para esta nova Band of Hope um papel central no desenvolvimento imediato desta expressão musical.

Virtuosos multi-instrumentistas a que se juntam vozes masculinas caracteristicamente irlandesas - pelos sentimentos vastos que se exprimem da nostalgia mais angustiante à alegria vibrante do puro gosto pela vida - trazem até à Atalaia a música que está na origem de muitas das músicas que hoje ouvimos e que teve a capacidade de se manter viva e actual.



Carlos do Carmo

De Carlos do Carmo só se pode dizer que a história do fado, a história deste género de música genuinamente português, não pode contornar a sua figura. Pelo saber, pela inovação, pelo repertório, pelas canções e pela voz... Trata-se, no fundo, de uma cultura. Um regresso certamente muito saudado à Festa do «Avante!»

Sétima Legião com os Gaiteiros de Lisboa

Sétima Legião é o nome de um grupo que produz uma música que parte da raiz popular para uma modernidade que se transformou

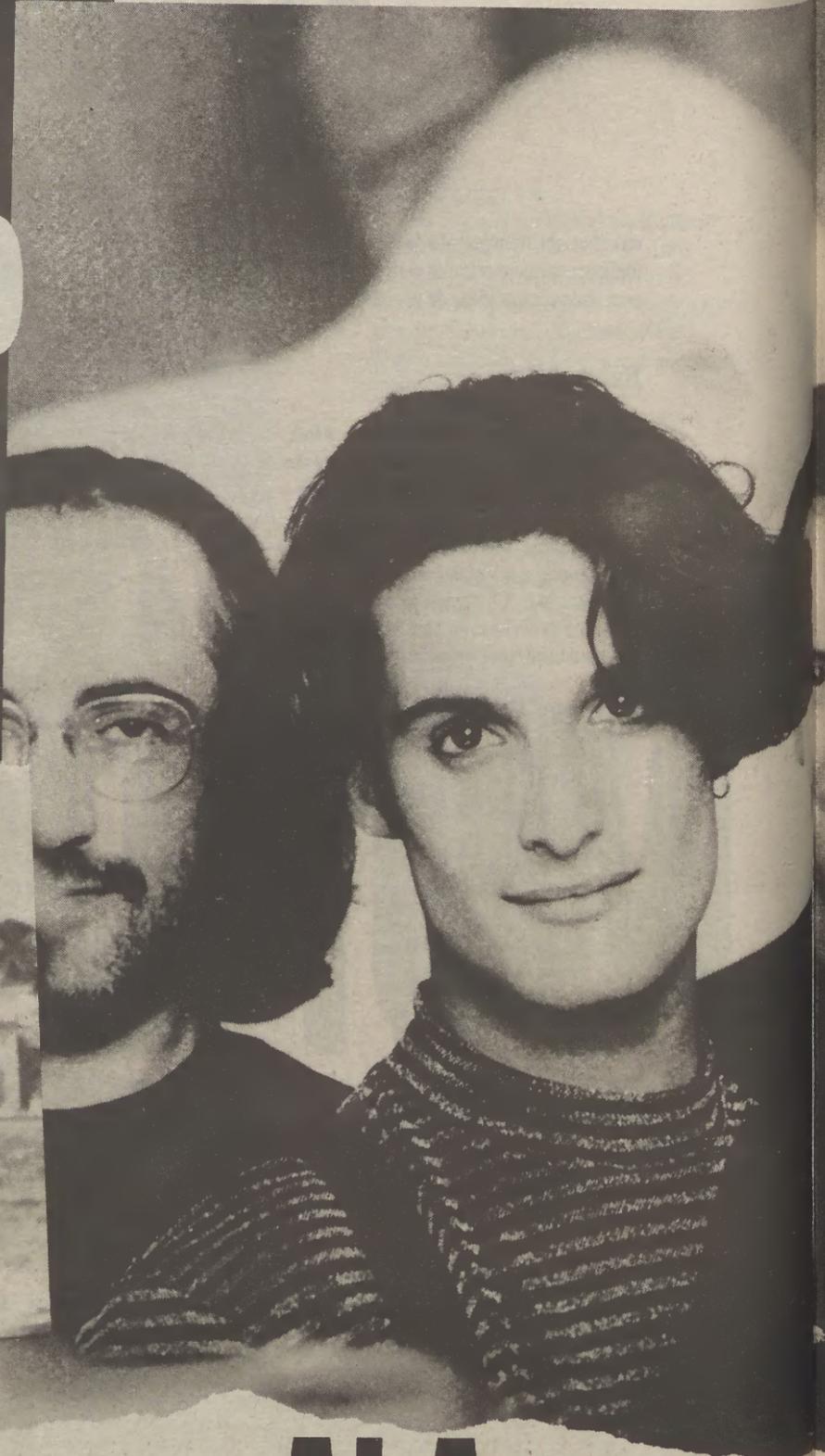
PORTUGUESE

CARLOS

DO CARMO

Peste & Sida

O som é definitivamente rock. A palavras não podem ser mais claras na irreverência, na capacidade de contestar. A adesão do público aos espectáculos da banda exprime-se por manifestações espectaculares de massas de



RITUAL TEJO

numa imagem de marca, numa expressão de originalidade. Com os Gaiteiros de Lisboa, o «Sétima» vai trazer à Festa do «Avante!» uma proposta diferente de outras ali vistas: é que este novo grupo que vai actuar com o «Sétima» tem um dos seus fundadores em Paulo Marinho - ele próprio membro da banda de «Auto de Fé» - e pode vir a tornar-se num caso sério da música portuguesa, caso se mantenha a tradição de sucesso de outros projectos a que estão ou estiveram ligados outros elementos do Sétima Legião como são os exemplos de Madredeus, através

de Rodrigo e Gabriel, ou de Golpe de Estado, através de Paulo Abelho.

Ala dos Namorados

Este vai ser um espectáculo, para multidões, de um grupo que intitula a sua música de «Canções Portuguesas Populares Urbanas». Um projecto onde encontramos João Gil (ex-Trovante) Manuel Paulo e José Moz Carrapa, músicos bem firmados no mundo da música do nosso país. A eles se junta a descoberta da voz de Nuno Guerreiro.

ALA DOS

NAMORADOS

espec
segur
Abril
eléct
cantar
anos
rock

UHI
Um d
Portu
palav
Antón
com u
núcle
desta

Jorg
Depo
grava
algun
do ro

ESSES



Depois da saída do disco «À Margem da Lei», a estrada já provou que João C. Bom é um grupo cujas referências não se perderam.

Grupo de Guitarras de Antigos Estudantes de Coimbra

Os doutores António Ralha, Serra Leitão, Jorge Gomes, José Augusto Sobral Santos Paulo e Manuel Dourado são o centro de um projecto que em espectáculo e disco mantém viva a melhor tradição do Fado de Coimbra e do folclore urbano da cidade dos estudantes. A gravação discográfica recente do título «Fados e Balada de Coimbra» e o projecto de um registo com algumas das mais belas melodias do folclore urbano coimbrão juntam estes homens há já algum tempo, num dos mais genuínos agrupamentos do

ao estudo e à interpretação desta música portuguesa.

Tocar (no) Zeca

Um projecto especial apresentado à Festa do «Avante!» pelo músico de Jazz, o saxofonista Carlos Martins. Canções de José Afonso, recriadas por uma formação que inclui o trombonista Clauss Nymarsk, o guitarrista Mário Delgado, o contrabaixista Bernardo Moreira, o baterista Alexandre Frazão e o percussionista João Ferreira. 20 anos depois de Abril, a música do Zeca reinventa-se!

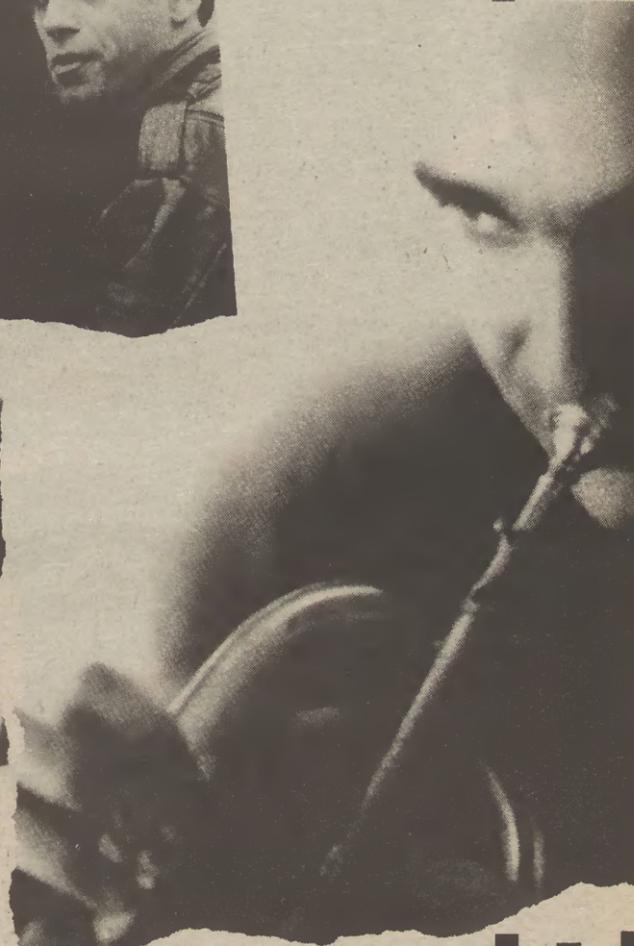
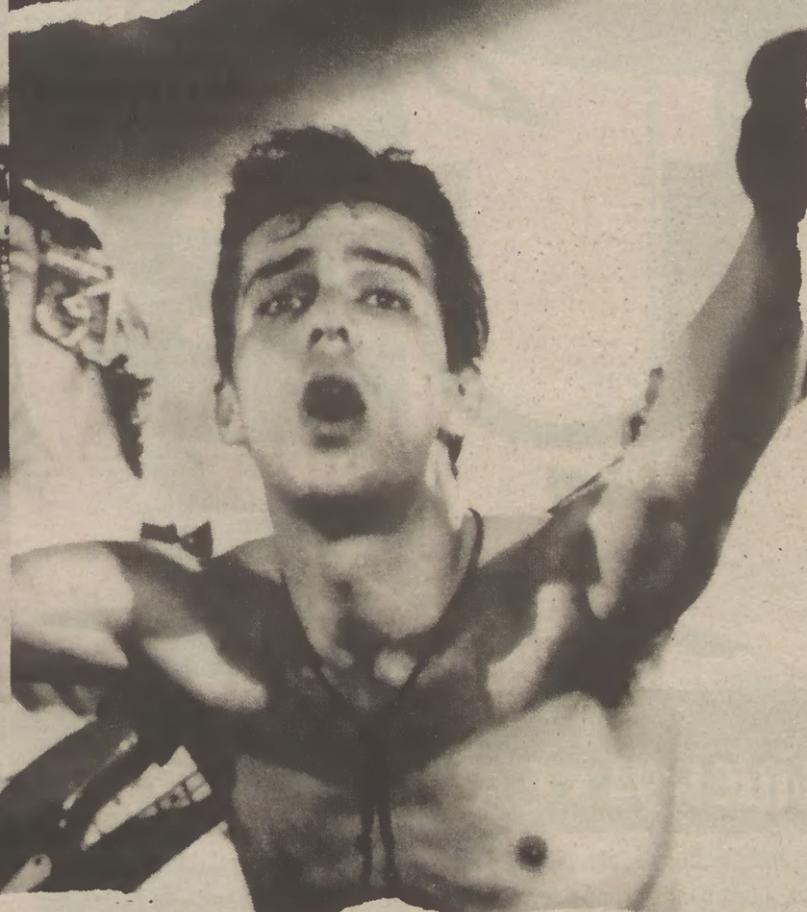
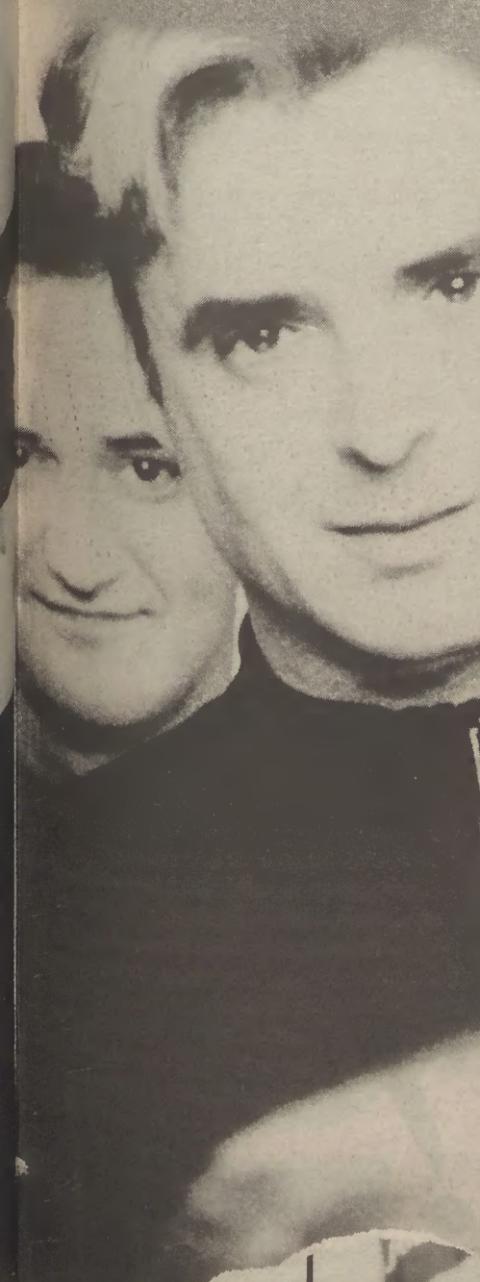
espectadores jovens. São os Peste & Sida e é seguro que o seu espectáculo no Palco 25 de Abril na Atalaia vai ser uma explosão eléctrica de som, com o coro da multidão a cantar todos os refrões de uma banda que há anos soube construir um espaço próprio no rock português.

trazem à Festa do «Avante!» um projecto de espectáculo conjunto.

João C. Bom

Desde Fevereiro de 1987, quando a banda se formou, que unanimemente se considera

JOÃO C. BOM



UHF

Um dos grupos históricos do rock feito em Portugal regressa à Festa do «Avante!». As palavras, a música e a personalidade de António Manuel Ribeiro vão estar na Atalaia com um grupo de músicos que constituem o núcleo central de uma das propostas desta edição da Festa.

Jorge Palma e Flak

Depois da edição do disco de Jorge Palma gravado no Johnny Guitar ao vivo com alguns dos mais importantes músicos da área do rock português, Jorge Palma e Flak

João C. Bom como uma das melhores formações de palco que ao longo dos anos soube construir uma carreira musical que não vai em «modas», de estética bem definida.

género. Casos de paixão por um género musical particular, atestados pelas biografias musicais de cada um destes visitantes da Festa do «Avante!», há muitos anos ligados

E ainda...

Septeto de Tomás Pimentel, Meninos D'Avó, Joel Xavier, Ritual Tejo, «Recordar Ary nos 20 anos de Abril» com Luísa Basto, João Fernando, Nuno Gomes dos Santos, Alberto Albuquerque, Samuel, Banda de Mário Gramaço, Adamastor, Pagem, Tropa de Choque, Grupo Girassol, Grupo Fado Abril

...e

Muito mais!

TOMÁS PIMENTEL SEPTETO DE



BLOQUEIO NÃO!

CUBA
Sim!

Festa de Abril! 94 • CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

O Espaço Internacional dinamiza este ano uma campanha de solidariedade com Cuba, cujo lema é "Cuba, sim. Bloqueio, não!".

A campanha visa dois objectivos, um material e outro político. No primeiro caso, visa-se reunir determinada quantia destinada à aquisição de matérias-primas para o fabrico, nos laboratórios cubanos, de alguns medicamentos essenciais que escasseiam em Cuba devido ao bloqueio norte-americano, como é o caso de anestésicos, antibióticos,

reagentes químicos, etc. No segundo caso, a campanha propõe-se divulgar a dramática situação do povo cubano e a sua heróica resistência ao bloqueio que há mais de 30 anos lhe é imposto pelos EUA.

Com esta iniciativa, pretende-se mobilizar todos os visitantes da Festa para a crescente solidariedade do povo português com o povo cubano e multiplicar os protestos exigindo o fim do bloqueio junto dos seus responsáveis.

No pavilhão central do Espaço Internacional haverá uma exposição sobre Cuba, será distribuído um folheto contra o bloqueio e proceder-se-á à angariação de fundos. A iniciativa deverá reflectir-se em toda a Festa, estando as Direcções das Organizações Regionais a estudar formas de integração na campanha, de acordo com as suas características, que podem passar pela responsabilização de espaços próprios de solidariedade espalhados pelo terreno da Festa.

Integrada na campanha de fundos estará a venda dos mais diversos materiais: livros, discos, serigrafias, camisolas, fitas para a cabeça, autocolantes, garrafas de rum, etc. De assinalar ainda a edição de um postal dirigido ao presidente norte-americano, Bill Clinton, exigindo o fim do bloqueio, a recolha de assinaturas.

A campanha de solidariedade com Cuba começará a ser divulgada ainda antes da Festa através de um cartaz editado para o efeito.



Localizado entre o Espaço Central e o Espaço da Juventude, o Espaço Internacional é por excelência o ponto de encontro entre realidades políticas, económicas e sociais muitas distintas e de solidariedade com a luta dos povos, através das forças políticas aí representadas.

Até ao momento, estão já confirmadas as presenças de representantes dos seguintes partidos: MPLA (Angola), PC Alemão e PDS da Alemanha, PC da Bolívia, PT do Brasil, PAICV (Cabo Verde), PC da China, PC de Cuba, FMLN (El Salvador), PC de Espanha e P. dos Comunistas da Catalunha, PC Francês, PC da Grécia, PC da Índia (marxista), P. da Refundação Comunista (Itália), PC Libanês, P. Frelimo (Moçambique), OLP (Palestina), PC Peruano, Frente Polisário (Sahara Ocidental), Fretilin (Timor-Leste).

Na Festa estarão ainda delegações do Bloco Nacionalista Galego, da União das Populações dos Camarões, do PC do Nepal e um representante do "Pravda" (Rússia), entre outras.

Para além da informação política, da troca de experiências, da confraternização, da compra de recordações e artesanato, nos pavilhões do Espaço Central continua a ocupar lugar de destaque a cozinha tradicional dos países representados. Sabores quentes de Cabo Verde, pratos exóticos da China e Cuba, tradicionais bebidas do Brasil, petiscos da Catalunha, França e Moçambique esperam pelos visitantes. Debates, música, dois artesãos (pintura à mão de T-shirts) animarão o Espaço Internacional, a partir do qual será dinamizada a Campanha de Solidariedade de Cuba.

Palco da solidariedade

O Palco da Solidariedade, no Espaço Internacional, não vai ter mãos a medir. Para além dos debates, a animação conta este ano com os seguintes participantes:

Música tradicional e popular

portuguesa
Cantares de Portugal
3 de Abril
Grupo Terra
Trigais do Lavradio
e...

Poetas populares do Alandroal

Música de Intervenção

Mário Fonseca
Gordilho

Música brasileira

Escola de Samba
Juventude da Baía
Stela e Banda

Música africana

Som África
Música Cabo Verde

Música tradicional francesa e celta

Rini Lyns

Música e Cantares de Timor

Música de Cuba

Intermundo

Espaço



Avante teatro



A presença do Teatro na Festa do Avante é já uma tradição. Este ano, embora por diversos motivos (férias, diferentes compromissos, etc.) não nos seja ainda possível apresentar um programa completo, também o Teatro marcará a sua presença.

Para aguçar o 'apetite' dos aficionados aqui deixamos algumas indicações do que este ano poderá ver:

Sexta-feira

Peça "Greensleeves", pelo Grupo CDIAG (Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett)

Sábado e Domingo

Manhãs infantis/animação de rua, pelo Grupo "Teatro em Movimento"

Tarde e noite, peças "Afonso Henriques" e "Amanhã" pelo Grupo de Teatro "O Bando" Está ainda prevista a actuação do Grupo de Metais de Loures



CORRIDA da FESTA

A já bem conhecida Corrida da Festa realiza-se no dia 4 de Setembro, com início às 9.30h.

Sendo uma Corrida aberta a todos os Clubes e participantes individuais, com características marcadamente populares, nem por isso deixou de ser adoptada por alguns dos melhores atletas federados para início de uma nova época desportiva em estrada.

Este ano não foge à regra, pelo que os interessados não devem perder tempo a fazer a sua inscrição. As inscrições, gratuitas, abriram na passada segunda-feira, 25 de Julho, e vão estar abertas até 26 de Agosto.

Se é verdade que "quem corre por gosto não cansa" ou, como afirma o director da Corrida, Prof. António Vilela, esta iniciativa representa cada vez mais para "os amantes da corrida uma preocupação de prática desportiva nas férias e também o regresso ao convívio que a corrida proporciona", nem por isso deixa de ser gratificante saber que há prémios em disputa.

Os prémios, para os vencedores absolutos femininos e masculinos, são os seguintes:

- Viagem turística de três dias à Madeira, com alojamento e pequeno-almoço;
- Troféus ou taças às 15 primeiras equipas;
- Troféus ou taças do 1º ao 4º classificado de cada escalão;
- Entrada gratuita na Festa para todos os que terminarem a prova
- Camisolas, até ao 1000º classificado.

Para participar, para além do gosto pela corrida e da inscrição, basta ter nascido até 1976 - há escalões para todos.



Prof. António Vilela
Técnico de Atletismo

A Corrida da Festa do Avante reforça-se e encontra espaço.

Desde a realização da Festa do Avante no Estádio Nacional, passando depois pela Ajuda, Loures e fixando-se agora na Quinta da Atalaia, no Seixal, a corrida da Festa do Avante tem sempre integrado o programa desportivo deste grande acontecimento cultural e popular.

A preocupação inicial de tornar esta prova uma competição aberta e a afirmação de uma força política, o Partido Comunista Português, que pretende valorizar o desporto no âmbito das suas actividades, têm sido constantes nesta corrida que nos importa salientar.

O modelo organizativo tem sofrido algumas alterações e dentro das limitações de oferta da prática desportiva às populações por parte das entidades responsáveis pelo alargamento da prática desportiva, a corrida da Festa do Avante tem encontrado o seu espaço, reforçando a sua intervenção no mundo da corrida em Portugal.

Fixando-se na primeira semana de Setembro a seguir ao período de férias, a corrida da Festa do Avante representa para os amantes da corrida uma preocupação de prática desportiva nas férias e também o regresso ao convívio que a corrida proporciona. Este cenário tem sido compreendido pelos participantes que incluem no seu calendário esta corrida motivada pelo calor humano que a Festa do Avante proporciona.

Director da Corrida
da Festa do Avante 94



FUTEBOL DE SALÃO

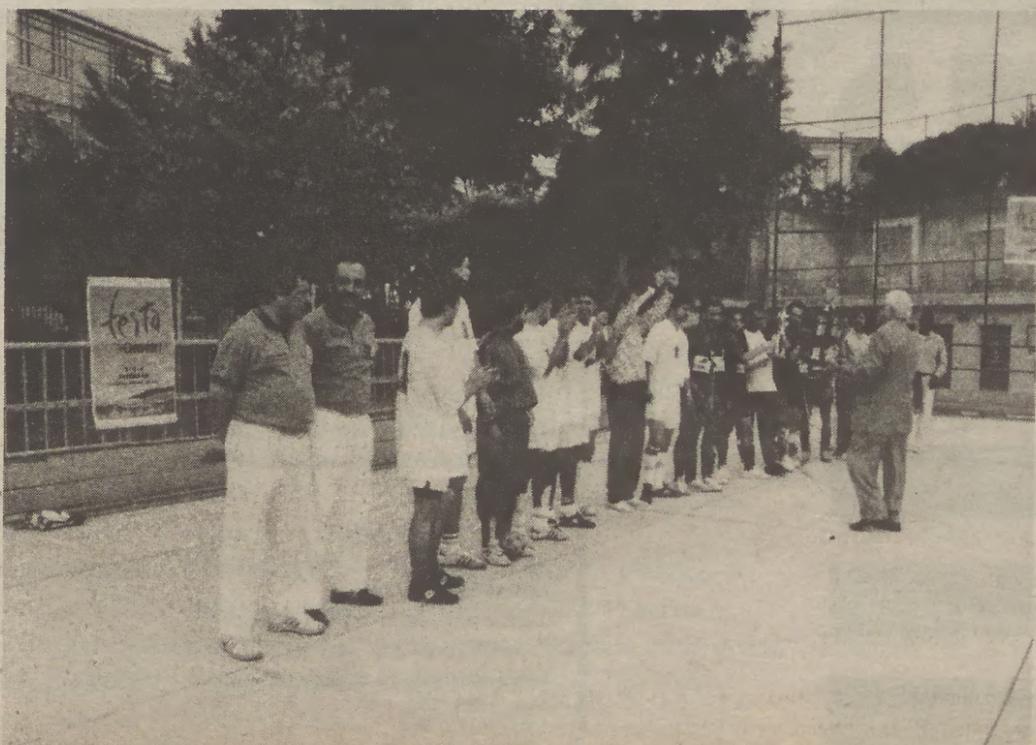
«Galitos»

apurados para a Atalaia

Ao vencer por 4-1 a equipa do Santana Futebol Clube,

apuradas nas restantes regiões. Em cerimónia

primeiros classificados. Além das equipas que se



no passado domingo, os «Galitos» de São João sagraram-se vencedores no concelho de Lisboa e ficaram apurados para a fase final do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!», a disputar já na Quinta da Atalaia com as equipas

informal realizada no final do jogo, no Polidesportivo da Verbena de Santiago (e a que se associaram os presidentes das juntas de freguesia de Santiago e de São João) o director do «Avante!», Carlos Brito, entregou os troféus aos três

defrontaram na final concelhia, arbitrada por Virgílio Costa e Luís Esteves, participaram no torneio o «Estrela» do Alto São João, o GD Pena, o CJ Charneca, o «Grupo os 9», os «Intocáveis», a «AJ Sacramento», o GD «Zip-Zip» e os «Onze Unidos».

Capitalismo selvagem à solta

Do "time leader" ao "rest area"

A General Motors (GM) é uma multinacional que dispensa apresentações. A sua fábrica na Azambuja tem 1100 trabalhadores, goza de saúde financeira a toda a prova, enquanto a sua produtividade vai tão de vento em popa que a administração engendrou um sistema que esticou o horário de trabalho em cinco horas e meia, ou seja: da antiga laboração entre as tradicionais 8 e 18 horas, saltou para turnos entre as 6.00 e as 14.45, o primeiro, e as 14.45 e as 23.30, o segundo. Para a concretização do prodígio, introduziu uns esquemas americanos de trabalho sob nomes arrevesados como "rest area" e "time leader". Explicar o que está a ser isto na GM da Azambuja, é apresentar o capitalismo selvagem em plena actividade no nosso País.

"Rest area" poderá traduzir-se, livremente, como "área de restaurante" mas nada tem a ver com isso. Na prática, trata-se de um sistema em que o trabalhador deglute uma refeição em 20 minutos e no próprio local de trabalho, para o que a empresa construiu, por toda a fábrica e junto a cada pequeno grupo de operários, umas divisórias com mesas e bancos. O funcionamento da coisa é simples: a campainha soa, os trabalhadores largam o trabalho, viram-se para a sua "rest area" e lá está o almocinho na mesa de cada um, pronto a ser engolido em 20 minutos. Passado esse tempo (nem mais um minuto) é voltar ao trabalho sem demora, sob pena de penalização.

Até esta "invenção", os trabalhadores almoçavam no refeitório e dispunham de 45 minutos para o fazer. Mas a administração da GM considerava isso um desperdício, pelo que ofereceu um subsídio de 400\$00/dia a quem aceitasse este novo sistema do "rest area", mais uma ligeira refeição com sopa quente, uma sandes, um sumo e uma peça de fruta, tudo a ser comido em 20 minutos, enquanto criava dois turnos, um entre as 6.00 e as 14.45 e o outro entre as 14.45 e as

23.30. Houve um grupo de trabalhadores que não aceitou esta exploração selvagem e exigiu a manutenção do horário normal, como constava, aliás, do seu contrato. A administração da GM não se atrapalhou: foi criando condições para despedir esses trabalhadores (sem incorrer na ilegalidade do despedimento colectivo), ao mesmo tempo que, nos novos contratos, já impõe uma cláusula que permite à empresa transferir os operários a seu bel-prazer, nomeadamente para um ameaçador (e ainda não concretizado) terceiro turno entre as 23.00 e 6 horas, o que transforma os operários nuns joguetes sob chantagem.

Quanto ao "time leader" é uma espécie de homem de reserva acrescentado a cada grupo de trabalhadores, com a função de substituir qualquer um dos outros durante as horas de laboração, dando a todos um mínimo de folga para irem, por exemplo, à casa de banho. Só que esse "time leader" não existe, na prática, porque esse homem "suplementar" é utilizado sistematicamente pela empresa para substituir a tempo inteiro os trabalhadores que faltam por isto ou por aquilo (situações que a GM devia prever e resolver).

Acrescente-se que a GM assume publicamente que 20 por cento do seu pessoal é contratado a prazo por dois anos e meio, substituindo-os de imediato e sem contempções por novos trabalhadores.

Com tudo isto, não é de estranhar que a GM seja uma das empresas que à União dos Sindicatos de Vila Franca de Xira pôs em tribunal por ter proibido um plenário sindical na empresa...

A par das falências em cadeia provocadas pela incompetência corrupta de capitalistas nacionais tipo Quina e C^a, a "corda de Vila Franca" amarga, também, com a selvática exploração das multinacionais, tudo sob o benéfico do Governo de Cavaco Silva.

Mague

Cegaram a menina dos olhos

A empresa Construções Metalomecânicas MAGUE, S. A., situada em Alverca, era a menina dos olhos do Concelho de Vila Franca de Xira, com os seus quase 3000 trabalhadores altamente qualificados e uma elevada qualidade de produtos que a prestigiaram nos mercados nacionais e internacionais. Dos seus estaleiros saíam gigantescos equipamentos de produção de energia, para apetrechar centrais térmicas como a do Carregado, Setúbal ou Sines.

Todavia, este gigante está sob a ameaça de encerramento. Nos últimos seis anos os postos de trabalho reduziram-se de 2600 para cerca de 300 (trezentos!), dos quais apenas 70 se mantêm na produção. Isto tudo sob a vaga justificação de se "reestruturar" a empresa, que, entretanto, os trabalhadores defendem ser viável. O descalabro levanta fortes desconfianças, falando-se num estratégia que visa desactivar a empresa com o objectivo de vender os seus vastos terrenos para especulação imobiliária, tendo em vista a sua valorização com a proximidade da auto-estrada do Norte e a ligação da área com a CREL (Circular Regional Externa de Lisboa).

Sucessivas (e desastrosas) políticas governamentais para o sector da metalomecânica pesada levaram à constituição de uma holding formada pelas empresas MAGUE e ABB (multinacional com capitais suíços e suecos) e pelo I.P.E. (estatal), que se alarga à holding SENETE para o sector de metalomecânica pesada, conduzindo ainda a MAGUE a interesses financeiros noutros ramos de actividade, como a banca, os seguros e a hotelaria. E é aqui que o desastre se consuma: na continuidade do acordo firmado para a constituição da holding, foi criada em Janeiro de 1991 a empresa MAGUE Indústrias Metalomecânicas (M.I.M.), que é alienada à SENETE, cuja passa a deter a totalidade do capital social da M.I.M., 97% do capital social da Sorefame (I.P.E.) e das associadas destas duas empresas.

A partir daqui, acelera-se a descapitalização da empresa, o recurso à contratação de subempreiteiros e pessoal pago à hora, o desa-

proveitamento deliberado da mão-de-obra própria, a insegurança generalizada no emprego, os despedimentos encapotados sob forma de "rescisão por mútuo acordo". A política de destruição da empresa prossegue, implacável e sob os misteriosos desígnios do capital monopolista que dela tomou conta. A redução da área produtiva e a inactividade imposta aos trabalhadores (enquanto se subcontratam outros no exterior através de empreiteiros) estão a empurrar muitos funcionários para o trabalho por conta própria e o "biscate", enquanto a administração vai falando de "reestruturações" cuja consequência mais visível está no brutal encerramento de 2300 postos de trabalho nos últimos seis anos e incalculáveis prejuízos para a econo-



A MAGUE já foi uma das mais prestigiadas unidades de metalomecânica pesada da Europa. Agora está em vias de encerramento

mia nacional. Entretanto, o Governo mantém-se surdo e mudo perante sucessivas demonstrações dos trabalhadores da viabilidade da empresa, aliás ainda há meses confirmada pelo próprio ministro da Indústria, Mira Amaral.

Estão a cegar, friamente, a menina dos olhos de Vila Franca de Xira e uma das mais poderosas e competentes empresas de metalomecânica pesada da Europa. Tudo em nome da "modernização".

Reportagem de Henrique Custódio

Vila Franca

Paleolítico

habitada
ção privi-
esenvolvi-
travessou
então Oli-
ebeu foral
portância
acentua-
ha férrea
ser consa-
de, tanto
ercados e
instalação
ustrializa-

ção que se lhe seguiu, transformando o território ribeirinho que a liga a Lisboa num contínuo industrial dos mais importantes do País, a chamada "corda de Vila Franca". Na última década, este poderoso centro produtivo está a sofrer uma violenta desindustrialização, que já destruiu mais de 10 000 postos de trabalho.

Com uma superfície de 293 quilómetros quadrados, o Concelho de Vila Franca de Xira insere-se no limite Norte da Área Metropolitana de Lisboa. O seu crescimento demográfico registou forte expansão na década de 70 (período em que a população aumentou mais de 60%), tendo actualmente 105 mil habitantes.

Família Quina

Esse processo devolveria, com juros, à família Quina (e à restante aristocracia" empresarial do salazarismo) as posições que detinha na nossa economia, nomeadamente num conjunto de empresas instaladas na corda de Vila Franca. Foi o caso dos estaleiros navais da ARGIBAY, da têxtil AEROFIL e da empresa de construção civil ICESA. Miguel Quina ficou a liderar o grupo.

Estes últimos dois anos demonstraram, dramaticamente, a "capacidade empresarial" dos Quina: a ARGIBAY foi declarada falida no princípio do ano pela associação de credores, lançando no desemprego mais de 150 trabalhadores, somando-se à falência, anteriormente consumada, da AEROFIL (1600 trabalhadores na rua) e da ICESA (600 postos de trabalho liquidados). No rasto destas falências ficaram centenas de milhares de contos de dívidas à Segurança Social, ao fisco, aos trabalhadores, aos sindicatos e à banca. Todavia, a família Quina não recebera, apenas, as empresas de mão beijada: nos últimos anos, o Governo entregara-lhe não se sabe quantas centenas de milhares de contos para a sua recuperação. Essas verbas gigantescas volatizaram-se, a recuperação não se fez, as empresas fecharam e mais de 2000 trabalhadores foram para a rua sem receber um tostão.

Aqui está, escarrapachado pelos próprios, o "talento empresarial" dos Quina. Aliás, um retrato de corpo inteiro do que valem esses tão celebrados "capitães da indústria" que fizeram a nata empresarial do fascismo.

ência empresarial da

Crónica lusitana

1. A conspiração

Não há dúvida: está em marcha uma tenebrosa conspiração visando denegrir a genial prestação do primeiro-ministro e do seu governo, visando minar os alicerces da serena estabilidade lusitana. Com uma perspicácia notável e louvável, o primeiro-ministro e os seus ecos têm vindo a alertar os portugueses para a mãozinha subversiva que, de há uns tempos a esta parte, tem vindo a manipular o país de norte a sul. "É a subversão pela subversão", assevera um teórico laranja. E acrescenta: "Como sabemos, Portugal é um oásis, um paraíso e não há uma só razão objectiva que justifique o alarido subversivo que por aí vai."

Foi a oculta mãozinha que empurrou os estudantes para formas de acção inadmissíveis, que organizou greves e manifestações e cortes de estradas por trabalhadores de todas as áreas de actividade, que planeou e executou o bloqueio da Ponte 25 de Abril, os protestos dos pescadores, a caça nocturna ao comboio da Parmalat e tantas outras contestações ruidosas, assim procurando criar um clima de rebelião generalizada e permanente que ofende a modernidade da lusa democracia.

No passado dia 19 (no Estádio Universitário, na sessão de abertura do Campeonato Mundial de Atletismo de Juniores) a mãozinha deu uma perigosa mãozada em frente: pela primeira vez, afrontou pessoal e directamente o primeiro-ministro, vaiou Sua Excelência, assobiou Sua Excelência, impediu Sua Excelência de oferecer ao povo as pérolas que sempre constituem os seus profundos, brilhantes, geniais discursos. Diz-se que primeiro-ministro ao ouvir a subversiva assobiadela mudou de cor, mudou de cores: de laranja se fez verde, de verde se fez azul, de azul se fez branco e por aí a fora. A afronta directa ao primeiro-ministro é a confirmação cabal de que a conspiração existe e avança. E aqueles que negam esta evidência (argumentando que se trata de protestos cívicos resultantes do grande descontentamento provocado pela política do Governo) estão certamente feitos e mais do que feitos com os conspiradores. Porque - e é imperioso repeti-lo - a conspiração existe e está em marcha. Como de imediato veremos.

2. Conspirador me confesso

É verdade: fui eu o organizador de todas estas acções, é meu o longo braço que movimenta a mãozinha conspiratória, é meu o cérebro congeminador da vaga subversiva que assola o País. E para que não restem dúvidas sobre isso aqui deixo o relato fiel de como preparei e executei a acção subversiva do Estádio Universitário. Foi assim: feita, por mim, a selecção dos conspiradores adequados a uma acção deste tipo, convoquei-os para a reunião preparatória que teve lugar na Praça da Figueira, na noite de 18, à volta do cavalo de D. João I. O primeiro a chegar, depois de mim naturalmente, foi o conspirador XYZ. A seguir, nos horários previstos e seguindo a escala hierárquica estabelecida, foram chegando e chegaram todos os restantes. A única falha ficou a dever-se ao último conspirador a chegar (o XPTO) que se atrasou cerca de dois minutos e quase pôs em causa todo o plano. (Mas XPTO justificou-se: sentindo-se perseguido por um tipo cujas feições, óculos escuros e movimentos de braços lhe trouxeram à memória um pido que em tempos o interrogara, foi forçado a fazer uso de toda a sua experiência de despiste para se livrar do incómodo perseguidor que afinal era um sis. Daí o atraso.) Éramos apenas 6786 conspiradores e os disfarces utilizados permitiram que a reunião passasse despercebida. A reunião foi feita como não podia deixar de ser tratando-se de coisa subversiva; usando a minha condição de conspirador-mor transmiti aos meus subordinados, através de um megafone, todo o plano concebido para o Estádio Universitário. Claro que dei o ênfase necessário às consequências que teria, para o prevaricador, o eventual não cumprimento das instruções: execução sumária. Nessa altura e como estava previsto um relógio qualquer badalou uma meia-noite lúgubre e soturna. Vindo de

parte alguma o pio de um mocho carregou de silêncio a imensa Praça. Um raio riscou a noite e de imediato retumbou o esperado trovão. Tudo nos conformes.

Como viram, leram ou ouviram tudo correu de acordo com o plano: mal acabada a reconstituição da embaixada de D. Manuel ao Papa (iniciativa visivelmente gerada pela inteligência fulgurante e criativa do Palma Cavalão que manda na Comissão dos Descobrimientos) foi dada a palavra ao primeiro-ministro. Fiz o sinal combinado na Praça da Figueira (um triplo manguito) e a resposta dos 6785 conspiradores foi imediata e unânime. Na Ponte eu optara pela buzina, aqui preferi a assobiadela. Calado o discurso do primeiro-ministro, a missão estava cumprida. Celebrámos o êxito bebendo as cervejolas da praxe.

(E já que estou em maré de confidências, aproveito para informar que fui também eu que organizei a monumental via a Santana Lopes, no Campo Pequeno, na noite de 21.)

3. A contraconspiração

Fontes tão dignas de crédito como quaisquer outras garantem-me que ainda a assobiadela não ia em meio e já o primeiro-ministro convocava uma reunião de emergência do Governo. Do que se passou em tal reunião não possuo ainda um relato completo. Dizem-me no entanto que, à excepção do Ministro da Agricultura (que ainda não acabara o almoço iniciado no dia da tomada de posse) estavam presentes todos os outros: todos, reverentes, atentos, cabisbaixos, baixos, baixinhos, cada um mais baixinho do que os restantes.

Estamos perante uma conspiração organizada por um cérebro superiormente inteligente e maléfico - teria dito o primeiro-ministro a abrir o discurso agora possível. E teria acrescentado: o plano passa pela organização de sucessivas pequenas e médias subversões e visa culminar na subversão geral, na conspiração global. Reparem: vivemos no melhor dos Mundos, estamos à frente do pelotão da frente da CE, o meu nome é o mais prestigiado na Europa e no Mundo (aqui, o chefe olhou fixamente um dos ministros e repetiu: na Europa e no Mundo, mesmo tendo em conta o enorme prestígio



JOSÉ CASANOVA
Membro
da Comissão Política

Foi a oculta mãozinha que empurrou os estudantes para formas de acção inadmissíveis, que organizou greves e manifestações e cortes de estradas por trabalhadores de todas as áreas de actividade, que planeou e executou o bloqueio da Ponte 25 de Abril...

de Baladur ou de Clinton), cumpri tudo o que prometi na campanha eleitoral: acabei com o desemprego, com os salários em atraso, com o trabalho infantil, com as manchas de pobreza, com a fome; aumentei os salários a toda a gente, as reformas, as pensões e os abonos de família; dei à Cultura a Zita Seabra e o Filipe La Féria; resolvi os problemas da saúde, do ensino, dos transportes e dei uma casa a cada português; fiz florescer a agricultura e as pescas... cumpri tudo o que pro-

meti... porquê, então, esta conspiração? E como fazê-la abortar?

Um ministro, mais baixinho que todos os outros, teria alvitrado: E se propuséssemos uma alteração à Constituição no sentido de punir com penas de prisão todos os que, depois de eleitos, não cumprem as promessas de campanha eleitoral?

Não acho bem - teria discordado um outro ministro mais baixinho que o anterior -; parece-me melhor entalar o Guterres desafiando-o a incluir essa alteração na proposta do PS.

Entretanto, o primeiro-ministro reflectia distante do diálogo acima citado. De repente, exclamou: Descobri!

E perante o espanto expectante do Conselho de Ministros desvendou o seu pensamento: Se há uma conspiração em marcha vamos responder-lhe com uma contraconspiração! Tenho um plano. Podem sair.

Este homem é um gigante - sussurou o mais baixinho de todos os ministros ao ouvido de outro ainda mais baixinho do que ele.

Foi nesse momento que, segundo as minhas fontes, entrou na sala abruptamente de óculos escuros, carregando ainda mais o seu semblante carregado, um agente do SIS. Era portador de uma informação preocupante sobre o novo plano dos conspiradores - denominado «Minuto Conspirativo» - e que consistiria em organizar em todos os jogos do próximo campeonato de futebol um minuto de subversão antigovernamental, assim dividido: meio minuto de forte assobiadela, o restante meio aos gritos de «gatuno, gatuno».

4. A conspiração continua

Não confirmo nem desminto a informação do SISudo. Digo apenas e só: a conspiração continua.



Oposição cubana de Miami inicia viragem estratégica

■ Miguel Urbano Rodrigues

«O bloqueio agoniza e já se sentem os estertores da morte. Não poderá manter-se por muito mais tempo.» Chegou de Miami esta opinião. Foi expressa num artigo publicado pela Revista «Contrapunto», editada por emigrados cubanos. A previsão de que o bloqueio está prestes a terminar deve ser recebida com naturais reservas. São, contudo, muitos e diversificados os indícios de que a oposição ao cerco económico a Cuba aumenta numa dupla frente: em influentes sectores do *establishment* americano e entre as organizações cubanas que nos EUA combatem o regime socialista de Havana. Não terá sido por acaso que «Contrapunto» dedicou ao tema um extenso artigo (seis páginas) com um subtítulo inimaginável há um ano: «Miami abandona a idade das cavernas».

O acontecimento mais significativo de uma mudança radical na atitude da oposição cubana instalada na capital da Florida foi aquilo a que a imprensa local chamou «a aliança Mas Canosa — Jackson». A palavra aliança poderá ser inadequada para explicar o que se passou, mas o simples facto de o mais destacado dirigente da contra-revolução cubana se ter encontrado com um político liberal americano que condena o bloqueio e não esconde a sua solidariedade com o povo de Martí é elucidativo de que estamos perante uma viragem estratégica.

O multimilionário Jorge Mas Canosa comportou-se nos últimos quinze anos como o líder incontestado da oposição cubana nos EUA. Presidente da poderosa Fundação Cubano-Americana (FNCA), este homem de negócios de escassa cultura soube utilizar com habilidade o peso do voto dos seus compatriotas para adquirir considerável influência política no Sul da Florida. Durante os oito anos do consulado de Ronald Reagan e os quatro de George Bush, a FNCA, colada à Casa Branca, radicalizou-se, confundindo os objectivos económicos com os políticos. Mas Canosa tinha ac-

A viragem

No final do ano passado, Mas Canosa percebeu que tinha chegado a hora de romper com a sua política tradicional. A oportunidade surgiu em Outubro quando Armando Perez Roura decidiu disputar-lhe a liderança da oposição, em Miami. Perez cometeu muitos erros. Optou pelo apoio ostensivo aos movimentos contra-revolucionários terroristas; ameaçou os exilados que pretendiam visitar Cuba; anunciou que organizaria um boicote às importações colombianas se o governo de Bogotá não renunciasse a vender petróleo a Havana.

Mas Canosa aproveitou o momento para tomar distancia dos extremistas. A notícia do seu encontro com o reverendo Jesse Jackson, dirigente da Coligação Arcoíris, teve em Miami um impacto tanto maior quanto os preparativos foram realizados sigilosamente. Foi bem recebida pela maioria dos emigrados e em Washington não causou surpresa.

O rev. nada tem a perder, pois é um «homem de Deus», um pregador religioso cuja missão prioritária consiste em converter almas transviadas. Que melhor vitória do que chamar à razão uma ovelha tão violenta como o riquíssimo presidente da FNCA?

Mas Canosa também ganhou. Jesse Jackson pode facilitar-lhe a retomada do diálogo com a Administração e, sobretudo, funcionar como intermediário no diálogo com

res de emigrados manifestam-se agora publicamente, através da imprensa, da rádio e da televisão, pela revogação de uma lei ilegítima e contra outras medidas do Governo dos EUA que os impedem de ajudar como desejariam familiares residentes na Ilha.

Importância da solidariedade

A Lei Graham-Torricelli (*Cuban Democracy Act*, na nomenclatura oficial) não encontra hoje praticamente quem a defenda na própria Administração Federal. Condenada por duas Resoluções da Assembleia Geral da ONU (não respeitadas por Washington), pelo Parlamento Europeu, por numerosos parlamentares latino-americanos, por influentes organizações internacionais, por Igrejas e eminentes escritores e cientistas de todo o mundo — o bloqueio, pela sua desumanidade e por configurar um desafio ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas, tornou-se numa fonte de problemas para o Governo e o Congresso dos EUA.

Disseram-me em Nova Iorque que o senador Graham confessa estar arrependido de ter colaborado na redacção da Lei Torricelli e se encoloriza quando lhe recordam a posição que na altura assumiu no Congresso.

Os homens do Presidente têm consciência da inevitabilidade de uma revisão política cubana na Casa Branca. Mas a inércia pesa e Clinton, eternamente hesitante, não ajuda.

Tardiamente, o Departamento de Estado apercebeu-se de que as aná-

- Jesse Jackson encontra Mas Canosa
- Bloqueio condenado em todo o mundo

lises que previam o rápido colapso do regime cubano eram voluntaristas. Partiam do princípio de que o fim do socialismo na Europa arrastaria Cuba cuja dependência económica da URSS era maior do que a de qualquer outro país do ex-CAME. Essa aplicação simplista da doutrina do dominó não levava em conta o facto, fundamental, de que em Cuba se produzira e lançara raízes fundas uma Revolução sustentada pelo povo.

Mas os anos foram passando e Cuba não cedeu. A Ilha Socialista, suportando privações não imaginadas, sobrevive ao mais longo e cruel bloqueio da História. Como disse Fidel Castro, na sessão de Dezembro da Assembleia Nacional Popular, o ano 93 foi tão mau que não poderá haver outro pior.

É significativo que tanto em Washington como em Miami se admita já que Cuba não capitulará e que principia a subir a ladeira

numa lenta mas firme recuperação.

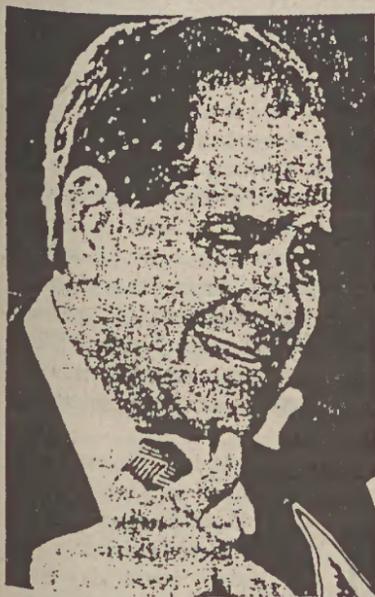
Daí o carácter obsoleto de um bloqueio, que tem o poder de gerar enormes prejuízos e sofrimentos, mas não atinge o objectivo estratégico e coloca os EUA no banco dos réus do tribunal da opinião pública mundial.

«Cuba sabe — transcrevo de «Contrapunto» de Miami — que pode resistir e recuperar e isso dá-lhe confiança para actuar. Está a caminho. A catástrofe não se produzirá. O mundo principia a não escutar Washington e a não obedecer às suas pressões. E Cuba actua com eficácia cada vez maior nesse quadro complexo, mas superável.»

Os emigrados de Miami pretendem agora que seja o próprio Congresso dos EUA a tomar a iniciativa de esvaziar gradualmente o bloqueio de significado. Impedir que a Lei Torricelli produza efeitos práticos será, porém, mais fácil do que obter consenso para a sua revogação.

Veremos, em breve, se essas previsões são confirmadas por factos. A esperança de que o bloqueio possa estar próximo do fim deve aliás funcionar como incentivo ao reforço da solidariedade internacionalista e não como factor de desmobilização. A tomada de consciência generalizada de que a Lei Torricelli configura um desafio à humanidade contribuiu inegavelmente para o isolamento dos EUA na sua política de cerco a Cuba.

É preciso persistir. O povo português tem motivos para sentir satisfação pelo facto de a Assembleia da República ter sido o primeiro parlamento da Europa a pronunciar-se pelo fim do bloqueio numa Resolução de iniciativa do Partido Comunista Português. Fazemos votos para que outros lhe sigam o exemplo.



Jorge Mas Canosa.



Jesse Jackson.

so fácil e directo a Reagan. Naquela época, os membros de organizações terroristas como Alpha 66 e Unidad Cubana, que defendem a invasão da Ilha, eram definidos pelo Presidente como «combatentes pela liberdade».

Seria, porém, uma ingenuidade concluir que as motivações ideológicas contribuíram para a frieza que, após a vitória de Clinton, passou a caracterizar as relações entre a Casa Branca e a Fundação de Mas Canosa.

Paradoxalmente, foi o próprio Clinton quem forçou Bush a assinar a Lei Torricelli antes do final do seu mandato. Agiu assim porque durante a campanha assumira publicamente em Miami esse compromisso, após receber, como candidato, um importante donativo das mãos de Mas Canosa.

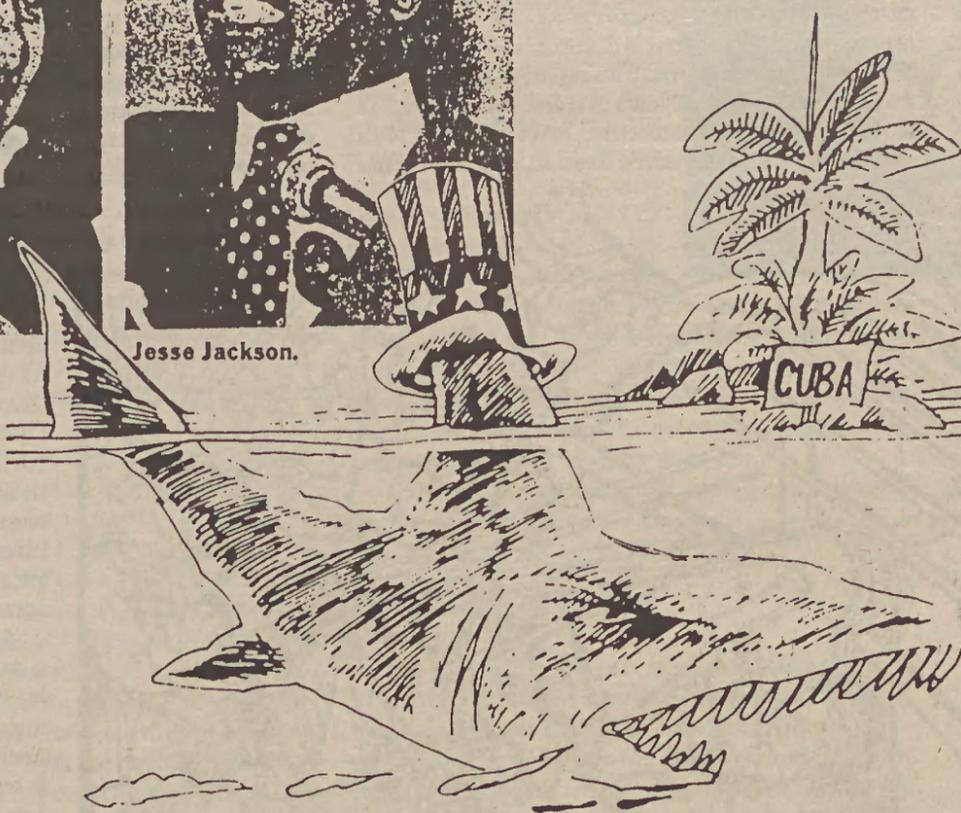
Esse financiamento ao Partido Democrata de pouco valeu à FNCA que fez um jogo duplo. Apesar da ginástica eleitoral, 82% dos votos cubanos na Florida beneficiaram George Bush.

Essa opção gerou sentimentos de rancor no Partido Democrata da Florida que decidiu castigar Mas Canosa. Em consequência das pressões exercidas, as portas da Casa Branca não voltaram a abrir-se ao Presidente da FNCA e quando Clinton visitou Miami, Canosa não foi sequer convidado para a mesa do Presidente no jantar de homenagem em que cada participante pagou 1500 dólares.

Havana. Não é segredo que Canosa tem feito tentativas para estabelecer contacto directo com os dirigentes do Governo Cubano. Até agora sem êxito. Numa entrevista ao *Miami Herald* — o jornal que antes amaldiçoava — fez questão de sublinhar a sua demarcação da ultradireita. A Fundação, disse, não quer a sua imagem confundida com a de «terroristas e bandidos».

Esta nova linguagem traduz o reconhecimento de que a nova geração de cubanos nascidos no exílio recusa hoje o anticomunismo cavernícola dos pais, postura da qual Mas Canosa foi durante anos o porta-voz.

Os jovens não somente estão desejosos de poder visitar Cuba como condenam o bloqueio. O mundo empresarial de Miami também desaprova a Lei Torricelli por identificar nela um obstáculo a negócios rendosos com a Ilha. O agravamento da situação alimentar em Cuba, longe de gerar satisfação entre os exilados, está a provocar sentimentos de indignação. Milha-



A Alemanha é um Estado confessional? (conclusão)

■ Rui Paz

Os Cavaleiros da Ordem de Santo Sepulcro

Após a derrota do nazismo, a reorganização do capitalismo alemão necessitou da reabilitação das grandes famílias de banqueiros e industriais, como os Krupps, os Siemens, os Tyssens... e do pagamento das suas responsabilidades no regime de terror hitleriano. A Igreja católica, onde não se verificou qualquer movimento significativo de desnazificação, uma vez que os bispos e cardeais que apoiaram Hitler, a guerra e o nazismo, e que silenciaram a exterminação dos judeus, conservou quase todos as suas dioceses, reunia as condições ideais para essa missão. Pelos factos históricos e pelos indícios que pouco a pouco vão escapando ao secretismo típico de Roma, pode-se dizer que o Vaticano e o episcopado alemão assumiram a tarefa difícil de ajudar os capitalistas alemães — beneficiários directos do nazismo, da indústria militar, da liquidação do movimento sindical, da escravização dos prisioneiros de guerra e dos presos políticos, da eliminação física de milhões de judeus e da expropriação dos seus bens —, a reconstituírem o seu poder político e económico abalado pela derrota militar e pela dissolução do partido nazi, NSDAP. Serão os partidos políticos confessionais, democratas cristãos, CDU/CSU, assistidos por instituições religiosas com ligação directa e discreta ao Vaticano, que irão desempenhar a difícil missão de salvar o capitalismo alemão após a derrota de Hitler.

Aquilo que na ditadura de Franco foi tarefa da Opus Dei, criar uma ligação íntima e discreta entre o capitalismo, a classe política do fascismo e o Vaticano, tudo indica ter sido na Alemanha desempenhado por uma outra Ordem: «Os Cavaleiros do Santo Sepulcro». Esta Ordem, cuja sede fica situada no Vaticano nas instalações do Hotel Colombo, é presidida actualmente pelo cardeal, da Curia, Giuseppe Caprio, o qual assegura a ligação directa ao Sumo Pontífice. À Ordem pertencem actualmente, além de personalidades de vários países como conhecidas figuras políticas da democracia cristã italiana ligadas à mafia e a loja P2 (Licio Gelli, Andreotti, Forlani...) cerca de 1000 cavaleiros alemães, igualmente inflamados cruzados da política e do mundo dos negócios quase todos ligados ou à democracia cristã ou à meios nacionalistas e de extrema-direita. O Santo Sepulcro, que já antes da fundação da República Federal da Alemanha, desempenhara um papel importante no reconhecimento internacional de Adolfo Hitler, através da intensa actividade diplomática entre o vice-chanceler do ditador von Papen, Cavaleiro da Ordem, e Pio XI, irá desempenhar um papel fundamental na aliança entre os meios alemães financeiros e a Igreja católica a seguir à guerra. Esta aliança pode considerar-se como um elemento fundamental e decisivo no surgimento de um novo estado capitalista alemão, a par de outros, como por exemplo o plano Marshall. Como não podia deixar de ser, o primeiro Chanceler alemão federal, Konrad Adenauer, será também membro do Santo Sepulcro. Membro do Santo Sepulcro será igualmente o banqueiro Hermann Josef Abs, responsável em 1938, na direcção do Deutsche Bank, pela «arianização» dos bens dos judeus, isto é, por uma das medidas mais importantes da perseguição religiosa implacável movida pelo nazismo aos judeus depois

das câmaras de gás, nomeadamente a expropriação dos seus bens e haveres. Abs será chamado por Adenauer em 1951 para negociar em Londres as dívidas de guerra alemãs, numa medida descarada de reabilitação. O Bunderstag será obrigado a fazer mais tarde uma lei especial «Lex Abs», limitando a 12 por pessoa a participação máxima em conselhos de administração e fiscais de empresas, uma vez que este «irmão cavaleiro», presidente da direcção do «Deutsche Bank» com funções em vários grémios do Vaticano e que em 1971 chegará a ser mesmo o Superior Geral do Santo Sepulcro para a Alemanha, acumulará no auge do seu poder nada mais nada menos do que trinta postos de direcção em empresas e bancos.

Em 1957, o Papa nomeia mais alguns cavaleiros do Santo Sepulcro, entre eles o director geral da Volkswagen. O arcebispo Jäger de Paderborn, que quando capelão nas divisões de Hitler, falava de uma luta em defesa da cristandade, e mostrava simpatia pela expressão nazi de «slawischen Untermenschen» (eslavos seres de segunda classe), pregou nessa ocasião que «os ideais de cruzada da Ordem têm de ser prosseguidos numa nova forma adaptada à época».

Na secção alemã do Santo Sepulcro, ressaltam como membros, a par de figuras da vida política, da indústria e militar, principalmente os banqueiros, apesar de outras profissões como juizes, procuradores da República, directores de televisão e editores de grandes jornais se encontrarem igualmente bem representados. Kurt Hochheuser, membro do conselho de administração do «Commerzbank», o terceiro maior banco alemão, é cavaleiro do Santo Sepulcro e pertence à secção de Düsseldorf, assim como Heinz Kriwet, presidente do conselho de administração da Tyssen AG, com um rendimento pessoal anual de 1,7 milhões de marcos (aproximadamente 170 000 contos). A esta quantia há que acrescentar mais oitenta mil marcos, uma vez que ele faz parte do conselho fiscal do seu irmão de Ordem, Hochheuser, no Commerzbank, onde se cruza casualmente com um outro cavaleiro, Erhard Bouillon, antigo membro do conselho de administração da Hoechst, um dos gigantes da indústria química mundial, e hoje presidente do seu conselho fiscal. Bouillon pertence, aliás, à secção do Santo Sepulcro de Frankfurt, onde se encontra com Rudolf Bossle, um outro irmão, antigo director da Nestlé, conhecido por «Mister Nescafé». Quando, em 1988, Bossle se retirou dos seus postos de direcção, escreveu o «Frankfurter Allgemeine Zeitung» que «a presença do chanceler Helmut Kohl na recepção de despedida foi uma manifestação de gratidão pela ajuda prestada nas campanhas eleitorais». Uma das personalidades mais influentes da ordem, cuja composição é acompanhada de um rigoroso secretismo, parece ser Heinrich Maria Graf Henckel von Donnersmarck, o qual actualmente se chama

«Augustinus». Augustinus foi nomeado, em 1967, Cavaleiro do Santo Sepulcro pelo Cardeal da Curia, Eugène Tisserant e mais tarde ordenado padre pelo mesmo Cardeal. Augustinus dirige o «Büro» católico junto do governo da Renania-Vestefália, e distribui entrevistas e conselhos em revistas económicas. Entre os seus amigos pessoais contava-se Alfred Herrhausen, chefe do «Deutsche Bank», assassinado há poucos anos.

Ao lado de figuras como, por exemplo, Hans Heinrich Fassbender, antigo presidente do conselho de administração da ARAG AG, uma das maiores companhias seguradoras jurídicas da Europa, parecem ser no entanto os banqueiros o grupo mais bem representado na Ordem. Assim, alguns bancos como, por exemplo, o «Bayerisch Hypotheken-und Wechselbank» poderiam prescindir totalmente das reuniões dos conselhos de administração, fiscal, etc., na medida em que os seus membros mais importantes se encontram mensalmente na reunião do Santo Sepulcro em Munique. Além do presidente do conselho de administração, Eberhard Martini, e do membro da direcção Hans Hubert Friedl, este banco da Baviera está representado na Ordem com um total de oito membros. Por casualidade, foi detectada, em 1972, em Munique uma tentativa do austríaco Leopold Ledl para encomendar junto da mafia americana acções no valor de 950 milhões de dólares. Ledl, que hoje vive com uma nova identidade, numa vivenda totalmente blindada em Viena, afirma que recebeu essa missão do Cardeal, de Curia, Tisserant, nessa altura grande mestre da Ordem.

Do Santo Sepulcro alemão fazem parte, como não podia deixar de ser, vários bispos e arcebispos alemães como, por exemplo, os arcebispos de Fulda, Johannes Dyba, capelão das forças armadas, ou o de Paderborn, J.J. Degenhard, o qual tem tido o apoio do cardeal Ratzinger e de Roma na perseguição implacavelmente que tem movido ao maior teólogo alemão da actualidade, Eugen Drewermann.

O Santo Sepulcro funciona assim como uma associação secreta de bispos e banqueiros e por isso não é de estranhar que a própria conferência episcopal alemã tenha enviado, em 1980, uma carta a Helmut Schmidt, apresentando como suas as preocupações do «Deutsche Bank» e dos meios financeiros pelo endividamento do Estado ter atingido nessa altura cerca de 660 mil milhões de marcos.

O «Spiegel» chamou recentemente à atenção para o facto de a dívida do Estado, com o governo de Kohl, atingir neste momento já dois mil milhões de marcos e o episcopado alemão não ter ainda manifestado a sua preocupação. HJ Vogel, antigo dirigente do SPD, acrescentou, porém, perante o montante extremamente elevado da dívida, não chegaria uma carta do episcopado mas seria necessária pelo menos uma encíclica do Papa.

No entanto, é absolutamente compreensível que a Igreja alemã, através do seu episcopado, tenha, em 1980, advertido Helmut Schmidt, e assim lembrado o seu direito de tutela sobre a economia e o Estado, e assinalado que os sociais democratas, partido do então Chanceler, não devem ter muitas veleidades. A social democracia alemã pode sentar-se à mesa do banquete mas tem de respeitar as leis da Igreja e do capitalismo, o que, aliás, diga-se de passagem, tem acontecido.

Sobretudo depois do Congresso de Bad Godesberg (Novembro de 1959), onde os sociais-democratas alemães fizeram a sua conversão definitiva ao capitalismo, deixaram de ser considerados pela Igreja como seus principais inimigos juntamente com os judeus e os comunistas ao contrário do que aconteceu na primeira metade do século vinte, em que o ódio e a intolerância religiosas cultivadas pela Igreja e pelo capitalismo alemães conduziram directamente à instauração do nazismo.

Depois disso até já foi dada à social democracia alemã a possibilidade de governar um Estado que, segundo o destacado pastor pacifista alemão Martin Niemöller, é «uma criança gerada no Vaticano e nascida em Washington».



A Igreja e a Europa

■ Jorge André

Agora que assentaram as poeiras levantadas pelas recentes eleições para o Parlamento Europeu, chegou a altura de prestarmos alguma atenção a certos sinais de mudança nas posições comunitárias da hierarquia católica portuguesa

Seria, certamente, arriscado afirmar-se que nos encontramos em presença de uma acentuada alteração de perspectivas. É preferível, com efeito, admitirmos que está em curso um simples realinhamento das disposições europeias assumidas pela Conferência Episcopal. De qualquer modo, a verdade é que, nos meses mais recentes, a atenção dos observadores ficou presa à mal contida amargura revelada nas observações de alguns bispos sobre o actual processo de reconstrução europeia. Curiosamente, estas tomadas de posição registaram-se ainda a campanha eleitoral para o PE estava no seu auge.

Recordemos que, há coisa de dez anos, em Março de 1985, a hierarquia da Igreja considerou, a uma só voz, que a adesão dos dois estados ibéricos à CEE tinha constituído um passo capital do mundo católico no sentido da rápida passagem da «Europa de Mercado», puramente economicista, a uma «Europa da Fé», herdeira das tradições culturais e místicas dos povos do Velho Continente. Admitiam os bispos — utopicamente, como depois se pôde ver — que se a competitividade capitalista, a livre iniciativa, respeitasse as regras sociais e os direitos do homem, então o objectivo inicial do lucro sublimar-se-ia e acabaria por gerar, a curto prazo, renovadas normas cristãs de vivência colectiva e solidária.

Nada disto se verificou. Agora, o episcopado, entre alarmado e desiludido, começa a sentir ser necessário um maior distanciamento do poder secular e uma inflexão de estilo do seu discurso habitual.

Dez anos de desilusões

Compreendamos, friamente, que tal como qualquer outra equipa dirigente, as posições do episcopado católico nunca são exclusivamente determinadas por considerações de ordem espiritual ou ideológica. Quando, por exemplo, a Igreja tem de resolver problemas económicos, os bispos procuram ser pragmáticos, como quaisquer outros gestores, aplicando, a favor da defesa dos interesses católicos, leis de mercado que, em si mesmas, são genéricas e amorais. É esta uma das vertentes do processo que relaciona, actualmente, a Igreja e a Europa.

Mas seria estreiteza de visão pretendermos que as motivações da hierarquia católica são estritamente materiais. Aos bispos europeus nem de longe são alheias as perspectivas culturais e humanistas que a doutrina social da Igreja exprime claramente mas que se chocam, a cada passo, com os comportamentos reais da própria Igreja.

Vai para dez anos, em Março de 1985, a Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia — organismo de topo das estruturas católicas na CEE — dirigia aos presidentes das Conferências Episcopais de Espanha e Portugal uma carta de felicitações, depois tornada pública. Nela, os bispos europeus descreviam os seus sentimentos de fraterna alegria pela adesão dos estados ibéricos à CEE declarando, a certo passo da epístola: «É natural que também vos interroguéis sobre se esta integração europeia não comportará um certo risco para os valores que constituem a vossa identidade histórica, cultural e espiritual (...) Pode-se afirmar que a entrada dos vossos dois países na Comunidade deveria ser uma ocasião privilegiada para nos deixarmos interpelar acerca dos nossos juízos e hábitos e para nos abriremos a horizontes novos. Nós mesmos, como Bispos, sentimo-nos responsáveis nestes domínios. Como já o afirmámos várias vezes, é nossa missão denunciar os egoísmos, individuais ou colectivos, para fazer com que apareçam as dimensões de uma mais ampla solidariedade. Espanha e Portugal já a vivem, no seio do Conselho da Europa: a Comunidade inteira beneficiará desse facto.»

É um documento histórico. Na carta surgem, a espaços, apontadas as esperanças contraditórias que a Igreja depositava na CEE: o regresso aos tempos de Carlos Magno, a solução dos problemas financeiros do Vaticano, a expansão da Fé, a pacificação e prosperidade dos povos da Europa, etc.

Os bispos europeus procuravam combinar, nessa altura, dois projectos que supunham poder fazer avançar em paralelo:

o do domínio laico dos mercados, sem injustiça social; e o da expansão da igreja católica, iniciativa arriscada e ambiciosa que João Paulo II viria a anunciar, quatro anos mais tarde, na famosa jornada de Santiago de Compostela.

Dez anos volvidos, começa a ser evidente para a própria hierarquia que nenhum dos projectos é praticável.

As injustiças sociais, o desemprego, a exclusão e a fome alastram por toda a Europa. Os países continentais menos desenvolvidos tendem a transformar-se em novas colónias dos países ricos. Regressam as velhas ideias do poder «natural» dos estados do centro sobre os da periferia. A miséria surge onde nunca existiu.

Os sonhos de expansão do Vaticano, corporizados em João Paulo II, representaram um estrondoso fracasso religioso. A cruzada anti-comunista baptizada como «Nova Cristianização da Europa» e reclamando um espaço tão extenso como aquele que vai do Atlântico aos Urais, apenas contribuiu decisivamente para separar e opor velhas nações e difundir a pobreza, a xenofobia, o sectarismo, o obscurantismo e a morte.

Nos últimos dez anos, os bispos europeus — nomeadamente os bispos portugueses — foram desbaratando tempo e oportunidades. Bastaria recordar-se, para provar que assim foi, o texto já citado da carta episcopal de 1985: «Os desafios lançados pelo alargamento da CEE poderão ser ultrapassados? Nós julgamos que sim, como de resto

muito responsáveis políticos que sublinham, para além das dificuldades, a "aquisição comunitária". Ninguém pode negar, por exemplo, que a Comunidade, além do surto económico, favoreceu um melhor entendimento e compreensão entre os povos que durante tanto tempo só tinham compreendido no passado. Deste modo, a paz na Europa foi melhor preservada.»

Nada mais falso, como depois se viu, do que esta conclusão apressada dos bispos católicos europeus.

Os caminhos da Europa

Não é, seguramente, falta de informação aquilo que afecta a Conferência Episcopal Portuguesa. Uma prova recente de que os seus conhecimentos são bons e actualizados pode ser fornecida pela «declaração» que a CEP fez recentemente distribuir acerca da realização do acto eleitoral para o PE: «A Europa não pode construir-se na prosperidade de uns à custa do desemprego e da exclusão social de outros. É inadmissível que na Europa da modernidade e do progresso económico vivam mais de 50 milhões de pessoas em situação de pobreza. É igualmente inaceitável o número de desempregados (cerca de 20 milhões), particularmente de jovens e mulheres. A força económica e política da Europa residirá, sempre, na sua estrutura moral, assente nos valores da justiça, da solidariedade e da cooperação. Também não pode admitir-se uma divisão internacional de trabalho que distribua desigualmente, não apenas as condições de vida mas, também, as possibilidades de participação no desenvolvimento de todos, convertendo os mais ricos em produtores exclusivos daquilo que os mais pobres consomem. A distribuição equitativa da riqueza, posta por Deus ao serviço de todos, não pode deixar de traduzir-se na distribuição equitativa das capa-



idades produtivas, de acordo com as potencialidades de cada região e de cada povo, e com a distribuição equitativa dos rendimentos respectivos.»

Lê-se, concorda-se mas até custa a acreditar que esta seja a mesma Igreja portuguesa, a mesma hierarquia que, durante tanto tempo tem alinhado ao lado dos ricos e dos poderosos. Sinais dos tempos e alteração profunda de posições? Ou simples sobressalto epidérmico das consciências?

É cedo para que as palavras dos bispos possam ser descodificadas. A pressa, nestes casos, é sempre má conselheira.

Mas uma coisa é certa. As portas daqueles que, como nós, sentem «fome e sede de justiça» continuam abertas de par-empar para todo o povo católico, enganado e desprotegido, e para tantos quantos dos seus pastores sentirem que a doutrina social da Igreja apenas se poderá concretizar em diálogo franco e aberto com o mundo.

Em Portugal — no Alentejo, em Setúbal, no Vale do Ave, na Madeira, nos Açores, nos bairros degradados em todo o país — há milhares de pessoas, crentes e não crentes, a passar fome, a dormir na rua e a cobrir-se com farrapos. E custa a entender que, à consciência de que isto acontece e que é imperioso pôr termo a tal situação, um católico, um responsável, um pastor, um bispo, sobreponham ao exercício organizado da caridade o espírito de intriga dos corredores palacianos e o obscurantismo de preconceitos que nada têm a ver com a sua religião.

No nosso país nenhuma força, isoladamente, pode instalar as bases de uma sociedade futura livre, justa e equilibrada entre os valores culturais que recebeu a necessidade de melhorar e progredir no tempo.

Bom seria que a hierarquia católica portuguesa acordasse de vez para estes deveres que a própria ética cristã impõe.

PONTOS CARDEAIS

Afiar a faca

Este Verão está a aquecer demasiado para Governo, PSD e laranjas de modo geral. Não só se mostram nervosos uns com os outros e as lutas de barões e baronetes sobem de tom, como cham e rangem bélicos metais contra todos os outros, no meio de apupos, críticas e protestos da «sociedade civil». Depois de desfeiteados por jovens num estádio, Cavaco correu à Rússia, refrescar-se, afastar-se mais uma vez destes calores lusitanos, numa espécie de retiro ao Pulo do Lobo... das Estepes. Ao voltar terá de haver-se com as intempestivas declarações de Jardim, que exorta os correlegionários a «afiar as facas» e a «limpar as armas», num combate anunciado cujo inimigo não está ainda muito bem definido. Definido está, porém, o inimigo das «fontes policiais» que o «Expresso» aponta com um indiscreto dedo acusador — os comunistas são os inimigos a abater... na Ponte, em princípios de Setembro. É que, segundo o prestimoso semanário cavaquista, as suas «fontes», discípulas certamente de Ângelo Correia que denunciava há anos insurreições «de pregos», acusam «agitadores» de virem a «utilizar materiais de metal para agredir a polícia». E ainda agora as portagens vão no adro...

FRASES da SEMANA

«Claro que fui buscar pessoas conhecidas para trabalharem comigo. Desconhecidos já eu tenho cá.»

«(Valentim Loureiro a «O Independente», sobre acusações que lhe faz a oposição na Assembleia Municipal de Gondomar, 22.07.94)

«E essa acusação de isto ser a sede da Liga é falso. Ligas, aqui na Câmara, só as que as meninas usam.»

«(Idem)

«Tanto a segurança da própria JAE como a GNR vão estar de prevenção, para evitar esquemas organizados de bloqueio que agora seriam desastrosos.»

«(Em «O Independente», 22.07.94)

«Estamos a prever que alguns manifestantes tudo farão para criar uma grande confusão. Temos indicações que nos permitem concluir que alguns agitadores poderão utilizar materiais de metal para agredir a polícia.»

«(Misteriosa «fonte policial» ao «Expresso», 23.07.94)

«Temos situações muito parecidas. Em Portugal, num período de 10/15 anos, conseguimos dar uma volta total e hoje estamos praticamente tão evoluídos como qualquer outro Estado da União Europeia.»

«(Cavaco Silva na Rússia, a explicar as semelhanças, em «Diário de Notícias», 23.07.94)

«Voto no PS mesmo se ele não merece.»

«(Alfredo Barroso em entrevista a «O Independente», 22.07.94)

«O Governo e o PSD devem poupar o Primeiro-Ministro a cerimónias públicas em que não seja essencial a sua presença e em que haja riscos desnecessários de manifestações desfavoráveis.»

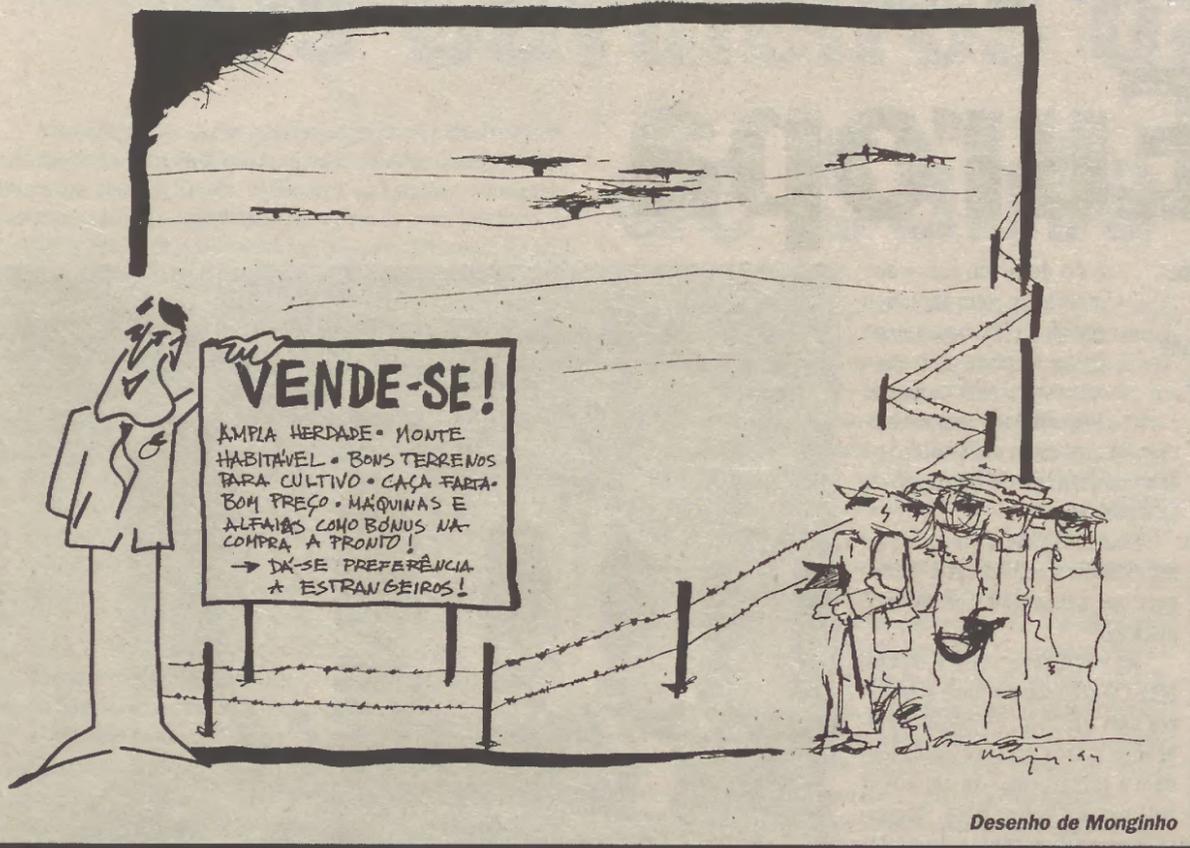
«(Conselho de Marcelo Rebelo de Sousa, no «Diário de Notícias», 25.07.94)

«Cavaco Silva foi apupado no Estádio Universitário de Lisboa. A coisa começa a tornar-se um hábito.»

«(Em «A Semana», de Constança Cunha e Sá, «O Independente», 22.07.94)

«Se a gente amolece, eles vão querer destruir-nos. Meus amigos, afiem as facas, limpem as espingardas. Vamos outra vez ao combate!»

«(Alberto João Jardim em comício madeirense, «Diário de Notícias», 25.07.94)



Desenho de Monginho

PONTOS NATURAIS

Torresmo

No rescaldo de umas eleições e na preparação doutras, começa a televisão a sofrer de ministrite aguda. Só que: antigamente, eram só duas estações, agora são quatro. Basta um ministro ir, e logo todas vão. Todás. Não porque ele tenha algo de importante a dizer. Apenas porque é o ministro...

Bom, também não será tanto assim. Sempre valeu a pena ouvir, longamente ouvir, o ministro Dias Loureiro, a propósito dos próximos incêndios que já estão na forja, ouvi-lo dizer que o Governo tem uma estratégia bem clara: detectar o fogo e agir com rapidez. Genial!

Portugal pode vir a transformar-se num torresmo? Pode. Mas nada de pânico. Estratégia já existe.

repente vai para o Governo. Isto é um mau exemplo, porque parece que o trabalho político dentro dos partidos, organizada e disciplinadamente, dá êxito. Isto é carreirismo, em vez de carreira. É a responsabilização perante o líder, em vez da responsabilização perante o povo.

(Basílio Horta, TVI)

Vozes

Jornalista — No PSD, não se levantam vozes contra Cavaco Silva?

Ângelo Correia — Intimamente, muitas. Expressamente, muito poucas.

(Na TVI)

Actualidade

Em Maio, partiu o último autocarro para a Suíça, para a apanha do morango, em troca de 300 contos que hão-de chegar até final do ano. Escravos no estrangeiro, debaixo de uma regra suíça que mesmo assim é melhor do que andar aos cardos.

No Alentejo, a única coisa que sabem fazer já não dá trabalho a ninguém. Aos desempregados agrícolas, juntam-se agora os regressados da crise da cintura industrial de Lisboa.

O Alentejo transforma-se em armazém de desempregados, gente a jogar às escondidas com a fome, a viver ao lado dos novos-ricos da província, os que vieram de fora e aqui montaram casas de luxo, à sombra da pobreza da terra.

O Alentejo tem cada vez mais esta sina: os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres.

(Pedro Coelho, Jornal da SIC)

Mário Castro

Depoimento

Há pouca gente a fazer política com independência. Podem contar-se pelos dedos as pessoas que não dependem do Estado nem da política para viver e que estão a fazer política. O que é que acontece? Acontece que a fidelidade que se deve ao eleitorado passa a dever-se ao chefe. Ou seja, começa a haver uma personificação dentro do partido que leva, por um lado, a crises democráticas internas, e por outro lado a um afastamento consciente da realidade. Quando a crítica é feita, geralmente leva à exclusão, o que não incentiva as pessoas a fazerem críticas, sob pena de ficarem com as suas carreiras cortadas. Veja-se o que aconteceu recentemente.

Viu-se o subsecretário da Educação, o senhor Carlos Coelho, um jovem, creio que tem o décimo segundo ano, cujo currículo é o trabalho na Juventude, e de



Velhas tecnologias

A planificação é palavra vã nesta terra de cavaquismo. Inauguram-se melhoramentos antes de concluídos, pagam-se pontes antes que estas comecem a erguer-se, mostram-se tecnologias antes que realmente possam funcionar. As fotos mostram um novo marco do correio, todo catita e automático, daqueles que vendem selos e tudo. Nesta rua, há meses, havia um velho marco, que foi arrancado sem dó nem piedade para ser implantada esta maravilha tecnológica. Só que, há meses, espera pela ligação à rede eléctrica. O que ali funciona é tão velho quanto o velho marco do correio...

Vamos construir a Festa!

Vamos lá ao trabalho! Nenhuma das festas do «Avante!», ao longo dos anos, se ergueu sem o seu mais importante contributo que faz dela uma festa impar — o trabalho voluntário!

Realização em que se põe à prova a capacidade de organização dos comunistas, a sua imaginação, empenho, solidariedade, visão cultural e política, a festa tem sido também o fruto da dedicação dos militantes que a constroem. Há muitos anos que é assim. Como o recordam estas fotos de 1976, 77, 78 e 79...

Este ano assim tem sido e vai continuar!



Música, teatro, dança,
 artesanato, exposições

Festa da Terra e do Mar

dias 5 e 6 de Agosto, no Castelo de Sines

Promovida pela Organização da Concelhia de Sines do PCP, a Festa da Terra e do Mar arranca no próximo dia 5 de Agosto, pelas 22.30, no Castelo de Sines, com a actuação de Pedro Abrunhosa e os Bandemónio.

Será sem dúvida uma abertura em cheio uma vez que esta banda conhece uma popularidade crescente, como o provam as enchentes constantes nos concertos e as vendas recorde do álbum denominado «Viagens», que é já disco de ouro. Para assistir ao espectáculo dos Bandemónio basta comprar o bilhete à venda pelo preço acessível de mil escudos. A programação musical anuncia ainda os «Jack e os Estripadores» para o dia 6 de Agostos, pelas 22.30, no mesmo recinto.

Esta é uma banda «Rockbilly» de Lisboa que participou recentemente no concurso de Música Moderna da CM do Seixal - SeixalRock 94 - e no Festival da Liberdade, promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

A Festa da Terra e do Mar oferece ainda aos visitantes espectáculos de teatro e dança, bem como exposições estando também à venda artesanato regional. O espaço Juventude será dedicado à solidariedade com Cuba, à luta contra a incineradora e evocará igualmente a Festa do «Avante!».

A iniciativa vai ainda homenagear o camarada José Pacheco, antifascista falecido em Maio deste ano, com sessões de poesia, música, teatro, slides e uma acção simbólica.

Assembleia da Organização de Riba de Ave

Situação política
 Organização e tarefa dos comunistas
 Eleição da Comissão de Freguesia

Sábado, dia 30, às 21h
 no CT de Riba de Ave

Plenários de militantes em Sintra

• Algueirão

Hoje, 5ª feira, 21h30, CT de Algueirão
 com a participação do camarada
DOMINGOS ABRANTES

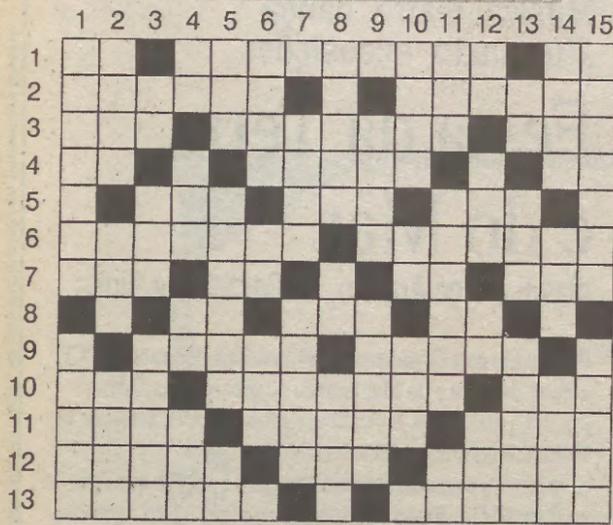
• Cacém

Sexta, dia 29, 21h30, CT do Cacém
 com a participação do camarada
HENRIQUE DE SOUSA

• Rio de Mouro

Sexta, dia 29, 21h30, CT de Rio de Mouro
 com a participação do camarada
ROMEU DO ROSÁRIO

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Batráquio; célebre ministro do Luís XIII; nome da letra r. 2 - Interior e profundo; macacos. 3 - Filtra; plantios de oliveiras; mil e seiscientos romanos. 4 - Art.; de viva voz; Ouro (s.q.). 5 - Nome de mulher; suf. de qualidade; árvore cuja casca aromatiza o vinho. 6 - Conteve; peregrino. 7 - Freg. do conc., de Oliv. do Bairro; satélite de Júpiter; nota musical; com saúde. 8 - Qualquer; lírio; Gálio (s.q.). 9 - Metal branco; período histórico. 10 - Ligue; protector das artes e letras; letra grega no pl. 11 - Numeral ordinal; no céu podem ser maior ou menor; vereadores. 12 - Muçulmano; patrão; valor de uma coisa. 13 - Espécie de paio; celibatários.

VERTICAIS: 1 - Nome de homem; colinas de areia. 2 - Idade; dialecto românico falado a Norte de França; engenho de tirar água. 3 - Bastal; patroa; vela de moinho. 4 - Troça; juntei; antiga cidade da Caldeia; mangueira do Gabão. 5 - Íntimo; encorajam; prep. 6 - Regaço; o dormir das crianças; pertence-te. 7 - Encolerizou; fecha com lacre. 8 - Cidade amuralhada alentejana; Lírio (s.q.); ao acaso. 9 - Dar ais; defeito. 10 - Divindade egípcia; art.; meio pastor. 11 - Aqui estão; companheiros; pago (abrev.). 12 - A unidade; mulher com filhos; Actínio (s.q.); pertencia. 13 - Pref. neg.; rio que banha Leiria; estão em chama. 14 - Círculo; chefe etíope; escuto. 15 - Escondidos; restos mortais.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

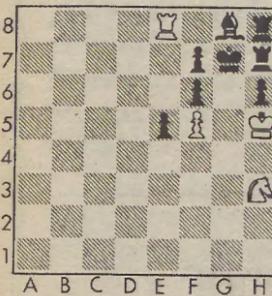
HORIZONTAIS: 1 - Queluz; Amadora. 2 - Imolam; abalar. 3 - Óó; ia; sortes; Sr. 4 - Luar; leal. 5 - Laia; oram. 6 - As; Sintra; úmero. 7 - Amante; igreja. 8 - El; ocaras; agami. 9 - Eram; aves. 10 - Cego; amor. 11 - Ou; vê; bravos; aí. 12 - Saloio; emigra. 13 - Sereis; clamais.

VERTICAIS: 1 - Volga; escol. 2 - Ou; Sal; eu. 3 - Ui; ao; Ag; se. 4 - Emir; são; Ovar. 5 - Loia; lince; ele. 6 - Ul; cântaro; oc. 7 - Zás; itera; bis. 8 - Molar; amaro. 9 - Ré; ais; má. 10 - Matas; móvel. 11 - Abel; ura; Roma. 12 - Dás; ómega; sim. 13 - Ol; arejava; Ga. 14 - Rãs; arame; Ari. 15 - Arrumo; Isafas.

XADREZ

CDLXX - 28 DE JULHO DE 1994 PROPOSIÇÃO Nº 1994X053 Por: P. A. ORLIMONT Tägliche Rundschau, 1921

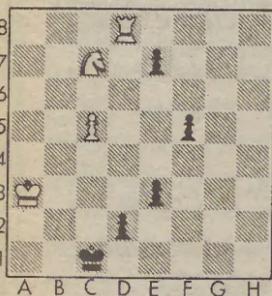
Pr: [8]: Ps. e5, f6, f7, h6 - Bg8 - Ts.h7, h8 - Rg7 Br: [4]: Pf5 - Ch3 - Te8 - Rh5



Mate em 7 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X054 Por: VITALI ALEXANDOVITCH CHEKHOVER Shakhmaty da URSS, 1936

Pr: [5]: Ps. d2, e3, f5, e7 - Rg1 Br: [4]: Pf5 - Cg7 - Td8 - Ra3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXX

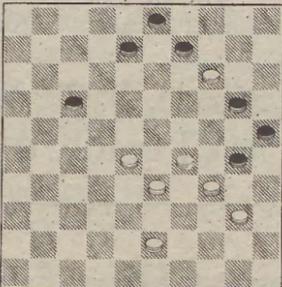
Nº 1994X053 [P.A.O.]: 1. Cf2! e 2. Cg4 e 3. T. e3 e 4. C.f6, Rg7: 5. Cg8+ e 6. f6, Tg7: 7. fg7++ Nº 1994X054 [V.A.C.H.]: 1. Cb5!, e2: 2. T.d2, e1-d: 3. Cd4!, De5: 4. Ra2!! e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXX - 28 DE JULHO DE 1994 PROPOSIÇÃO Nº 1994D053 Por: ETIENNE BOISSINOT - Fr., 1929

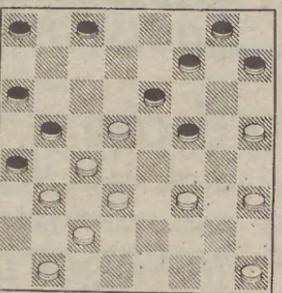
Pr: [7]: 3-8-9-17-20-25-30 Br: [7]: 14-28-29-33-34-40-43



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D054 GOLPE Nº 79 Por: MÁRIO DINIS VAZ - Almada, 18.VIII.1957

1. 10-14, 22-18: 2. 5-10, 23-20: 3. 12-15, 27-22: 4. 8-12, 20-16: 5. 2-5, 28-23: 6. 10-13, 23-20: 7. 6-10, 30-27: 8. 13-17, 18-13: 9. 9-18, 22-6: 10. 3-10, 27-22: 11. 14-19, 21-18: 12. 5-9 DIAGRAMA



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXX

Nº 1994D053 [E.B.]: 1. 28-22, (17x48-D); 2. 29-24!, (30x10): 3. 40-35, (48x30): 4. 35x2-D+ Nº 1994D054 [M.D.V.]: 12. 18-14: 13. 11:27, 20:11: 14. 7:14, 31:8+

A. de M. M.



TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: BÃO (peça infantil), de João Mota. Café-Concerto: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: EL GRANDE DE COCA-COLA-PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. O TEMPO E O QUARTO, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO DO BAIRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DIÁLOGOS SOBRE A PINTURA NA CIDADE DE ROMA, textos de Francisco de Holanda, encenação de Christine Laurent, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sala Um - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: A CANTORA CARECA, de Ionesco, encenação de Helder Costa. Sala Nova - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: DE BRAÇOS

ABERTOS, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDE-RELLA revista à portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. 10 ELEVADO A -43 - EXTASIS, de Christiane Torloni e José Possi Neto.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBIS.

FILMES

QUINTA, 28

Capitão de Castela

«Captain from Castile» (EUA/1947). Real.: Henry King. Int.: Tyro-ne Power, Jean Peters, Cesar Romero, Lee J. Cobb, John Sutton. Cor, 135 min. Aventura. (13.55, TV 2)

Bandidos

«Achtung! Banditi!» (It./1951). Real.: Carlo Lizzani. Int.: Gina Lollo-brigida, Andrea Checchi, Lamberto Maggiorani, Giuliano Montaldo. 102 min. (14.30, SIC)

Em Busca da Princesa Desaparecida

«Options» (EUA/1988). Real.: Camilo Vila. Int.: Matt Salinger, Joana Pacula, John Kani. Cor, 89 min. Comédia. (00.25, Canal 1)

SEXTA, 29

Massacre

«Seminole» (EUA/1953). Real.: Budd Boetticher. Int.: Rock Hudson, Barbara Hale, Anthony Quinn, Richard Carlson, Hugh O' Brian, Lee Marvin. Cor, 98 min. «Western». (13.55, TV 2)

A Guerra de Inverno

«Talvisota - Winter War» (Finlândia/1989). Real.: Pekka Parikka. Int.: Vesa Vierikko, Timo Torikka. Drama. (14.30, SIC)

O Limite do Terror

«Watchers» (Can/1988). Real.: Jon Hess. Int.: Michael Ironside, Corey Haim, Barbara Williams, Lala, Dale Wilson. Cor, 87 min. «Thriller» (00.15, Canal 1)

Quando o Coração Canta

«With a Song in My Heart» (EUA/1952) Real.: Walter Lang. Int.: Susan Hayward, Rory Calhoun, David Wayne, Thelma Ritter, Robert Wagner. Cor, 109 min. Melodrama (00.45, Quatro)

As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant

«Die Bitteren Tränen der Petra Von Kant» (RFA/1971). Real.: Rainer Werner Fassbinder. Int.: Margit Carstensen, Hanna Schygulla, Irm Hermann. Cor, 106 min. Ver Destaque. (01.20, SIC)

SÁBADO, 30

O Rapaz Atômico

«Living It Up» (EUA/1954). Real.: Norman Taurog. Int.: Jerry Lewis, Dean Martin, Janet Leigh, Edward Arnold, Fred Clark, Sheree North. Cor, 91 min. Ver Destaque. (12.00, TV 2)

Não Há Nada

Que Não Me Aconteça

«Why Did You Pick On Me?» (It/1980). Real.: Michele Lupo. Int.: Bud Spencer, Gary Guffey, Robert Hundar. Cor, 93 min. «Western» (15.10, SIC)

Robín dos Bosques: A Maior Aventura

«Robin Hood's Quest for the Crown» (GB/1991). Real.: Robert Day. Int.: Richard Greene, Bernardette O' Farrell, Patricia Driscoll, Alan Wheatley. Cor, 95 min. Aventura. (15.35, Canal 1)

Krull - Além da Imaginação

«Krull» (EUA/1983). Real.: Peter Yates. Int.: Ken Marshall, Lysette Anthony, Freddie Jones, Francesca Annis. Cor, 122 min. Fantástico. (17.00, Quatro)

O Profissional

«Le Professionnel» (Fr/1981). Real.: Georges Lauther. Int.: Jean-Paul Belmondo, Robert Hossein, Jean Desailly, Elysabeth Margoni. Cor, 101 min. Policial. (21.15, TV 2)

Inferno Negro

«Lessons of Darkness» (Fr-GB-Esp/1992). Real. Werner Herzog. Cor, 52 min. Ver Destaque. (23.35, TV 2)

Salvamento Desesperado

«Desperate Rescue» (EUA/1992). Real.: Richard Colla. Int.: Mariel Hemingway, Clancy Brown, James Russo, Jeff Kober, Lindsay Haun, Laura Inner. Cor, 91 min. Telefilme/Aventura (23.45, Canal 1)

A Noite do Desespero

«Desperate Hours» (EUA/ 1990). Real.: Michael Cimino. Int.: Mickey Rourke, Anthony Hopkins, Mimi Rodgers, Lindsay Couse, Kelly Lynch. Cor, 105 min. Acção. (00.35, Quatro)

Combolo em Fuga

«Runaway Train» (EUA/1985). Real.: Andrei Konchalovski. Int.: Jon Voigh, Eric Roberts, Rebecca de Mornay. Cor, 111 min. Ver Destaque. (00.10, SIC)

Psíquico

«Psychic» (EUA/1991). Real.: George Mihalka. Int.: Zach Galligan, Catherine Mary Stewart, Michael

Nouri. Cor, 98 min. «Thriller». (01.10, Canal 1)

DOMINGO, 31

Tempestade no Oriente

«Thunder in the East» (EUA/1953). Real.: Charles Vidor. Int.: Alan Ladd, Deborah Kerr, Charles Boyer, Corinne Calvet. P/B, 98 min. Aventura dramática. (14.40, SIC)

A Última Viagem da Arca de Noé

«The Last Flight of Noah's Ark» (EUA/1980). Real.: Ron Miller. Int.: Elliot Gould, Geneviève Bujold, Ricky Schroder, Tammy Lauren, Vincent Gardenia. Cor, 95 min. Aventura. (15.50, Canal 1)

Vamos a Isto, Rapazes

«All the Ways, Boys» (It./1973). Real.: Giuseppe Colizzi. Int.: Bud Spencer, Terence Hill, Cyril Cusak. Cor, 116 min. «Western-spaghetti» (22.20, SIC)

F de Fraude

«Vérités et Mensonges / F for Fake» (Fr-Irão-RFA/1973). Real.: Orson Welles. Int.: Orson Welles, Oja Kodar, Elmyr de Ory, Clifford Irving, Edit Irving, Joseph Cotten, Laurence Harvey, Howard Hughes. 85 min. Ver Destaque. (22.25, TV 2)

Mulheres Apaixonadas

«Women in Love» (GB/1969). Real.: Ken Russell. Int.: Alan Bates, Oliver Reed, Glenda Jackson, Jennie Linden. Cor, 126 min. Ver Destaque. (23.15, Canal 1)

SEGUNDA, 1

Quando a Cidade Dorme

«The Asphalt Jungle» (EUA/1950). Real.: John Huston. Int.: Sterling Hayden, Louis Calhern, Jean Hagen, James Whitmore, John McIntire, Marilyn Monroe. P/B, 107 min. Ver Destaque. (13.50, TV 2)

Os Últimos Cinco Dias

«Funf Letzte Tage» (RFA/1982). Real.: Percy Adlon. Int.: Irm Hermann, Lena Stolze. Cor, 112 min. Drama. (14.30, SIC)

Ardenete Sedução

«Hot Spot» (EUA/1990). Real.: Dennis Hopper. Int.: Don Johnson, Virginia Madsen. Cor, 130 min. Policial. (22.30, SIC)

Outros Tempos, Outros Lugares

«Another Time, Another Place» (GB/1983). Real.: Michael Radford. Int.: Phyllis Logan, Gian Luca Favilla, Paul Young, Tom Watson. Cor, 92 min. Drama. (00.45, Canal 1)

TERÇA, 2

Tão Jovem Quanto Possível

«As Young as You Feel» (EUA/1951). Real.: Harmon Jones Int.: Monty Wooley, Thelma Ritter, David Wayne, Jean Peters, Constance Bennett, Marilyn Monroe. P/B, 74 min. Comédia. (13.50, TV 2)

Pátria Minha

Real.: Kenneth Loach. Int.: Gerulf Pannach, Fabienne Babe, Christine Rose. (14.00, SIC)

O Homem de Alcatraz

«Birdman of Alcatraz» (EUA/1961). Real.: John Frankenheimer. Int.: Burt Lancaster, Karl Malden, Thelma Ritter, Betty Field, Edmond O' Brien, Telly Savalas. P/B, 142 min. Ver Destaque. (22.10, TV 2)

Contrato Com a Loucura

«Committed» (EUA/1988). Real.: William A. Levey. Int.: Jennifer O' Neill, Ron Palillo, Robert Forster. Cor, 89 min. «Thriller». (00.35, Canal 1)

QUARTA, 3

Um Ninho de Amor

«Love Nest» (EUA/1951). Real.: Joseph Neuman. Int.: June Haver, William Lundigan, Frank Fay, Marilyn Monroe. P/B, 84 min. Comédia. (14.35, TV 2)

Lola Montes

«Lola Montès» (Fr-RFA/1955). Real.: Max Ophuls. Int.: Martine Carol, Peter Ustinov, Anton Walbrook, Yvan Desny. Cor, 100 min. Ver Destaque (16.15, SIC)

Um Homem

«Hombre» (EUA/1967). Real.: Martin Ritt. Int.: Paul Newman, Frederic March, Richard Boone, Diane Cilento, Cameron Mitchell, Martin Balsam. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

À Sombra da Força

«Hang' em Hogh» (EUA/1967). Real.: Ted Post. Int.: Clint Eastwood, Inger Stevens, Ed Begley. Cor, 110 min. «Western». (22.10, Canal 1)

Pecados de Uma Executiva

«High Finance Woman» (It./1990). Real.: Joe D'Amato. Int.: Tara Buckman, Charlie Edwards, Dan Smith, Paul Van Gent. Cor, 89 min. (Pseudo)drama Erótico (00.50, Canal 1)

Advertisement for 'Festa de Abril' featuring a large 'festa' logo, 'Avante!' branding, and promotional text: 'COMPRAR JÁ A EP (Entrada Permanente) é a solidariedade necessária para garantir a realização da Festa do "Avante!"'. It also lists dates '2.3.4 SETEMBRO ATALAIA - AMORA - SEIXAL' and 'festa de Abril A EP custa 1600100 e está à venda em todos os aut. de Tróia do D.C.P.'.

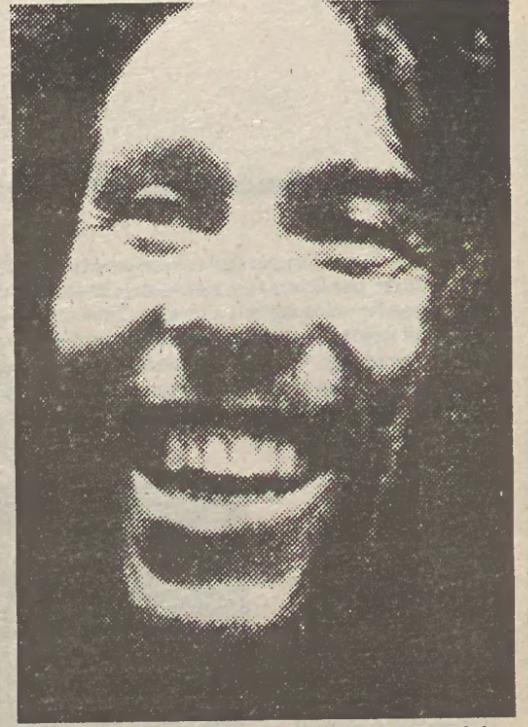
PROGRAMAÇÃO



Improvisação na Música em 3º episódio: 4ª feira, às 13h, na TV2



Natalie Cole canta os êxitos de seu pai, 6ª feira, à noite, na TV2



Bob Marley - pedaços da sua vida e da sua música, num documentário a transmitir pela TV2, sábado, às 14h

Quinta, 28

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
09.00 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.25 Contos das Mil e Uma Noites
14.55 A Descoberta do Mundo
16.00 Táxi
16.25 Nero Wolfe
17.10 Acção em Miami
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
18.55 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegjornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Os Inocentes
22.40 O Tal Canal
23.45 24 Horas
00.25 Em Busca da Princesa Desaparecida
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.55 Capitão de Castela
(ver «Filmes na TV»)
15.35 Férias Felizes
16.20 Avioes Militares
17.05 Infantil
18.15 Novos Desafios
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Magazine «Ecologia/Ciência»
20.30 Pesadelo Nuclear
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.05 Theodor Chindler
23.05 Remate
23.25 O Grande Irã
00.05 A Verdadeira História de Hoffa
01.00 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 Bandidos
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
19.00 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Minas e Armadilhas
23.00 Casos de Polícia
00.05 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 Internacional SIC
01.05 Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
12.00 Já Tocou
12.05 Caça ao Canudo
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Caixa de Perguntas
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 O Segredo Tropical
23.20 Farmácia de Serviço
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.30 Modelo e Detective

Sexta, 29

CANAL 1

08.00 Informação
08.05 Os Caminhos da Arte
09.00 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Goal
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Contos das Mil e Uma Noites
14.55 A Descoberta do Mundo
16.00 Táxi
16.30 Arsène Lupin
17.15 Acção em Miami
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegjornal
20.35 Fera Ferida
21.15 Jogos Sem Fronteiras
22.50 Cheers, Aquele Bar
23.30 24 Horas
00.15 O Limite do Terror
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.50 Expedições Num Mundo Mágico
13.55 Massacre
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Férias Felizes
16.20 Segredos do Mundo
16.45 Infantil
17.55 Novos Desafios
20.20 Os Alpes
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Desporto - Fórmula 1
22.25 Musical - «Natalie Cole»
23.25 Remate
23.45 Um Dia no Ghetto de Varsóvia
00.20 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 A Guerra de Inverno
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 Volta a Portugal
20.45 Mulheres de Areia
21.45 Mini Chuva de Estrelas
22.50 Último Jornal
23.10 Os Donos da Bola
23.10 Playboy
01.20 As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Lumen
11.00 Animação
12.00 Já Tocou
12.05 Caça ao Canudo
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.25 Encontro
15.30 Coisas de Família
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 O Segredo Tropical
23.30 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Quando o Coração Canta
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 30

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Made In Portugal
13.35 Extra Large
15.10 Emoções Fortes
15.35 Robin dos Bosques: A Maior Aventura
(ver «Filmes na TV»)
17.10 Beverly Hills
18.00 Onda de Verão
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.45 Parabéns
23.45 Salvação Desesperado
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Psíquico
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 O Rapaz Atómico
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Tauromaquia
14.00 Musical: «Bob Marley Time Will Tell»
14.55 Dempsey
16.00 TV2 Desporto
20.00 No Cumprimento do Dever
20.50 De Lisboa, Com Amor
21.00 Desenhos Animados
21.15 O Profissional
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Nos Bastidores...
23.35 Inferno Negro
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Woops

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Desporto Radical
13.40 Vida Selvagem
14.00 Tempestade no Oriente
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Tudo pelas Notícias
17.25 Obras em Casa
17.55 Volta a Portugal em Bicicleta
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Os Trapalhões
21.30 Labirinto
22.20 Vámos a Isto, Rapazes
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal
00.50 Balada de Nova Iorque
01.50 Fórmula Indy

QUATRO

08.00 Animação
10.30 Lassie
11.00 Vámos ao Circo
12.00 Sam Saturday
13.00 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.00 Krull - Além da Imaginação
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 O Jogo do Ganso
00.20 Informação
00.35 A Noite do Desespero
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 31

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.50 A Última Viagem da Arca de Noé
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Os Simpsons
18.00 Onda de Verão
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Na Paz dos Anjos
21.50 Sozinhos em Casa
(ver «Filmes na TV»)
22.20 Tramas de Seda
23.15 Mulheres Apaixonadas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.35 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Fórum Musical
12.50 Regiões
13.45 TV2 Desporto
20.00 Lisboa 94
20.30 Sérgio Godinho em Macau
21.30 Desenhos Animados
21.40 Artes e Letras: «Vivien Leigh»
22.25 F de Fraude
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Woops

SIC

11.00 Verão Radical
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Desporto Radical
13.40 Vida Selvagem
14.00 Tempestade no Oriente
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Tudo pelas Notícias
17.25 Obras em Casa
17.55 Volta a Portugal em Bicicleta
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Os Trapalhões
21.30 Labirinto
22.20 Vámos a Isto, Rapazes
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal
00.50 Balada de Nova Iorque
01.50 Fórmula Indy

QUATRO

08.00 Animação
10.30 Lassie
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Portugal Português
15.05 Céus de África
15.35 O Sonho do Oeste
16.30 Queridos Inimigos
18.30 Futebol: Lucerna-Juventus
20.30 Informação
21.05 Trocado em Miúdos
21.35 Turno da Noite
24.00 Passaporte
00.30 Últimas Notícias
00.45 Caixa de Perguntas

Segunda, 1

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.45 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.45 O Viajante no Tempo
14.30 Contos das Mil e Uma Noites
15.00 A Descoberta do Mundo
16.00 Táxi
16.25 Os Mistérios de Dick Francis
17.15 Acção em Miami
18.15 Caderno Diário
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegjornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Pátio da Fama
22.30 Contos Assombrosos
23.00 Calor Tropical
00.05 24 Horas
00.45 Outros Tempos, Outros Lugares
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
13.00 Hotéis
13.50 Quando a Cidade Dorme
(ver «Filmes na TV»)
15.40 Férias Felizes
16.30 Sobreviver
16.55 Infantil
17.50 Drama nas Docas
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Desaparecidos
20.15 Polo a Polo
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Teatro: «Daisy»
23.40 Remate
00.05 Um Ano em Grande
01.05 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicalliente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Os Donos da Bola
14.00 Pátria Minha
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Volta a Portugal em Bicicleta
16.45 A Brincar, a Brincar
17.10 Ora Bolas, Marina
17.45 Notícias
18.00 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Cenas de Um Casamento
22.50 20 Anos, 20 Nomes
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
00.15 Volta a Portugal em Bicicleta
01.30 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou
12.05 O Justicelro
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.25 Encontro
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Luzes da Ribalta
23.05 Farmácia de Serviço
23.35 Informação
24.00 Fora de Jogo
00.15 Aventureiros

Terça, 2

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.50 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.20 Contos das Mil e Uma Noites
14.50 A Descoberta do Mundo
15.50 Táxi
16.15 Os Mistérios de Dick Francis
17.05 Acção em Miami
18.15 Caderno Diário
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegjornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Nico d'Obra
23.00 A Lei das Ruas
23.55 24 Horas
00.15 Contrato com a Loucura
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.50 Tão Jovem Quanto Possível
(ver «Filmes na TV»)
15.24 Férias Felizes
16.15 Avioes Militares
16.45 Infantil
17.50 Drama nas Docas
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 O Homem de Alcatraz
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Remate
01.00 Grandes Devoções
01.55 Cenários do Crime

SIC

11.35 G. I. Joe
12.00 Tropicalliente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Os Donos da Bola
14.00 Pátria Minha
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Volta a Portugal em Bicicleta
16.45 A Brincar, a Brincar
17.10 Ora Bolas, Marina
17.45 Notícias
18.00 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Cenas de Um Casamento
22.50 20 Anos, 20 Nomes
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
00.15 Volta a Portugal em Bicicleta
01.10 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou
12.05 O Justicelro
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.20 Animação
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.35 Queridos Inimigos
23.35 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.30 Fora de Jogo
00.50 Anúncios do Outro Mundo
01.20 Modelo e Detective

Quarta, 3

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.25 Rua Sésamo
10.00 Pollianna
10.25 Os Raposinhos
10.50 Detectives em Férias
11.20 Pé Grande e os Amigos
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Contos das Mil e Uma Noites
15.00 A Descoberta do Mundo
16.50 Táxi
16.15 Os Mistérios de Dick Francis
17.05 Acção em Miami
18.15 Caderno Diário
18.25 Ana Raio e Zé Trovão
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegjornal
20.35 Fera Ferida
21.25 Vámos Jogar no Totobola
21.40 S6 Riso
22.10 A Sombra da Força
(ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
00.30 Pecados de Uma Executiva
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Infantil
13.00 Improvisação na Música
14.00 Universidade Aberta
14.35 Um Ninho de Amor
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Férias Felizes
16.20 O Barroco nos Caminhos do Ouro
16.50 Infantil
17.50 Drama nas Docas
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.45 A Vida de Joe
20.20 Tubarões
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.50 Quem Fala Assim...
00.50 Cenários do Crime

SIC

11.30 G. I. Joe
12.00 Tropicalliente
13.00 Notícias
13.20 Desporto Radical
13.30 Os Donos da Bola
14.00 Ora Bolas, Marina
14.50 Volta a Portugal em Bicicleta
16.15 Lola Montes
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Notícias
18.30 Paraíso
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Perdoa-me
23.00 Caça ao Tesouro
00.35 Último Jornal
00.55 Volta a Portugal em Bicicleta
01.05 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
12.00 Já Tocou
12.30 O Justicelro
13.05 Visto Isto
13.30 Dama de Rosa
14.00 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.20 Animação
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flinstones
17.05 Alf
17.30 Morena Clara
18.30 Estrela
19.00 Caprichos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Parker Lewis
21.30 Um Homem
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Farmácia de Serviço
24.00 Informação
00.30 Fora de Jogo
00.40 Fora de Jogo
01.00 Telemotor



Sim, Sr. Ministro e Modelo e Detective, duas das séries actualmente em reposição (na Quatro e na SIC)

Por isto e por aquilo...

As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant

(Sexta, 01.20, SIC)

Um dos primeiros filmes de algum sucesso comercial do controverso alemão Fassbinder, pese embora a sua teatralidade (é uma peça de teatro do próprio autor que lhe está na origem) e o seu tema. Circunscrito ao mesmo cenário, parco de acção e superabundante de diálogos, desdobra em longas sequências a amargura de Petra Von Kant, uma estilista lésbica atormentada pela relação calculista e o abandono de uma sua amante. Os cultores de Fassbinder sublinham a propósito deste filme o sábio uso que fazia da câmara, envolvendo e fazendo brilhar o talento das suas actrizes.

O Rapaz Atómico

(Sábado, 12.00, TV 2)

Há muito ausente da televisão, aqui está Jerry Lewis numa daquelas irresistíveis comédias que o popularizaram, com o cúmplice de muitos filmes, Dean Martin, e Janet Leigh desta vez na obrigatória ingénua. Adaptação de um musical da Broadway já antes levado ao cinema e protagonizado por Carole Lombard, o herói é agora um rapaz do interior que consegue cumprir o sonho de visitar Nova Iorque quando por engano lhe é diagnosticado um envenenamento por radiações e se transforma em «relevante objecto de interesse científico». Algumas cenas e gags memoráveis, como é costume.

Inferno Negro

(Sábado, 23.35, TV 2)

Werner Herzog, «o mais romântico dos realizadores alemães da nova

Comboio em Fuga

(Sábado, 00.10, SIC)

Desta odisséia de dois condenados em fuga num comboio através das planícies geladas do Alasca se diz que muito mais do que o filme de acção que também é, é um memorável retrato de gente - dos dois fugitivos, tão diferentes entre si e do guarda que apenas visa um pretexto para liquidar um deles, que compõem um quadro de caracteres surpreendentemente universal. Acon-

Quando a Cidade Dorme

(Segunda, 13.50, TV 2)

Este é sem dúvida o grande filme da semana - uma obra-prima do filme negro e uma das obras mais admiradas de mestre John Huston. Conta a história da planificação, execução e falhanço de um crime - um roubo de jóias cuidadosamente concertado entre ex-criminosos, foragidos, um advogado corrupto, com razões e objectivos diferentes, cujas personalidades acabarão por determinar, de facto, o resultado final.

O filme é isso, mais uma vez: um espantoso retrato de homens, definidos por Huston com segurança e uma ligação permanente à própria acção, sem retóricas mas com extrema sensibilidade e minúcia. Agigantando os actores, dirigindo magistralmente enquadramentos e sequências.

O tema seria posteriormente retomado noutras produções - nenhuma delas conseguiu sequer fazer-lhe sombra.

A versão anunciada para projecção parece ser a original: aplauda-se o facto de a RTP não cair na tentação de exhibir a versão «colorizada» recentemente aprontada nos Estados Unidos.

O Homem de Alcatraz

(Terça, 22.10, TV 2)

Uma história comvente que resultou num filme poderoso - a de Robert Stroud, um homem condenado a prisão perpétua e encarcerado em regime de isolamento durante mais de 50 anos, que se tornou uma autoridade em ornitologia após ter recolhido um dia, na sua cela, e tratado um pássaro ferido.



«Quando a Cidade Dorme», de John Huston



Paul Newman em «Um Homem», de Martin Ritt

geração», desce desta vez ao inferno: o Kuwait em chamas, na retirada das tropas iraquianas, após a ocupação, em 1992. Werzog montou quase uma hora das imagens que recolheu dos poços de petróleo incendiados, do deserto negro, fumegante e ardente - a beleza e o horror, sublinhados por uma banda sonora onde pontificam Mahler, Verdi, Prokofieff, Wagner. É um documentário inédito em Portugal.

partida ajudou: um romance de D. H. Lawrence sobre dois casos amorosos e o seu cruzamento na Inglaterra dos anos vinte, com as peculiares ideias vigentes sobre as relações entre homens e mulheres, o casamento e a sexualidade. É um daqueles filmes a que se costuma chamar «sufocante», numa atmosfera plasticamente barroca, com um notável conjunto de actores de que se poderá destacar Glenda Jackson, que obteve com ele o seu primeiro Oscar.

tece noutros grandes filmes de acção, mas não pode deixar de se registar que o argumento é de Akira Kurosawa.

«Comboio em Fuga» é também a confirmação do talento de Kontchalovski para contar histórias que integram os mais pungentes dramas individuais nos espaços mais desabrigados, e o de Jon Voigh para as «viver» - um actor que em cada filme parece sempre virgem de qualquer outra memória que não seja a da personagem que está a interpretar, dando a cada uma delas uma densidade única.

F de Fraude

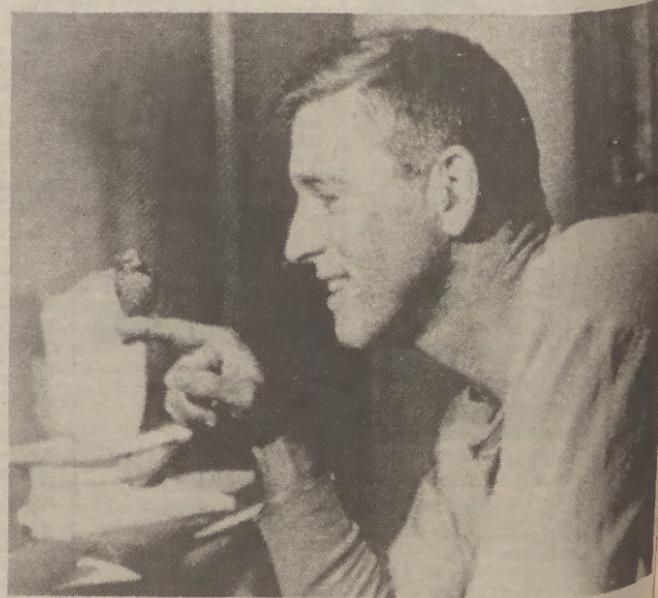
(Domingo, 22.25, TV 2)

O último dos filmes dirigidos por Orson Welles, crê-se que inédito em Portugal, feito com os parcos meios que foram condição quase constante do trabalho do genial criador, com apoios financeiros inesperados e a colaboração de amigos como Joseph Cotten. Tratar-se-á de uma espécie de documentário encenado sobre a verdade da arte e a arte da fraude, provavelmente difícil, certamente estimulante.

Mulheres Apaixonadas

(Domingo, 23.15, Canal 1)

Considerado actualmente uma das mais marcantes personalidades do cinema inglês, foi com este filme que Ken Russell adquiriu notoriedade e a classificação de «extravagante» e «excessivo» que é frequente aplicar-se-lhe. O ponto de



Burt Lancaster em «O Homem de Alcatraz», de John Frankenheimer

Graças à direcção de John Frankenheimer, um especialista do preto e branco que é um dos elementos distintivos do filme e à interpretação de Burt Lancaster, que soube revestir de comovente humanismo e verticalidade a sua personalidade, fazendo ambos de um filme onde «tão pouco» acontece um longo mas raro momento de cinema.

Lola Montes

(Quarta, 16.15, SIC)

Considerado o melhor filme de Max Ophüls, «Lola Montes» - uma história de glórias e decadência de uma «femme du monde» - ostenta como nenhuma outra das suas obras a mestria que atingiu no tratamento da cor e do décor e um virtuosismo técnico ainda hoje considerado singular.

Um Homem

(Quarta, 21.30, Quatro)

Martin Ritt e Paul Newman mais uma vez envolvidos num tema que um e outro sempre prezaram e glosaram: o do anti-racismo, o dos direitos e razão das minorias. Neste filme segue-se o itinerário de um homem, raptado quando criança pelos índios, que verifica a impossibilidade de regressar ao seu mundo «branco», infestado de injustiças, preconceitos e crimes. Um drama e um filme de acção, muito bem realizado e interpretado.

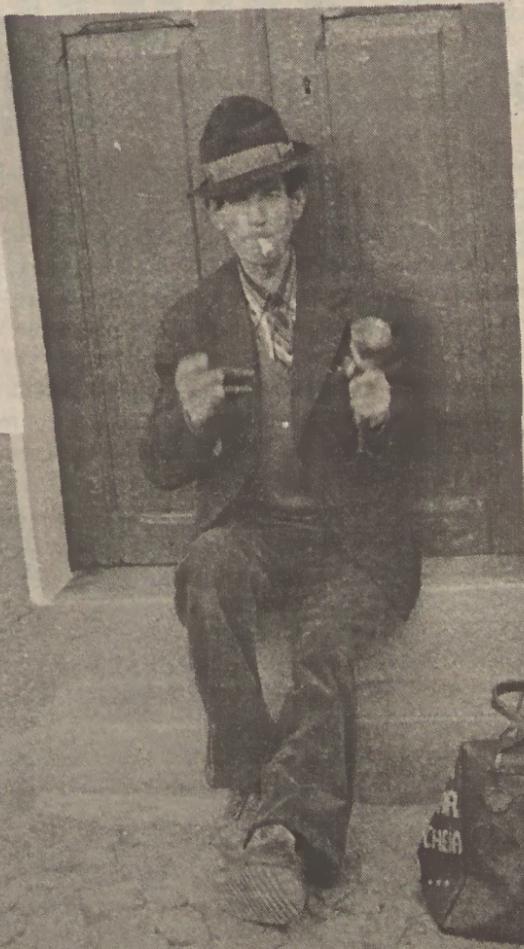
■ Correia da Fonseca

Notícias do meu País

Não sei se se lembram: nas primeiras emissões de «Isto só vídeo» não havia contribuições portuguesas e a rubrica era alimentada por material vindo de longe. Não poderá dizer-se, é certo, que nesses tempos já remotos o programa era notável ou sequer apetitoso; de facto, pelo andar da carruagem já então se pressentia o que lá viria dentro. Mas é verdade que, então, surgiam em «Isto só vídeo» farrapos interessantes ou apenas simpáticos. Quer dizer: aqueles minutos todos não eram exclusivamente preenchidos com sequências de quedas e outros desastres miúdos, quedas a solo ou em grupo, quedas em terra ou na água, quedas para ambos os sexos e todas as idades, e desgraças similares com a mesma profusão. Como acontece agora: Agora, isto é, a partir do momento em que, tendo sido exemplificado do que se tratava usando-se material estrangeiro, ficou o preenchimento da rubrica a cargo dos amadores portugueses. Assistimos, assim, a um radical estreitamento dos assuntos abordados quando, em princípio, teria sido possível uma expectativa diferente. Ao motivo de tristeza que «Isto só vídeo» constituía (até pelo título, arrancado a um trocadilho vocabular de duvidoso gosto), acrescentou-se assim a melancólica certeza de que os trabalhos nacionais só acompanhavam os modelos iniciais no mais fácil, mais óbvio, mais grosseiro.

Perguntar porquê

As câmaras de vídeo são, actualmente, como bem se sabe, alternativa para as clássicas máquinas fotográficas



mas de comédia e daquilo a que ela chama «boa disposição», ponto de encontro entre patetice, leviandade e superficial alegria, tenha sido determinante para o conteúdo dos vídeos concorrentes. Este factor terá sido, aliás, inevitavelmente reforçado pelo tom galhofeiro do próprio título, por si próprio algo limitativo e, nessa medida, infeliz. Por outro lado, não sabemos até que ponto uma selecção dos trabalhos recebidos poderá ter excluído contribuições de carácter mais sério. Talvez «Isto só vídeo» não estivesse ali para os transmitir.

Notícias poucas

A questão é que «Isto só vídeo» podia ter sido sonhado (isto é, projectado) como uma oportunidade para dar a palavra ao espectador. Parecia natural e desejável que fosse assim, com óbvias virtuais vantagens para o programa. Nem será de mais acrescentar que, nesse caso, «Isto só vídeo» se tornaria em certa medida uma rubrica portadora de notícias do meu País. Tal como sucederia se,

semprego na península de Setúbal. Quanto a este e a outros aspectos que se lhes assemelhem, bem sei que o vídeo cala a desgraça, que o vídeo nada me diz. Mas um vídeo pode registar a elegância de um bailado infantil (os japoneses mandaram-nos um trabalho do género, transmitido numa das primeiras emissões da rubrica). Pode registar e denunciar com ironia bem disposta, com espírito, um vício, uma malfeitoria social, um erro grotesco entranhado na prática comum. Até pode, sem incorrer em pendores lacrimogêneos e piegas, sem tocar mesmo apenas de leve registos dramáticos ou trágicos, apela tacitamente para reflexos de solidariedade. Na verdade, e contra o que por vezes se supõe, a solidariedade não é uma grande tristeza que se abate sobre cada um de nós, bem pelo contrário.

O que não se quis

«Isto só vídeo» não nos permite nem só uma aragem destas alternativas possíveis, e é de crer que não o faça pelo motivo irremediável de não as receber. Tudo ou quase tudo o que «Isto só vídeo» transmite, tanto quanto vi (não me gabo de ter cumprido a tarefa heróica, mas pesada de mais para os meus olhos, de assistir a todas as suas emissões), se resume a microanedotas supostamente colhidas no quotidiano real, provavelmente antes construídas muitas vezes no quotidiano artificial, porque quem manda para a RTP aqueles vídeos sabe não apenas o que a casa gasta; mas também do que a casa gosta. A história recente da TV em todo o mundo está recheada de enormes batotas (o falso massacre de Timisoara, imagens truncadas da Guerra do Golfo, falsa entrevista de Fidel na TV francesa, afora o cortejo quase diário de imposturas visuais que nos invade a casa), não vamos agora melindrarmo-nos por veniais batotazinhas de amadores.



nas mãos de cidadãos tentados pela ilusão de suspenderem o tempo ao fixarem «para sempre» imagens do quotidiano. Sendo assim, era legítimo esperar que o material enviado a «Isto só vídeo» não se limitasse a narrar minúsculos episódios supostamente divertidos, quase invariavelmente consubstanciados em pequenos desastres sem consequências, por vezes até mimosos quando protagonizados por crianças. Mesmo sem grandes optimismos, não é difícil imaginar como seria diferente pela diversidade e pelo carácter uma recolha de fotografias também de amadores.

As coisas, porém, não acontecem por acaso, e por isso é saudável discorrermos um pouco acerca do que as motiva. Neste caso, é difícil não admitir que talvez a própria circunstância de o destinatário ser a RTP, muito dada a grandes sorrências, a prezar superlativamente cli-

sendo a recolha suficientemente aberta, se tratasse de fotografias ou de textos escritos. Tal como, de resto, aconteceu mesmo de uma forma viciada e algo viciosa: a avaliar pelos vídeos que Virgílio Castelo apresenta, os portugueses, «toujours gais», só acham graça quando compatriotas seus se estatelam, caem à água, tropeçam uns nos outros ou ficam com a roupa rasgada em sítios especiais. Confesso que, como retrato da realidade portuguesa, o acho um pouco exíguo. Mas são estas as notícias do meu País que «Isto só vídeo» me traz.

Perguntar-se-á, porém, se haverá outras. Ou se haverá outras compatíveis com o formato antecipadamente estabelecido para o programa. Por mim, penso que há e que nem sou muito exigente. Não sonho com vídeos a registarem breves mas eloquentes imagens a angústia no Vale do Ave, do desespero alentejano, do de-

«Isto só vídeo» só nos dá, pois, notícias ridículas da gente deste País. E podia ser diferente. Talvez o devesse. Talvez fosse fácil se «Isto só vídeo» o tivesse querido. Bastava, creio, ter explicado que a laracha televisual da queda e do coice (em sentido figurado, entendasse) não encerrava todo o universo de possíveis contribuições para a rubrica, e que seriam bem acolhidas imagens belas, ou significativas, ou comovidas. Então, estou certo, haveria respostas. «Isto só vídeo» teria sido diferente, até talvez tivesse merecido um título melhor. Mas não teria suscitado enjoos em mim, como em muita outra gente. Talvez até não tivesse desaparecido dos «top ten» da RTP 1. Talvez, quem sabe?, até talvez tivesse subido. Porque, em rigor, está por provar que os portugueses só apreciam ver outros portugueses estatelarem-se no chão. Ou na vida.

de FOICE

O Porco

Confessamos desde já que não somos leitores assíduos — embora sejamos atentos — do inefável «Diário da República». Outras leituras nos solicitam e não nos puxa o pé para regularmente sofreremos com o que o Governo escreve para mal de tanta gente ou com o que a sua maioria laranja envia para imprimir. De há muito que, com raras excepções, aí se escreve o lado negro da vida dos portugueses em geral.

Entretanto, por obra de um deputado atento, veio parar-nos às mãos, e sob os olhos, uma folha que, aos senhores assinantes, tem sido distribuída dando conta de uma portaria recente do Ministério da Agricultura, publicada em 7 de Maio pelo dito «Diário da República».

Lemos com a devida reverência e a prosa, ultra-realista a tal ponto que tinha o seu quê de enigmático, como talvez deva ser uma prova literária ao gosto hermético, despertou-nos a curiosidade. Não apenas a curiosidade mas a reminiscência, a relação do texto com outros textos lidos e experiências vividas neste laranjal plantado à beira da Europa.

Não se tratava, desta vez, de regulamentar portagens, de reestruturar serviços hospitalares ou de acabar com eles, de criar enquadramentos para a construção de habitação social ou de acabar com ela, de distribuir coutadas, de regular a escuta das portas. Nada disso. Trata-se, isso sim, de definir com precisão as normas da protecção do Porco, no que toca mais propriamente com a habitabilidade do animal.

E nós, que tanto já ouvimos sobre a «excessiva planificação» atribuída aos comunistas, não deixámos de nos comover perante o zelo planificador dos liberais do Ministério, cuja portaria, no entanto, nos descansa — nada mais faz do que, «considerando o Decreto-Lei de 2 de Maio, que transpõe para o direito interno a Directiva nº 91/1630/CEE», estabelecer as normas mínimas de protecção dos suínos alojados para efeito de criação e engorda...

Quem diria que a febre planificadora havia atingido tão fortemente a Europa dos Doze?

De facto, a portaria não deixa nada de fora, nem sequer o rabo do animal. Começa, aliás, por definir o que se entende por Porco: «animal da espécie suína doméstica, de qualquer idade, criado para reprodução e engorda!»

E vai mais longe, definindo o que é «varrasco», «marrã», «porca», «leitão». E por aí fora. Define ainda o que se entende por «alojamento», com uma precisão que não nos lembramos de ver quando se fala de habitação para homens, mulheres, jovens e crianças. Quanto ao Porco, o nº 1 do 3º parágrafo estabelece:

«Os novos alojamentos construídos, reconstruídos ou utilizados pela primeira vez 30 dias após a publicação do presente diploma devem dispor de uma área livre destinada a cada leitão desmamado ou porco de criação em grupo com, pelo menos: 0,15 m² por porco com um peso médio igual ou inferior a 10 kg; 0,20 m² por porco com um peso médio compreendido entre 10 kg e 20 kg; 0,30 m² por porco com um peso médio compreendido entre 20 kg e 30 kg; 0,40 m² por porco com um peso médio compreendido, entre 30 kg e 50 kg; 0,55 m² por porco com um peso médio compreendido entre 50 kg e 85 kg; 0,65 m² por porco com um peso médio compreendido entre 85 kg e 110 kg; 1 m² por porco com um peso médio superior a 110 kg.

Como o leitor pode verificar, trata-se de uma planificação exaustiva. Para bem do Porco. Talvez um dia, tal empenhamento governamental — e europeu — chegue aos humanos. A Europa e Portugal aguardam certamente apenas que se defina o que se entende por humanidade.

■ LM

Sérgio Ribeiro Questor no PE

O eurodeputado Sérgio Ribeiro foi um dos cinco deputados recentemente eleitos para integrar o denominado Colégio de Questor do Parlamento Europeu. Em depoimento prestado ao «Avante!», que transcrevemos em seguida, o parlamento comunista explica detalhadamente a importância do cargo e as suas principais funções de organização e direcção na vida daquela instância comunitária.

«Os Questores do Parlamento Europeu formam o que se chama o Colégio de Questores composto por 5 deputados eleitos para serem «responsáveis pelas questões administrativas e financeiras que directamente se relacionem com os deputados, de acordo com as linhas de orientação adoptadas pela Mesa» (art. 25º do regimento).

«A Mesa é o órgão colectivo do Parlamento Europeu, composto pelo Presidente, pelos 14 vice-presidentes e pelos ditos Questores, cabendo-lhe funções de organização e direcção da

vida do Parlamento. Todos os membros são eleitos a partir de listas de candidaturas separadas, em três escrutínios por maioria absoluta de votos expressos e numa quarta volta, se necessária, por maioria relativa para os lugares por preencher. No caso em questão, questor, a candidatura foi proposta pelo nosso novo grupo — Confederal da Esquerda Unitária Europeia (CEUE) — e fui eleito, à segunda volta, com 234 votos para uma maioria necessária de 209 votos.

«Por esta eleição, passou a haver um comunista português

eleito para um órgão do Parlamento Europeu, o que reflecte a importância de se ter conseguido formar um grupo político como o CEUE que, além do Questor, passou a ter um Vice-Presidente eleito, o deputado da Ysquierda Unida — IC Antonio Gutierrez Dias.

«Antes, só participávamos na chamada Conferência dos Presidentes, constituída pelo presidente do Parlamento e pelos presidentes dos grupos políticos, tendo sido o camarada Joaquim Miranda a integrar este órgão no período final do último mandato, o que tinha — e tem — a maior importância mas não resultava de eleição em plenário do Parlamento Europeu.

«Para além deste significado político, o Questor tem funções efectivas no desenrolar da vida do Parlamento Europeu. Funções que, sendo administrativas e financeiras, têm — ou podem

ter — motivações e repercussões políticas relevantes. Basta pensar no estatuto de deputado e sua imagem, na indispensável moralização de procedimentos, nos edifícios existentes e em construção nas sedes do Parlamento Europeu e sua afectação à actividade dos deputados, nos visitantes, nos locais e órgãos de propaganda.

«Sei que vou ter muito trabalho, sem desleixar o que me espera nas comissões para que estou indicado. Mas é para isso que fui eleito, primeiro em Portugal e agora em Estrasburgo, e não me esquecerei de ir prestando contas da actividade realizada».

Sargentos exigem direitos

A Associação Nacional de Sargentos (ANS), em conferência de imprensa realizada no passado dia 22/7, considerou que «em Portugal, os direitos dos militares são fortemente restringidos pelo Artº 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas». A ANS afirmou que «no nosso país está vedado aos militares o direito de se associarem para, colectivamente, zelarem pelos seus interesses socioprofissio-

nais, ao contrário do que acontece em vários países da Europa, onde é reconhecido aos militares o direito de participação e consulta, sem que isso alguma vez tenha posto em causa a operacionalidade das tropas».

A ANS anunciou, na ocasião, a realização em Lisboa, de 6 a 9 de Outubro, da reunião do Praesidium da Euromil — Organização Europeia de Associações Militares, reu-

nião que trará a Portugal, pela primeira vez, 19 associações militares de 14 países da Europa.

No documento distribuído a propósito da iniciativa, ANS informa que «actualmente a Euromil centra também a sua atenção nos processos de redução de efectivos militares que estão a ocorrer nos exércitos da Europa, bem como com a participação dos militares nas missões da ONU» e considera

que «esta matéria é de especial interesse para Portugal, devido à participação de militares portugueses em missões da ONU, em Moçambique e em Angola», adiantando ainda a ANS que «considera, no caso português, estarem a ocorrer em condições desvantajosas relativamente a outros países que prestam idêntico apoio».

A Associação Nacional de Sargentos é filiada na Euromil desde Março de 1993.

Nota do PCP

Os novos preços na Ponte

1. A divulgação oficiosa de propostas governamentais de novos preços para as portagens da Ponte 25 de Abril constitui manifestamente mais um acto de «preparação psicológica» para novas variantes da concretização em 1 de Setembro dos contestados aumentos, no quadro de uma operação concebida na

esperança de conseguir amortecer o descontentamento popular.

2. É uma evidência que as propostas divulgadas não respondem aos problemas de fundo que estão colocados, não rompem com uma lógica e com planos de gravosos aumentos imediatos e futuros e não correspondem obviamente à justa e neces-

sária exigência de anulação dos aumentos anteriormente impostos e à abertura de um processo que venha a conduzir à própria eliminação da portagem.

3. As intenções governamentais de concretização das suas propostas, sem ouvir as opiniões existentes, sem dialogar com os utentes, sem respeitar o signifi-

cado profundo do movimento de protesto de Junho passado responderão à insistência numa prática arrogante que não poderá deixar de suscitar novas expressões de descontentamento e protesto dos utentes.

26.7.94

O Gabinete de Imprensa do PCP

Com agricultores a "arder"

Matadouro de Penafiel não ata nem desata

A Associação dos Agricultores do Porto exigiu apoios do Governo para a conclusão do Matadouro de Penafiel, por forma a garantir o escoamento de uma produção que consideram estar em crise e a originar muitos prejuízos aos agricultores da região.

Esta reclamação, contida num documento recentemente entregue no Congresso do Vale do Sousa, surge na sequência dos sucessivos atrasos que têm envolvido a construção do matadouro, cuja entrada em funcionamento esteve prevista e anunciada para Abril do ano passado.

Depois de sucessivos adiamentos, como lembra aquela organização de agricultores filiada na CNA, o projecto encontra-se agora parado, faltando, ao que diz a Carnagri, cerca de 200 mil contos para a sua conclusão.

Uma situação que a Associação dos Agricultores do Porto reputa de escandalosa e contra a qual se insurge, uma vez que todo este processo tem vindo a prejudicar os pequenos produtores de carne da região, que se viram obrigados a abandonar a produção por falta de abate, em consequência do encerramento prematuro de muitos matadouros concelhios decretado pelo IROMA.

No seu documento, a Associação lembra ainda que o milhão de contos destinado ao orçamento inicial do Matadouro de Penafiel tinha chegado e sobrado para modernizar os matadouros concelhios, não deixando de sublinhar, por outro lado, que este negócio, no qual participam algumas autarquias da região, "continua sem oferecer as elementares garantias de transparência e de defesa dos interesses dos agricultores da região".